

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO – ESAG**

CLARISSA ISER

**MENSURAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PARA DESTINAÇÕES TURÍSTICAS:
APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DE INDICADORES
DA OMT EM FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLARISSA ISER

**MENSURAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PARA DESTINAÇÕES TURÍSTICAS:
APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DE INDICADORES
DA OMT EM FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração da ESAG, da Universidade Estadual de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Professora Doutora Clerilei Bier

FLORIANÓPOLIS

2009

CLARISSA ISER

**MENSURAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PARA DESTINAÇÕES TURÍSTICAS:
APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DE INDICADORES
DA OMT EM FLORIANÓPOLIS**

Esta dissertação foi julgada adequada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Administração, no Mestrado Profissional em Administração da ESAG, da Universidade Estadual de Santa Catarina, em 02 de julho de 2009.

Banca Examinadora:

Orientador:

Professora Doutora Clerilei Bier
Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC

Membro interno:

Professora Doutora Simone Ghisi Feuerschütte
Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC

Membro externo:

Professora Doutora Anete Alberton
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Anete Alberton pela rica e inestimável contribuição a este trabalho acadêmico, surpreendendo-me por sua humildade na troca de referenciais teóricos, artigos e estudos dentro da temática estudada. Sua breve participação neste trabalho foi suficiente para contribuir de forma significativa e fazer-se admirar por sua excelência de conteúdo na área do turismo.

À professora Doutora Simone Ghisi Feuerschütte um carinhoso agradecimento por ter sido excessivamente criteriosa, crítica, analítica, compreensiva e dedicada aos nossos estudos acadêmicos, desde os primeiros esboços de projeto de pesquisa no curso de Mestrado.

À minha professora orientadora, Doutora Clerilei Bier pela singularidade e dedicação sem igual.

Um agradecimento especial ao professor Marinho (Dr. Mário César Barreto Moraes) pela sabedoria em dedicar-me as palavras certas em um momento que talvez tenha sido o mais difícil e constrangedor de toda a minha vida.

À Marina. Minha menina doce, compreensiva e companheira que, desde os 3 anos acompanha estes estudos, tendo se revelado sua maior incentivadora.

Sinto-me grata a estes Mestres, com humildade, respeito e admiração. Sinto-me feliz e privilegiada por ter tido a oportunidade de tê-los comigo neste percurso.

“I can be only one person, but I can be the one who makes a difference”

Frase redigida por uma criança anônima de 12 anos, e pintada em uma parede interna do *Epcot Center* (1995), parque temático da *Disneyworld*, que representa o homem, o impacto de suas ações e seu futuro.

RESUMO

Sustentabilidade e desenvolvimento podem se transformar em dois objetivos conflitantes para uma sociedade dependendo das interações que as atividades humanas exercem em relação ao meio ambiente. O turismo, fenômeno multissetorial em sua dimensão econômica e multidimensional em seus impactos, compartilha o dilema complexo da sustentabilidade e do desenvolvimento, já que sua atratividade na maioria das vezes se sustenta nos recursos naturais que compõem sua matéria-prima ou produto. Dentre os desafios encontrados na gestão do turismo, a busca pela sustentabilidade se destaca e será abordada neste trabalho através da aplicabilidade prática de um método de mensuração de impactos através do uso de indicadores de sustentabilidade. A pesquisa foi aplicada à realidade da ilha de Florianópolis e o método de mensuração de impactos e sustentabilidade escolhido foi o método de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendado pela OMT – Organização Mundial do Turismo. A escolha teve sua origem baseada em uma revisão teórica sobre os métodos de mensuração de sustentabilidade existentes na literatura e em análises comparativas destas metodologias provenientes de estudos científicos anteriores. Buscou-se um método capaz de medir simultaneamente as dimensões econômica, sociocultural e ambiental do turismo e que pudesse ser aplicado a uma destinação turística. O objetivo deste trabalho foi analisar a aplicabilidade do método da OMT à realidade de Florianópolis, e como resultado a pesquisa proporcionou a criação de uma tabela comparativa de métodos de mensuração de sustentabilidade adaptada para destinações turísticas.

Palavras-chave: Turismo. Impactos. Metodologia de Indicadores de Sustentabilidade. OMT.

ABSTRACT

Sustainability and development can turn into two conflicting objectives to a society due the human activity interaction on environment. Tourism, multisector phenomena in its economic dimension and multidimensional in its impacts, share the complex dilemma of sustainability and development, considering that its attractiveness is based on the natural resources that compound its incomes and products. Among the challenges found in tourism management, reaching sustainability can be highlighted and it will be studied within this work by the practical applicability of a method of measuring impacts by the use of sustainability indicators. This research was made at Florianópolis and the chosen method of measuring impacts was the indicators methodology of sustainable development for touristic destinations recommended by WTO – World Travel Organization. The choice was based in a theory revision about the methods of sustainability indicators presents in the literature and in comparative assessments of these methodologies by anterior scientific studies. The research searched a method which could measure at the same time the economical, sociocultural and environmental dimensions and which could be allocated to a touristic destination. This work had as objective the analysis of the WTO methodology in Florianópolis and as a result it has the creation of a comparative table of sustainability measuring methods adapted to touristic destinations.

Keywords: Tourism. Impacts. Indicators of Sustainability Methodology. WTO.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição de turismo baseada na oferta, proposta pela OMT (Classificação Internacional Industrial Padrão – International Standard Industrial Classification, ISIC)	39
Quadro 2 – Impactos Econômicos do Turismo	51
Quadro 3 – Impactos Socioculturais do Turismo	54
Quadro 4 – Impactos Ambientais do Turismo	58
Quadro 5 – Iniciativas de Avaliação de Sustentabilidade de Ranganathan (1998)	74
Quadro 6 – Referenciais de estudo de métodos de avaliação de sustentabilidade – uso geral	77
Quadro 7 – Referenciais de estudo de métodos de avaliação de sustentabilidade – uso no turismo	78
Quadro 8 – Análise Comparativa de Métodos de Van Bellen (2002)	79
Quadro 9 – Análise Comparativa de Métodos Barddal (2008)	81
Quadro 10 – Conceitos para o alcance da sustentabilidade pelas destinações turísticas	87
Quadro 11 – Análise comparativa de metodologias de avaliação de sustentabilidade do turismo de acordo com os conceitos definidos	88
Quadro 12 – Guia para seleção de ferramentas para avaliação da sustentabilidade em destinações turísticas	89
Quadro 13 – Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da OMT - Processo de Planejamento Participativo	99
Quadro 14 – Exemplo de questão chave de sustentabilidade, questão base e indicadores sugeridos pela metodologia OMT	105
Quadro 15 – Quadro de Questões Chave e Questões Base da Metodologia OMT	105
Quadro 16 – Tabela Base de Indicadores da OMT	107
Quadro 17 – Construção dos indicadores de satisfação com o turismo para tabela base de indicadores da OMT	127

Quadro 18 – Construção dos indicadores de efeitos do turismo nas comunidades para tabela base de indicadores da OMT	127
Quadro 19 – Construção dos indicadores de satisfação do turista para tabela base de indicadores da OMT	129
Quadro 20 – Construção dos indicadores de sazonalidade turística para tabela base de indicadores da OMT	130
Quadro 21 – Construção dos indicadores de benefícios econômicos do turismo para tabela base de indicadores da OMT	132
Quadro 22 – Construção dos indicadores de gestão de energia para tabela base de indicadores da OMT	133
Quadro 23 – Construção dos indicadores de disponibilidade de água e conservação para tabela base de indicadores da OMT	135
Quadro 24 – Construção dos indicadores de qualidade da água de beber para tabela base de indicadores da OMT	137
Quadro 25 – Construção dos indicadores de tratamento de esgoto (gestão de efluentes) para tabela base de indicadores da OMT	138
Quadro 26 – Construção dos indicadores de gestão de resíduos sólidos para tabela base de indicadores da OMT	139
Quadro 27 – Construção dos indicadores de controle de desenvolvimento para tabela base de indicadores da OMT	140
Quadro 28 – Construção dos indicadores de controle de capacidade de carga para tabela base de indicadores da OMT	141
Quadro 29 – Tabela Base de Indicadores recomendada pela OMT aplicada a Florianópolis	143
Quadro 30 – Tabela comparativa de Van Bellen com método OMT	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Métodos de avaliação mais conhecidos de Van Bellen (2002)	76
Tabela 02 – Base de Indicadores da OMT	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CASAN – Companhia de Água e Tratamento de Esgoto de Santa Catarina
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMCAP – Companhia Melhoramentos da Capital
CST – Conta Satélite de Turismo
EIA – Estudo de impacto ambiental
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ISIC – International Standard Industrial Classification
JUCESSC – Junta Comercial de Santa Catarina
MTur – Ministério do Turismo
OECD – Organization for Economic Co-operation and Development
OMT – Organização Mundial do Turismo
PIB – Produto Interno Bruto
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A
SETUR – Secretaria Municipal de Turismo
SINE – Sistema Nacional de Empregos
UNSTAT – United Nations Statistics Division
WBCDS – World Business Council for Sustainable Development
WTO – World Tourism Organization
WTTC – World Travel and Tourism Council

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO	25
2.2 TURISMO: FENÔMENO MULTISSETORIAL E MULTIDIMENSIONAL ...	36
2.2.1 A atividade turística	37
2.2.2 O Turismo como estratégia de desenvolvimento	42
2.2.3 Turismo Sustentável	44
2.3 IMPACTOS TURÍSTICOS	48
2.3.1 Impactos econômicos	48
2.3.2 Impactos socioculturais	52
2.3.3 Impactos ambientais	54
2.4 TURISMO, POLÍTICA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE	58
2.5 MENSURAÇÃO DE IMPACTOS E SUSTENTABILIDADE	68
2.5.1 O uso de indicadores	70
2.5.2 Metodologias de indicadores de sustentabilidade	73
2.5.2.1 Metodologias de avaliação de sustentabilidade	78
2.5.2.2 Metodologias utilizadas no turismo	83
3.METODOLOGIA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA DESTINAÇÕES TURÍSTICAS DA OMT	92
3.1 ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO MÉTODO	92
3.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO	95

3.3 ABORDAGEM <i>BOTTOM UP</i>	98
3.3.1 Pesquisa e Organização	99
3.3.2 Indicadores de Desenvolvimento	101
3.3.3 Implementação	102
3.4 ABORDAGEM <i>TOP DOWN</i>	103
3.4.1 Tabela Base de Indicadores	104
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	109
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	109
4.2 CONTEXTO DA PESQUISA	111
4.3 ETAPAS DA PESQUISA	114
4.3.1 Revisão bibliográfica	115
4.3.2 Escolha do método para aplicação prática	116
4.3.3 Estudo do método da OMT e descrição	117
4.3.4 Aplicação do método à realidade estudada	118
4.3.4.1 Coleta de dados	119
4.3.4.2 Fontes de dados	120
4.3.4.3 Instrumentos de pesquisa	120
4.3.5 Avaliação da aplicabilidade do método	122
4.3.5.1 Critérios para análise	122
4.3.6 Limitações da pesquisa	123
5 ANÁLISE DE RESULTADOS DA PESQUISA	125
5.1 APLICAÇÃO DA TABELA BASE DA OMT	125
5.1.1 Satisfação local com o turismo	126
5.1.2 Efeito do turismo nas comunidades	127
5.1.3 Satisfação do turista	129
5.1.4 Sazonalidade turística	130
5.1.5 Benefícios econômicos do turismo	132
5.1.6 Gestão de energia	133
5.1.7 Disponibilidade de água e conservação	135
5.1.8 Qualidade da água de beber	137

5.1.9 Tratamento de esgoto (gestão de efluentes)	138
5.1.10 Gestão de resíduos sólidos (lixo)	139
5.1.11 Controle de desenvolvimento	140
5.1.12 Controle de capacidade de carga	141
5.2 TABELA BASE DE INDICADORES PARA FLORIANÓPOLIS	142
5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	144
5.4. ANÁLISE DA METODOLOGIA SEGUNDO CRITÉRIOS DE VAN BELLEN	148
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	152
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICES	169
APÊNDICE A – Solicitação de dados para pesquisa de Mestrado	170
APÊNDICE B – CASAN: solicitação de dados para pesquisa de Mestrado ...	171
APÊNDICE C – CELESC: solicitação de dados para pesquisa de Mestrado..	172

1 INTRODUÇÃO

Apresentam-se, neste capítulo, o tema e o problema de pesquisa para este estudo, desenvolvido dentro do campo do turismo e da sustentabilidade. A partir do estudo da aplicabilidade do método de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendado pela OMT – Organização Mundial do Turismo, definiram-se o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, assim como sua justificativa, tanto em termos acadêmicos quanto práticos. Um item adicional sobre a estrutura do trabalho foi incluído neste capítulo introdutório com a intenção de organizar e orientar a leitura e a compreensão do conteúdo desenvolvido.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Decorrente do processo de desenvolvimento econômico melhor percebido ao final do século XX, a sociedade começou a criar consciência que suas ações impactavam de forma significativa no meio ambiente (VAN BELLEN, 2002) e que o resultado destes impactos poderia afetar diretamente sua qualidade de vida e o futuro do planeta. Esta tomada de consciência da sociedade foi catalise para a transição do paradigma do crescimento puramente econômico para o modelo de desenvolvimento sustentável (BARDDAL, 2008).

O tema sustentabilidade começou a ser abordado em âmbito global, permeando todas as áreas da economia e da sociedade. Atualmente, o conceito de desenvolvimento sustentável está amplamente difundido pelo mundo (STROBEL, 2005), ainda que seus pressupostos teóricos sejam discutidos no campo científico a partir de múltiplas dimensões e abordagens (VAN BELLEN, 2002).

Desenvolvimento e sustentabilidade, apesar de apresentarem-se como conceitos complementares (SACHS, 2004), podem se transformar em dois objetivos conflitantes para uma sociedade, dependendo da forma como as ações e atividades econômicas dessa sociedade impactam e interagem com o meio ambiente.

Dentro da lógica econômica até então vigente, a tendência é que o homem ao interagir com o meio ambiente, se aproprie de forma degenerativa dos recursos naturais que precisa, deles extraído o máximo benefício ao mínimo custo, impossibilitando que sejam alcançados os ideais de equidade social e ecológica do desenvolvimento sustentável (MONTEBELLER-FILHO *apud* STROBEL, 2005), o que torna a sustentabilidade e o desenvolvimento dois objetivos complexos a serem alcançados pela sociedade.

Nesta busca complexa pela sustentabilidade, além de entender seus pressupostos e implicações, torna-se necessário refletir sobre a operacionalização deste objetivo: como alcançar a sustentabilidade? Como medir seus efeitos? Como produzir informações capazes de sustentar processos de planejamento e tomada de decisão? Quem é responsável por este processo? Quais ferramentas podem ser utilizadas?

A tarefa de mensurar a sustentabilidade de uma sociedade não é simples, nem tampouco estanque (STROBEL, 2005). Existem ferramentas que se propõem a este objetivo, contudo, não se conhecem ainda de forma completa seus componentes teóricos e práticos (VAN BELLEN, 2002).

Apesar do meio acadêmico já apresentar estudos consistentes dentro desta temática, sendo possível citar pesquisas de autores como Wackernagel e Rees (1996), Prescott-Allen (1997) e Ding (2005) por exemplo, que desenvolveram métodos de mensuração de sustentabilidade utilizados atualmente, e autores que realizaram estudos comparativos destes métodos desenvolvidos, como Ranganathan (1998), Van Bellen (2002) e Barddal (2008), ainda “existe um vácuo conceitual acerca da mensuração do grau de sustentabilidade do desenvolvimento” (VAN BELLEN, 2002, p.4).

Para Van Bellen (2002), ainda é necessário continuar pesquisando sobre a operacionalização da sustentabilidade, principalmente os pressupostos teóricos das ferramentas desenvolvidas e suas aplicações práticas. O objeto deste estudo, portanto, é a mensuração da sustentabilidade e seu propósito é aplicar um método identificado na literatura acadêmica a uma determinada realidade, analisando suas implicações.

Os métodos de mensuração de sustentabilidade existentes são ferramentas que diferem entre si em relação à sua aplicabilidade e objetivos. Alguns métodos foram desenvolvidos especificamente para mensuração da sustentabilidade de

acordo com demandas existentes em sistemas organizacionais, ou seja, para o entendimento e ajuste das interações das empresas e organizações com o meio ambiente e a sociedade. Outros métodos são utilizados comumente para avaliação da sustentabilidade em esferas locais ou regionais, como parques naturais, cidades, regiões ou países, e também há métodos que se apresentam genéricos o suficiente para serem aplicados a todas as esferas organizacionais, sem restrições.

Considerando como área de interesse de estudo o turismo e o desenvolvimento local, esta pesquisa teve a intenção de buscar um método de mensuração de sustentabilidade que pudesse ser aplicado especificamente a destinos turísticos, ou seja, na esfera local. Sendo assim, além de estudar a sustentabilidade, os métodos de mensuração, os estudos comparativos entre os métodos, tornou-se necessário estudar o turismo, suas especificidades, os métodos mais aplicados nesta área e suas implicações.

O turismo, que vem se destacando nos últimos 50 anos como uma das atividades que mais cresce no mundo (CUNHA, S; CUNHA, J., 2005), é um exemplo de atividade econômica humana que naturalmente traz em sua pauta de debates as questões ligadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento.

A atividade turística vive o dilema de desenvolvimento versus sustentabilidade, pois além das discussões sobre seus impactos causados à economia, sociedade e meio ambiente, tem neste último sua fonte principal de insumo e, não raramente, sua condição de existência (RUSCHMANN, 1997; CUNHA, S; CUNHA, J., 2005; BARDDAL, 2008; COOPER et al., 2007).

Como qualquer atividade humana, o turismo gera impactos nas comunidades onde está instalado, que podem ser positivos ou negativos associados às dimensões econômica, sociocultural e ambiental (IGNARRA, 1999; RUSCHMANN, 1997; PIÑERO-VERDINELLI, 2002; CUNHA, S; CUNHA, J., 2005; COOPER et al., 2007). Por ser uma atividade multissetorial (RUSCHMANN, 1997; BENI, 2003; COOPER et al., 2007), o turismo gera impactos em cadeia, interferindo não apenas no ambiente direto de sua atividade, mas no ambiente como um todo. Por esta razão, estudar as questões de sustentabilidade no âmbito das destinos turísticos é pertinente porque desta forma se torna possível analisar além dos impactos diretos, os impactos e efeitos indiretos que possam ser causados pelo turismo.

Segundo Cunha, S. e Cunha, J. (2005), a intensidade dos impactos e seu direcionamento estão relacionados com a forma como os atores sociais se organizam na sociedade. Desta forma, um dos maiores desafios da gestão do turismo é o planejamento direcionado à sustentabilidade (RUSCHMANN, 1997).

Para que os objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade sejam alcançados pelo turismo e não representem um dilema complexo, os gestores e tomadores de decisão atuantes nesta área devem se apoiar em estudos que possam mensurar de forma correta os impactos gerados e avaliar a sustentabilidade (CUNHA, S; CUNHA, J., 2005). Estes estudos devem considerar as dimensões econômica, sociocultural e ambiental de forma integrada, sem focar em um dos elementos isoladamente. Desta forma, mostrou-se a necessidade de buscar ferramentas e metodologias que pudessem se adaptar de forma eficaz às demandas e realidades do turismo, e em específico, às destinações turísticas.

Segundo Atkisson (2001), Van Bellen (2002), Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) e Barddal (2008), a comunidade científica tem feito inúmeros esforços para a mensuração da sustentabilidade com o uso de métodos de avaliação baseados em indicadores. Estes métodos podem ser utilizados em todas as áreas, em diferentes níveis de análise e com múltiplos propósitos, sendo usualmente mais aplicados à realidade corporativa.

O turismo também utiliza ferramentas de mensuração de sustentabilidade com o uso de indicadores para avaliação de impactos, contudo, apresenta algumas peculiaridades para análise, considerando suas características multidimensionais (BARDDAL, 2008), complexas e dinâmicas (SCHIANETZ; KAVANAGH, 2008). Os métodos geralmente utilizados pelo turismo referem-se à avaliação de sustentabilidade em locais específicos (como parques, reservas naturais, praias) ou para análise de viabilidade de implantação de empreendimentos turísticos em processos de licenciamento ambiental (SCHIANETZ; KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007).

Esta pesquisa buscou especificamente estudar a aplicação de um método de avaliação de sustentabilidade que pudesse servir de suporte à gestão pública do turismo e aos tomadores de decisão, responsáveis pelo planejamento e gestão de uma destinação turística.

Dentre os métodos de mensuração de sustentabilidade estudados, utilizados pelo turismo, identificou-se a Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento

Sustentável para Destinações Turísticas recomendada pela OMT – Organização Mundial do Turismo (WTO, 2004) como uma ferramenta que atenderia aos pré-requisitos desta pesquisa, ou seja, um método de mensuração de sustentabilidade que pudesse ser aplicado a uma determinada destinação turística com o propósito de servir de suporte ao seu planejamento e à gestão sustentável.

A realidade escolhida para aplicação da metodologia foi a cidade de Florianópolis, ilha de vocação turística localizada ao sul do Brasil, caracterizando-se como uma destinação turística com problemas relacionados ao contexto deste trabalho, ou seja, ao dilema da busca pela sustentabilidade e desenvolvimento.

A escolha do método a ser aplicado embasou-se no levantamento teórico acerca dos métodos de avaliação de sustentabilidade disponíveis na literatura e foi feita a partir da análise de estudos comparativos anteriores realizados por três autores em específico, sendo eles Van Bellen (2002), Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), e Barddal (2008).

Van Bellen (2002) traz um estudo comparativo de métodos de avaliação de sustentabilidade aplicáveis a qualquer área ou propósito, destacando os mais conhecidos a partir de consulta a especialistas do mundo todo. Barddal (2008), a partir dos estudos de Van Bellen (2002) seleciona os métodos melhor aplicáveis a esfera organizacional e destaca métodos especificamente utilizados para o turismo, já que seu estudo é aplicado nesta área. Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) desenvolvem um estudo específico dentro do turismo, comparando métodos comumente usados por esta área. O estudo destes últimos autores foi importante para a escolha do método que deveria ser aplicado nesta dissertação.

A partir da escolha do método seria possível iniciar a aplicação da pesquisa proposta, cujo objetivo era aplicar o método escolhido a uma determinada realidade e então analisar as implicações relacionadas à aplicabilidade do método em si, ou seja, se o método escolhido, que inicialmente atendia aos pré-requisitos da pesquisa, quando aplicado na prática seria capaz de mensurar de fato a sustentabilidade de uma destinação turística, mostrando-se, assim, como uma ferramenta eficaz a ser utilizada para a gestão do turismo sustentável.

Dentro da literatura estudada nesta dissertação representou-se mais quantitativo o conteúdo sobre os métodos de avaliação de sustentabilidade e seus pressupostos teóricos, incluindo estudos que representavam análises comparativas entre eles. Contudo, poucos autores estudados dentro desta revisão bibliográfica

apresentaram conteúdo específico referente a aplicações práticas dos métodos de mensuração de impactos. Este aspecto, inclusive, é uma das recomendações para novas pesquisas encontradas nos estudos de Van Bellen (2002).

Dentre os estudos de aplicação prática dos métodos de mensuração de sustentabilidade revisados nesta dissertação, apenas dois deles – aplicação do método da Pegada Ecológica (ANDRADE, 2006) e apresentação do método da Bússola da Sustentabilidade, de Atkisson (2001) – referiam-se à aplicação em uma destinação turística. É preciso destacar que o objetivo destes trabalhos citados era verificar a sustentabilidade das destinações, e não necessariamente analisar a aplicabilidade do método, propósito desta pesquisa.

Este trabalho tem, portanto, como pergunta de pesquisa:

“Quais as implicações da aplicação do método da OMT à realidade de Florianópolis enquanto ferramenta de mensuração de sustentabilidade para destinações turísticas?”

Segundo a visão de Van Bellen (2002), a análise de aplicabilidade de um método de avaliação de sustentabilidade deve contribuir para a verificação de suas implicações frente à realidade, tornando-se uma fonte referencial de pesquisa útil para os gestores de turismo em busca de ferramentas de gestão e no meio acadêmico para o aprimoramento do conhecimento dentro da temática da sustentabilidade.

1.2 OBJETIVOS

Considerando este estudo com significância e aplicabilidade à área do turismo, seus objetivos estarão relacionados mais ao campo prático (pesquisa aplicada) que ao campo teórico. Por ser um estudo de análise de aplicabilidade de um método de mensuração de sustentabilidade será contemplado o nível operacional do problema, o que configura a definição de objetivos voltados a uma aplicação prática e suas implicações acerca dos temas trabalhados no campo teórico. O estudo não pretende ampliar o escopo teórico do problema, mas contribuir com testes no nível prático, realizados a partir de estudos pré-existentes. Sua

contribuição teórica deverá ser percebida de forma mais significativa no campo analítico que no campo conceitual ou filosófico do tema trabalhado.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a aplicabilidade da metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendado pela OMT à realidade de Florianópolis e suas implicações na busca do turismo sustentável.

1.2.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

- a) Descrever o desenvolvimento sustentável e os impactos do turismo nas destinações turísticas;
- b) Analisar os fundamentos teóricos que analisam e comparam os métodos de mensuração de sustentabilidade;
- c) Descrever os pressupostos teóricos que fundamentam o método escolhido e seu funcionamento;
- d) Aplicar o método à realidade de Florianópolis e analisar sua aplicabilidade e implicações na busca de uma gestão sustentável para o turismo.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para algumas pessoas, o turismo é visto como “uma prática econômica e uma ideologia social poderosíssima, a ponto de ser vista socialmente como vendedora daquilo que não pode entregar: desenvolvimento econômico e

sustentabilidade ambiental” ou ainda um “suposto desenvolvimento que a poucos beneficia” (OURIQUES, 2007, p.81). Os benefícios do turismo, sejam eles ligados ao aumento do número de empregos, renda, qualidade de vida, são propagados de forma mais intensa que os seus prejuízos, entendidos como degradação ambiental, exclusão social, crescimento populacional e pobreza.

O debate acerca dos impactos turísticos é comum na literatura específica do turismo, contudo, improdutivas são as tentativas de tentar encontrar o “resultado líquido” desta atividade (COOPER et al., 2007), ou seja, entre benefícios e prejuízos causados pelo turismo em determinada localidade, o que se evidencia: benefícios ou prejuízos?

Ao invés de questionar-se sobre os impactos em uma determinada destinação turística e seu resultado líquido (se positivo ou negativo), este estudo buscou levantar ferramentas que pudessem auxiliar na prática a busca pela sustentabilidade do turismo. Ou seja, questionar-se como mensurar impactos em uma destinação turística de forma a gerar informações capazes de auxiliar no planejamento e no processo de tomada de decisão. Desta forma o estudo transpõe o dilema benefícios ou prejuízos do turismo e busca ferramentas de gestão que possam construir um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para o turismo onde se busque maximizar benefícios e minimizar prejuízos.

Com esta linha de pensamento e visão acerca do mesmo problema, o turismo só irá se transformar no “diabo da tasmânia”, que “devora tudo o que encontra pela frente” (OURIQUES, 2007, p.79) caso seja abolida a capacidade de planejamento e gestão que a atividade do turismo pode dispor.

O uso de métodos de avaliação de sustentabilidade mostra-se eficaz para diversas áreas e em diferentes esferas de análise (VAN BELLEN, 2002; STROBEL, 2006; BARDDAL, 2008). O turismo, assim como outras áreas da economia, também pode se utilizar de ferramentas de mensuração de sustentabilidade como forma de buscar o desenvolvimento sustentável.

Para as destinações turísticas, o estudo é importante pois apresenta uma análise de aplicabilidade de um determinado método cujo propósito é mensurar a sustentabilidade, representando uma possível ferramenta que pode ser utilizada em prol de uma gestão sustentável do turismo, ou seja, ao testar um determinado método, o estudo avalia suas características, levanta seus pontos positivos,

negativos, o compara com outros métodos, e recomenda ações que possam significar melhorias.

Com este conhecimento prévio, um gestor público da área do turismo, responsável pelo planejamento e por políticas públicas de uma determinada destinação turística pode avaliar se é interessante ou não aplicar o mesmo método em sua destinação, e principalmente, o que pode fazer para que esta aplicação seja mais eficaz e traga melhores resultados.

No meio acadêmico, este tipo de estudo mostra-se atual e interessante, visto que as primeiras pesquisas específicas sobre o uso de métodos de avaliação de sustentabilidade datam do início da década de 1980 (SCHIANETZ; KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007). Esta pesquisa utilizou como base estudos comparativos de métodos de avaliação de sustentabilidade anteriores, de autores brasileiros e estrangeiros, os quais pode-se citar como principais referenciais desta pesquisa Van Bellen (2002), Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), e Barddal (2008).

Destes autores, dois são pesquisadores brasileiros localizados na mesma área geográfica deste trabalho (VAN BELLEN, 2002; BARDDAL, 2008), assim como pode ser citada similar pesquisa realizada na cidade de Florianópolis realizada pela autora Beatriz Andrade (2006). Isto indica que localmente o tema é de interesse científico e de pertinência prática, pois os estudos foram motivados a partir do conhecimento empírico da realidade turística de Florianópolis por parte destes autores.

Justifica-se esta pesquisa pelo seu caráter prático, que representa a continuidade e colaboração a estudos anteriores realizados dentro do campo da sustentabilidade, na apresentação de métodos de mensuração de impactos com o uso de indicadores. Além disso, a pesquisa colabora com a apresentação de estudos comparativos de métodos e especificamente métodos de avaliação de sustentabilidade aplicados à área do turismo no nível local das destinações turísticas.

O estudo não tem a intenção de avaliar a sustentabilidade da destinação turística de Florianópolis, mas de utilizar o município como campo de pesquisa para a verificação da aplicabilidade de determinado método de avaliação de sustentabilidade escolhido que pode ser aplicado a qualquer destinação turística. Por se tratar de um método aplicado a partir de pressupostos de planejamento e participação pública, a pesquisa também se mostra útil no campo acadêmico para

pesquisas na área de política pública, colaborando com gestores e planejadores, em especial da área do turismo.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho foi estruturado em seis capítulos, sendo apresentada no primeiro capítulo a introdução do tema da dissertação - a aplicabilidade de métodos de mensuração de sustentabilidade para destinações turísticas, assim como seu objetivo principal e objetivos específicos. A justificativa da pesquisa se embasa nos debates relacionados aos impactos causados pela atividade do turismo e a importância da busca de ferramentas aplicáveis ao planejamento e à gestão para a solução destes problemas. O estudo complementa outras pesquisas que abordam métodos de avaliação de sustentabilidade e colabora com a gestão pública das destinações turísticas.

O segundo capítulo refere-se à fundamentação e corpo teórico do trabalho, que aborda a apresentação de métodos de avaliação de sustentabilidade existentes, cuja aplicação prática se justifica a partir do entendimento dos conceitos teóricos relacionados à sustentabilidade e desenvolvimento, ao turismo, suas características multissetoriais e multidimensionais e estudos de impactos turísticos. Os métodos mais conhecidos de avaliação de sustentabilidade são apresentados neste capítulo, incluindo os métodos mais aplicados especificamente ao turismo. São apresentados os estudos comparativos de métodos realizados pelos autores Van Bellen (2002); Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), e Barddal (2008), que representaram elementos norteadores da escolha do método da OMT aplicado nesta pesquisa.

O terceiro capítulo dedica-se exclusivamente à apresentação da Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendado pela OMT (WTO, 2004), método escolhido para a aplicação prática desta pesquisa de dissertação. O capítulo traz uma descrição teórica dos pressupostos do referido método e seu passo a passo a partir de duas abordagens diferenciadas: *bottom-up* (processo participativo) ou *top-down* (uso da tabela de indicadores).

O quarto capítulo aborda a metodologia da pesquisa, suas características, contexto e etapas, sendo descritos neste último item todos os passos realizados para alcance dos objetivos específicos delimitados para este trabalho. Dentro destas etapas da metodologia estão descritas as formas de realização da pesquisa quanto ao seu levantamento bibliográfico, quanto aos critérios que levaram à escolha do método da OMT para aplicação prática, o estudo teórico do método escolhido e sua aplicação em Florianópolis, a forma como foram coletados os dados e os instrumentos de pesquisa utilizados. É feita também a descrição dos critérios utilizados para a análise da aplicabilidade do método da OMT e as limitações da pesquisa.

O quinto capítulo descreve os resultados da pesquisa e analisa suas implicações. Para a aplicação da pesquisa foi utilizada a tabela base de indicadores recomendada pelo método da OMT a partir de uma abordagem *top-down*, considerando a impossibilidade de executar esta mesma pesquisa utilizando-se de métodos de planejamento participativo, ou abordagem *bottom-up*. Neste capítulo a metodologia é também analisada segundo critérios de Van Bellen (2002), o que resulta na criação de uma nova tabela comparativa de métodos de avaliação de sustentabilidade, que completa a tabela original deste autor, e que poderá ser utilizada como referencial para destinações turísticas na escolha de suas ferramentas para avaliação de sustentabilidade.

No sexto e último capítulo são feitas as considerações finais acerca da aplicabilidade do método da OMT, com conclusões e recomendações do trabalho, a partir das bases teóricas trabalhadas de sustentabilidade, uso de indicadores e política pública.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo trata do corpo teórico desta pesquisa de dissertação e traz os fundamentos que embasam suas análises.

Serão apresentados primeiramente os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento como base conceitual introdutória para o entendimento da sustentabilidade dentro da área do turismo.

O turismo será então apresentado como um fenômeno multissetorial em sua dimensão econômica e multidimensional em seus impactos. Para isto, torna-se pertinente conhecer as características da atividade turística, o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento local, e os conceitos teóricos do turismo sustentável.

Os impactos turísticos, problemática que dá origem ao estudo de pesquisa realizado, serão descritos em suas dimensões econômica, sociocultural e ambiental. O caráter desta abordagem é descritivo, sem o objetivo de avaliação.

Como desfecho do entendimento da problemática de sustentabilidade inerente à atividade turística, será feita uma revisão sobre turismo, política pública e sustentabilidade, assuntos ligados ao planejamento e à gestão do turismo.

O capítulo traz por fim uma revisão sobre o tema deste trabalho, que é a mensuração de impactos e sustentabilidade, apresentando o corpo conceitual do uso de indicadores, os métodos de avaliação de sustentabilidade existentes e os métodos comumente utilizados pelo turismo. Para a apresentação dos métodos serão abordados estudos acadêmicos comparativos realizados pelos autores Van Bellen (2002); Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), e Barddal (2008).

2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

Até meados da década de 1970 os países, representados por suas lideranças, reuniam-se em uma mesma mesa para discussões políticas, econômicas e de direitos internacionais. Cada qual representava os interesses de seu país e tornava-se responsável pela propagação do que era discutido internacionalmente

em seus territórios e nações isoladamente. Estes encontros eram muitas vezes motivados por crises, períodos de guerras e necessidades políticas comuns.

A partir da década de 1970, o modelo então vigente de representação de interesses individuais pelos países apresentou rupturas conceituais, pois o escopo de responsabilidade passou a ser visto de forma global pelos países (ALMEIDA, 2007), ou seja, todos eram responsáveis por todos. O que um país produzia localmente poderia afetar outro país indiretamente, sendo necessária a discussão e adoção de medidas integradas e em um âmbito global.

A globalização, que segundo Gladwin (*apud* HOLLIDAY et al., 2002, p.59) “implica um nível crescente de ampla interdependência entre os países”, não foi uma ideologia imposta, mas uma transformação do entendimento do homem em relação ao seu posicionamento no mundo motivada pela difusão da informação e comunicação entre os países.

Questões sociais e de sustentabilidade tornaram-se mais evidentes no pleito das discussões internacionais. A sociedade tomou consciência de que suas ações direcionadas ao crescimento e ao desenvolvimento podiam gerar impactos substantivos e irreversíveis ao meio ambiente (VAN BELLEN, 2002; STROBEL, 2005; ALMEIDA, 2007; BARDDAL, 2008). As relações entre a sociedade e o meio ambiente passaram a ser vistas de uma forma mais crítica (VAN BELLEN, 2002) onde o diálogo acerca dos impactos ambientais, socioculturais e ambientais tornou-se parte de uma agenda global entre os países. A consciência dos efeitos destes impactos pela sociedade levou ao reconhecimento da necessidade de se respeitar limites (BARDDAL, 2008).

Em 1972 representantes de vários países do globo reuniram-se pela primeira vez para discutir temas relacionados ao meio ambiente, tendo sido realizada em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. “A busca de um novo tipo de desenvolvimento que respeitasse a capacidade de suporte aos ecossistemas foi um dos temas tratados na conferência” (ALBERTON, 2003, p.35).

Segundo Sachs (2000), havia duas posições claramente distintas e opostas: um grupo de pessoas que previa abundância e que considerava descabidas as colocações relacionadas ao meio ambiente, de forma a atrasar o desenvolvimento industrial da época e outro grupo formado por aqueles que de forma pessimista defendiam a imediata desaceleração do crescimento demográfico e econômico

justificado por um cenário apocalíptico próximo. Ambos os posicionamentos foram descartados, pois a idéia trabalhada inicialmente em Estocolmo era que “o crescimento era necessário, porém, devia ser socialmente receptivo e favorável ao meio ambiente e não simples e puramente, assimilar ao PIB a ação predatória sobre o capital natural” (SACHS, 2000, p.52).

Os riscos associados ao crescimento econômico contínuo baseado no uso ilimitado dos recursos naturais foram relatados no mesmo ano de 1972 pelo relatório *Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento) publicado pelo Clube de Roma. Os estudos do cientista Denis Meadows, neste relatório, alertavam para os problemas relacionados ao crescimento da população e à escassez de recursos, o que levaria à possível extinção destes e também da população humana (ALBERTON, 2003). Iniciavam-se desta forma as discussões sobre a sustentabilidade.

Após a Conferência de Estocolmo, a ONU criou em 1983 a *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD) formada por 21 membros, dentre eles um brasileiro, Paulo Nogueira Neto, cujo propósito era “estudar e propor uma agenda global para a humanidade conciliar o desenvolvimento econômico com o enfrentamento dos principais problemas ambientais do planeta” (ALMEIDA, 2007, p.215).

Também chamada *The Brundtland Commission* (Comissão de Brundtland) por ser presidida pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, a comissão reuniu-se em 1987, produzindo o chamado *Relatório de Brundtland*, também conhecido como *Our Common Future*, onde o desenvolvimento sustentável foi conceituado e divulgado pela primeira vez como a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (ALBERTON, 2003; ALMEIDA, 2007, COOPER et al., 2007).

Ainda na década de 1980 pode-se citar a Convenção de Viena (1985) e a assinatura do Protocolo de Montreal (1987) que tratavam sobre o uso de substâncias nocivas à camada de ozônio (ALBERTON, 2003). Em 1991 foi promulgada pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) a chamada *Carta de Roterdã*, também conhecida como “Princípios do Desenvolvimento Sustentável” direcionadas aos países e suas empresas, com 16 princípios indicativos de responsabilidade ambiental relacionada às empresas.

Um ano após, a ONU realiza no Rio de Janeiro a chamada Cúpula da Terra, ou ECO 92, que estabelece uma agenda comum a todos os países do mundo em busca da sustentabilidade – a Agenda 21. Conforme explica Campos (2004, p.25), a agenda 21 tornou-se um marco da sustentabilidade e refere-se a “um processo de desenvolvimento de políticas e ações para o planejamento sustentável, assim como serve de instrumento para o planejamento municipal, pois estabelece prazos e responsabilidades para a solução de problemas locais”.

Nesta conferência da ONU, além da agenda 21, foram assinados importantes documentos, como a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas e assinaturas para futuras convenções (ALBERTON, 2003; CAMPOS, 2004; ALMEIDA, 2007). Segundo Alberton (2003), após a realização da ECO 92, houve uma ampla disseminação dos preceitos discutidos e desenvolvidos nestes encontros em âmbito global. As questões ambientais e de sustentabilidade passaram a fazer pauta das principais discussões dos países, e continuam sendo abordadas até hoje como uma preocupação contínua e não estanque.

A partir deste referencial cronológico, é possível entender como são recentes as questões de sustentabilidade e desenvolvimento (início em 1972) discutidas pelo mundo, em um espectro global de responsabilidade e envolvimento. De 1972 a 2009 são dezessete anos de discussão e produção acadêmica sobre o assunto. Um período não tão longo para o desenvolvimento científico, mas suficiente para a evolução de temas e debates importantes, como o aquecimento global, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, governança, ecoeficiência, erradicação da pobreza, que refletem a preocupação dos homens em relação ao futuro, em um pensamento de longo prazo, que envolve planejamento, método e envolvimento comum.

A sustentabilidade é o assunto de pauta deste trabalho, sendo discutida dentro da complexa atividade do turismo. Para solidificar as discussões e análises, serão apresentados, primeiramente, os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento encontrados na literatura acadêmica.

Há relatos da existência de mais de 160 definições diferentes para o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (STROBEL, 2005) formulados por ecologistas, economistas, biólogos e sociólogos.

Os conceitos de sustentabilidade apresentados pelos autores estudados convergem nos aspectos de definição de um processo de administração de necessidades sociais, ambientais e econômicas da sociedade, de modo a utilizar recursos sem comprometer seu uso futuro, em um pensamento unificado de cunho social, econômico e de longo prazo (OMT, 2001, ALMEIDA, 2007, HOLLIDAY et al., 2002, COOPER, 2007, CAMPOS, 2004; BENI, 2006, 2003).

Os conceitos de sustentabilidade geralmente estão ligados aos aspectos relacionados ao meio ambiente, o que pode denotar um caráter estático e determinista às questões da sustentabilidade. Segundo Daroit e Nascimento (*apud* BARDDAL, 2008), mesmo com caráter determinista, considerando as relações das ações humanas ao meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável também apresenta por outro lado um caráter voluntarista, pois a condição ambiental depende das ações humanas. Sendo assim, a sociedade torna-se diretamente responsável pelas conseqüências inerentes às suas ações de interação com o meio.

Uma das principais características do conceito de sustentabilidade é a sua dinâmica. De uma forma geral, a sustentabilidade é definida como um conceito dinâmico, que engloba um processo de mudança (SACHS, 1997), que não pode ser rigidamente definido (FABER; JORNA; VAN ENGELEN *apud* BARDDAL, 2008), e que se apresenta claramente carregado de valores relacionados à ética, aos princípios, à moral, crenças e valores de uma comunidade (DAHL *apud* STROBEL, 2005).

Bossel (*apud* VAN BELLEN, 2002) concorda com Sachs (1997) quando afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser dinâmico, pois as mudanças da sociedade e do meio ambiente são contínuas, dando origem a uma série de adaptações às novas realidades, as quais não podem ser perfeitamente previstas, pois fazem parte de um processo de evolução. Uma sociedade sustentável deve permitir e sustentar estas modificações (SACHS, 1997; BOSSEL *apud* VAN BELLEN, 2002; STROBEL, 2005).

A afirmação acerca da dinâmica da sustentabilidade originalmente foi exposta no *Relatório de Brundtland* (1987), que afirma que o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia. É, antes, um processo de mudanças em que as alterações na exploração dos recursos, gestão de investimentos, orientação do desenvolvimento e a nível institucional são geridas de um modo coerente com as necessidades futuras e presentes.

O relatório apresenta, segundo Ferreira (1996), uma série de medidas que devem ser tomadas dentro do nível do Estado nacional, sendo elas: (a) limitação do crescimento populacional; (b) garantia de alimentação a longo prazo; (c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; (d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; (e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados na base de tecnologia ecologicamente adaptadas; (f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; (g) satisfação das necessidades básicas.

O *Relatório de Bruntland* define também metas a serem realizadas no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições internacionais. Neste quesito ele define: (h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; (i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos, o espaço; (k) guerras devem ser banidas; (l) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 1996, p.107).

Para a OMT – Organização Mundial do Turismo (2001), o conceito de sustentabilidade é também multidimensional e deve ser entendido a partir dos aspectos ambientais, socioculturais e econômicos, conforme descreve em seu Manual de Desenvolvimento de Turismo Sustentável para Organizadores Locais (OMT, 2001, p.11, grifo nosso) e conforme será abordado neste trabalho:

A sustentabilidade do ambiente assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como a diversidade e recursos biológicos;

A sustentabilidade social e cultural assegura que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre suas vidas, é compatível com a cultura e os valores morais do povo por ele afetado e que mantém e fortalece a identidade da comunidade;

A sustentabilidade econômica assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos são geridos de modo que possam suportar as gerações futuras.

Sachs (2000) inclui mais duas dimensões para este entendimento do conceito de sustentabilidade, sendo elas a sustentabilidade espacial ou geográfica, relacionada ao uso mais equilibrado dos espaços urbanos e rurais, e a

sustentabilidade institucional, que envolve tanto os aspectos políticos quanto institucionais relacionados à sustentabilidade.

Ignacy Sachs¹ foi o cientista que primeiramente formulou os princípios básicos desta nova visão do desenvolvimento sustentável em 1973, logo após a Conferência das Nações Unidas. A idéia do conceito original de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades, na verdade resume os seis aspectos definidos por Sachs que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento sustentável: (a) a satisfação das necessidades básicas; (b) a solidariedade com as gerações futuras; (c) a participação da população envolvida; (d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; (e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; (f) programas de educação (SACHS, 2000).

Ao contrário do que se evidencia nas citações deste autor, seu discurso não envolve a sustentabilidade unicamente, mas o desenvolvimento de forma integrada, que, na sua visão, deve se direcionar a ser “ambientalmente sustentável, economicamente sustentado e socialmente incluyente” (SACHS, 2004, p.118). Esta idéia de desenvolvimento de Sachs proporciona um entendimento mais amplo do tema sustentabilidade, que, muitas vezes, é tratado de forma isolada e sintética por alguns autores, restrito às dimensões ambiental, econômica e ecológica.

Na obra de Ignacy Sachs, o conceito de desenvolvimento apóia-se na tríade da igualdade, da equidade e da solidariedade (SACHS, 2004). A idéia de igualdade sustenta-se na maximização de vantagens para aqueles que vivem nas piores condições, de forma a equilibrar as relações entre os que detêm a riqueza e os que vivem na pobreza, segundo ele, “um fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância” (SACHS, 2004, p. 14). A equidade consiste em tratar de forma desigual aqueles que são desiguais, ou seja, fazer com que as regras favoreçam os mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem. A solidariedade, no fechamento desta tríade, considera um imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e solidariedade diacrônica com as gerações futuras, idéia que se associa aos conceitos de sustentabilidade ambiental.

¹ Sachs é um dos autores mais citados dentro da temática da sustentabilidade, e também na área de turismo. Professor da École des Hautes Études em Sciences Sociales, o autor desenvolveu estudos na área de desenvolvimento, especialmente direcionado aos países menos desenvolvidos e também ao Brasil.

De forma complementar ao pensamento de Sachs (2004), Ferreira (1996) afirma que a idéia de sustentabilidade relaciona-se com outras três dimensões sociais já consagradas dentro do pensamento político do século XX: democracia, equidade e eficiência.

Na sociedade democrática o governo é eleito em eleições livres competitivas e as regras escritas da sociedade em forma de lei regulam efetivamente as relações sociais. Numa sociedade democrática os direitos individuais têm correlatos nos deveres individuais e os interesses coletivos têm predomínio sobre os interesses individuais. Na sociedade equitativa todos os indivíduos (independentemente de gênero, origem social, raça, idade, credo e ideologia) têm as mesmas oportunidades para desenvolverem enquanto tais. Numa sociedade equitativa o herdado tem uma importância mínima e o adquirido tem uma importância máxima. As dimensões fundamentais da sociedade eficiente são: a avaliação de custo-benefício na tomada de decisões, uma equilibrada combinação de competição e cooperação nas regras do jogo e uma promoção contínua do desenvolvimento científico-tecnológico (FERREIRA, 1996).

Dentro desta relação conceitual exposta por Ferreira (1996) é possível dizer que os conceitos que permeiam o desenvolvimento sustentável são os mesmos conceitos inerentes ao entendimento de políticas públicas, os quais, segundo Souza Santos (1995) e Dowbor (1998), apóiam-se na tríade Estado, Sociedade e Mercado, na busca pela equidade, pela democracia e pela eficiência.

Para Sachs (2004), o Estado representa o mecanismo de coordenação da sociedade que deve ser ao máximo limpo, ativo e enxuto, e cujas ações devem se remeter a articulação de espaços de desenvolvimento, desde o nível local ao transnacional, a promoção de parcerias e harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas. Ele cita em sua obra o autor Pradab Bardhan, que contribui dizendo que “cada mecanismo de coordenação da sociedade – o Estado, o mercado, a comunidade – tem as suas próprias falhas, mas cada um tem algumas vantagens únicas que podemos tentar combinar a fim de coordenar a correção das falhas” (PRADAB BARDHAN *apud* SACHS, 2004).

Segundo Penna (2006, p.7) os princípios que regem a sustentabilidade consideram além da equidade social e econômica das nações, a educação ambiental, a manutenção do capital natural, o consumo equilibrado de água, energia e combustíveis fósseis, a emissão de poluentes compatíveis com as taxas de

absorção ou transformações naturais e a preservação da biodiversidade, entre outros. Tais princípios conferem responsabilidade à sociedade como um todo.

Uma sociedade sustentável é aquela que mantém o estoque de capital natural ou compensa pelo desenvolvimento do capital tecnológico uma reduzida depleção do capital natural, permitindo assim o desenvolvimento das gerações futuras (FERREIRA, 1996; HOLLIDAY et al., 2002; ALMEIDA, 2007). Numa sociedade sustentável o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao invés de somente pelo puro consumo material.

Em suma, a teoria do desenvolvimento sustentável não se relaciona apenas às questões ambientais, mas proporciona uma visão tridimensional do desenvolvimento, “onde a eficiência econômica combina-se à prudência ecológica e à idéia da realização de uma sociedade solidária e justa” (FERREIRA, 1996, p.111). Dentro desta visão de desenvolvimento, o mercado é visto como uma instituição entre muitas, e a governança democrática como o único esquema adequado à regulação dos mercados (HOLLIDAY et al., 2002; AMARTYA SEM *apud* SACHS, 2004; ALMEIDA, 2007).

Para diferenciar crescimento de desenvolvimento, Sachs (2004, p.13) explica que,

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre o requisito de aproximação entre a economia e a ética na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

O padrão de crescimento dominante é segundo desenha Sachs (2004), concentrador e excludente, ao contrário do padrão de desenvolvimento que se busca hoje, mais igualitário, equilibrado e includente (ou sustentável, como tratamos neste trabalho).

O crescimento econômico, mesmo que se mostre rápido e eficiente somente irá trazer desenvolvimento, segundo a visão de Dudley Seers (*apud* SACHS, 2004) se gerar emprego e contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades. E é justamente neste aspecto que o trabalho de Ignacy Sachs se solidifica, fundamentado na busca do trabalho decente para todos, o que chama de

“desenvolvimento includente”, ou seja, pleno emprego de todos os meios de produção, eficiência social e ecoeficiência.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável exige o equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e social e a viabilidade econômica e “apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento” (SACHS, 2004, p.36).

Segundo Van Bellen (2002), a sustentabilidade tem múltiplas dimensões e níveis (locais, regionais, ecossistemas, uma nação, um empreendimento), ou seja, envolve a inter-relação de múltiplos subsistemas organizacionais e sociais que devem ser sustentáveis para garantir de forma integrada a sustentabilidade. A sustentabilidade isolada dentro destes subsistemas não garante a sustentabilidade como um todo, até mesmo porque existem fatores inter-relacionados entre os subsistemas que não podem ser entendidos de forma isolada e delimitada dentro de um subsistema menor (VAN BELLEN, 2002).

Além do entendimento dos desdobramentos ou visões analíticas do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento, é preciso considerar as demais idéias que fazem parte deste conceito, como a importância do envolvimento e engajamento de todos os setores da sociedade (HOLLIDAY et al., 2002; CAMPOS, 2004; ALMEIDA, 2007; COOPER et al., 2007), a inclusão econômica e social na base da pirâmide (HOLLIDAY et al., 2002; SACHS, 2006; ALMEIDA, 2007), a sustentabilidade como “[...] condição de sobrevivência do planeta, do homem e de seus empreendimentos” (ALMEIDA, 2007, p.1), as incoerências do conceito a partir da idéia que a indústria e consumidores são guiados por necessidades e objetivos de curto prazo e a sustentabilidade baseada no planejamento e no longo prazo (COOPER et al., 2007), a carência de lideranças nesta área (ALMEIDA, 2007) e a dificuldade de mensuração para o alcance da sustentabilidade (COOPER et al., 2007).

Completa o conceito de sustentabilidade as idéias de ecoeficiência, como “o grau de eficiência com que os recursos ecológicos são usados para atender às necessidades humanas. [...] Mais bem-estar por menos natureza” (OCDE *apud* HOLLIDAY et al., 2002). O conceito é aplicado em todos os setores da economia e a todas atividades humanas. Segundo Holliday et al. (2002), a ecoeficiência deve estimular a criatividade e a inovação, motivando as empresas e as pessoas a buscarem novos meios de fazerem as coisas, com o uso sustentável de recursos.

Para Almeida (2007), a ecoeficiência proporciona um crescimento qualitativo, diferente da busca quantitativa da lógica econômica.

Segundo o WBCDS – *World Business Council for Sustainable Development* (2000b), citado por Holliday et al (2002, p.115), pode-se entender a ecoeficiência como:

[...] o fornecimento de bens e serviços precificados de maneira competitiva, capazes de satisfazer às necessidades humanas e de contribuir para a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem progressivamente os impactos ecológicos e o consumo de recursos durante todo o seu ciclo de vida, para níveis ao menos compatíveis com a estimada capacidade de carregamento da Terra.

Neste pensamento direcionado ao uso racionalizado dos recursos, a sustentabilidade traz a necessidade de gestão de processos com o uso da tecnologia e inovação. “A inovação também é tema crítico para a sustentabilidade. A sustentabilidade exige novos produtos e serviços que consumam menos recursos naturais, que gerem menos poluição e resíduos e que sejam mais acessíveis aos pobres” (HOLLIDAY et al., 2002, p.31).

Comumente associadas à busca de lucratividade, a tecnologia e a inovação são vistas como meios de conseguir resultados de interesse econômico. Contudo, dentro das discussões sobre sustentabilidade, a tecnologia e a inovação são vistas como meios de contribuição para um desenvolvimento sustentável, aplicadas não apenas à produção, mas também aos processos econômicos, sociais e institucionais (HOLLIDAY et al., 2002). Nesta ótica, também o mercado pode transformar-se em um aliado, a despeito de seu posicionamento de vilão frente ao uso insustentável dos recursos na rota da lucratividade.

Segundo este mesmo autor, “A forma mais eficaz de atingir o desenvolvimento sustentável é por meio do mercado” (HOLLIDAY et al., 2002, p.57) pois os mecanismos de mercado oferecem desafios à criatividade humana, o que favorece o desenvolvimento de produtos e serviços mais sustentáveis.

Sob este viés, a globalização torna-se uma aliada à perpetuação da vida na Terra, pois estimula os mercados a funcionarem de modo sustentável, mesmo a partir de uma lógica eminentemente econômica. “Não faz sentido ter uma economia global quando não se dispõe de um meio ambiente global que crie condições para que se sobreviva e se desfrute do que se produz” (LESTER THUROW 1997, p.239 *apud* HOLLIDAY et al., 2002, p.338).

Sendo assim, o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável pode ser viabilizado tecnicamente, por meio da tecnologia, da inovação e até mesmo do mercado. (HOLLIDAY et al., 2002; ALMEIDA, 2007; BARDDAL, 2008). Contudo, para que isto aconteça, os gestores e tomadores de decisão devem assumir uma postura diferenciada em relação às suas políticas de desenvolvimento. “A discussão sobre sustentabilidade está mudando de um enfoque meramente ambiental para uma perspectiva organizacional e social” (BARDDAL, 2008, p.37).

Fica cada vez mais evidente que a sustentabilidade passa a permear todos os setores da sociedade, todas as atividades econômicas e que demanda um envolvimento público. Para Penna (2006, p.7),

Todas as reflexões convergem na ótica de que a prática da sustentabilidade é uma tarefa que depende de todos. Não está circunscrita a um setor social, um agente econômico, uma instituição governamental ou uma nação. Além disso, não pode ser contemplada apenas sob a visão ecológica, porque outras dimensões, como a social, a econômica, a cultural, a educacional, a espacial e a política fazem parte deste contexto. De forma fragmentada, nenhum agente chegará a uma modelo para a superação dos desequilíbrios vivenciados pela humanidade.

Os debates sobre sustentabilidade são necessários para o embasamento teórico deste trabalho, que trata sobre a avaliação de impactos e sustentabilidade especificamente dentro da atividade turística. A partir de uma discussão mais ampla sobre sustentabilidade e desenvolvimento, busca-se desmembrar o conhecimento teórico para aplicações mais setorializadas e práticas. Desta forma, a sociedade pode entender ainda mais os resultados de suas ações com o meio ambiente, através da mensuração dos impactos que podem ser causados à vida no local onde vivem. “Aos poucos, muitos se dão conta de que vivem no planeta Terra, e precisam entender-se, enquanto habitantes, que dependem da vida desse planeta” (FERREIRA, 1996, p.93).

2.2 TURISMO: FENÔMENO MULTISSETORIAL E MULTIDIMENSIONAL

“A idéia de ter os olhos voltados para as gerações futuras ao se planejar os recursos finitos é recomendável para todos os tipos de atividades de produção e consumo, incluindo-se aí o turismo” (COOPER et al., 2007). Este item da revisão

teórica irá introduzir o estudo do turismo nos debates da sustentabilidade e do desenvolvimento, assim como os desafios encontrados pelos gestores rumo a este objetivo.

Para o entendimento da sustentabilidade na atividade turística, será feita uma abordagem conceitual sobre o turismo enquanto atividade econômica, que se caracteriza por sua multissetorialidade em termos econômicos, por envolver mais de um setor da economia e multidimensionalidade em seus impactos, por causar efeitos ambientais, econômicos e socioculturais nos locais onde está instalado. Além desta abordagem, será apresentado o turismo como estratégia de desenvolvimento local e os conceitos ligados ao turismo sustentável.

A descrição dos impactos econômicos, socioculturais e ambientais será feita no item seguinte, o que irá subsidiar e deixar evidente a necessidade da busca de métodos que possam medir os impactos e avaliar a sustentabilidade das destinações turísticas em prol da melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que participam da atividade turística.

2.2.1 A atividade turística

O turismo tem se destacado como uma das atividades que mais crescem no mundo todo (CUNHA, S.; CUNHA, J., 2005), tornando-se uma de suas maiores indústrias (PIÑERO VERDINELLI, 2002). De natureza complexa e dinâmica (SCHIANETZ; KAVANAGH, 2008), o turismo pode ser entendido como uma atividade multissetorial em sua dimensão econômica e multidimensional em seus impactos.

Mais que um segmento de indústria, o turismo é uma atividade humana que impacta 52 segmentos diferentes da economia (matriz insumo-produto do IBGE), “empregando em sua cadeia, desde mão-de-obra mais qualificada em áreas que se utilizam de alta tecnologia, até as de menor qualificação, tanto no emprego formal quanto no informal” (BENI, 2003, p.106). Este efeito em cadeia é também conhecido como efeito multiplicador (RUSCHMANN, 1997; LAGE; MILONE, 2001; RABAHY, 2003; COOPER et al., 2007).

Segundo Beni (2003), o turismo não pode ser entendido como uma manifestação isolada dentro de um setor produtivo da economia, pois envolve mais de um setor. “O turismo é um destacado mercado captador de investimentos e um gerador de emprego e renda. Portanto, inclui-se entre os setores que poderiam ser entendidos como motrizes do desenvolvimento regional” (BENI, 2003, p.103). Esta característica ligada ao desenvolvimento regional também ocorre, segundo Cunha, S. e Cunha, J. (2005), devido ao fato de que o consumo da atividade turística acontece necessariamente no âmbito local das destinações turísticas.

Os setores da economia que sistematicamente se interligam no turismo são: acomodação, agenciamento, transporte, comércio, gastronomia, lazer e divertimento, arquitetura, ecologia e meio ambiente, esportes, eventos, cultura, artes, estudos, educação (LAGE; MILONE, 2001). Um conglomerado de inúmeros pequenos negócios que apesar de independentes e interativos mostram-se fortemente conectados e interdependentes (SCHIANETZ; KAVANAGH, 2008). O Quadro 01 mostra a multiplicidade do turismo a partir do ponto de vista da oferta, elaborado pela OMT.

Frente a estas constatações, é possível dizer que o turismo é um fenômeno multissetorial em sua dimensão econômica, aspecto que irá permear boa parte das análises deste trabalho.

A atividade econômica e social do turismo é tema diretamente relacionado à sustentabilidade. Devido à sua estreita relação com o meio ambiente (RUSCHMANN, 1997; CUNHA, S.; CUNHA, J., 2005), o turismo desempenha um papel de responsabilidade diferente das demais indústrias, pois deve preservar o meio natural e os aspectos culturais para se manter atrativo e economicamente viável. Segundo o WTTC – *World Travel and Tourism Council* (2008, não paginado),

Humanity is facing new challenges. With its close ties to the natural, social and cultural environment, Travel & Tourism have a significant responsibility and role to play, not only in global dialogue, but more importantly in implementing solutions which will lead to a better use of our limited resources².

² A humanidade está encarando novos desafios. Dentro da preocupação emergente dos ambientes naturais, sociais e culturais, as viagens e o turismo têm uma responsabilidade significativa e um papel a cumprir, não apenas no diálogo global, mas mais importante na implementação de soluções que irão levar a um melhor uso de nossos limitados recursos.

DIVISÕES DA ISIC	ATIVIDADE EMPRESARIAL	EXEMPLO
Construção Civil	T	Hotéis, equipamentos para recreação, equipamentos de transporte, resorts.
Atacado e Varejo	P T	-Venda de veículos automotores, venda de combustíveis para veículos automotores, venda de alimentos no varejo, venda de tecidos no varejo; -Venda de acessórios de viagem no varejo, venda de souvenirs, etc.
Hotéis e Restaurantes	P T	-Restaurantes do tipo fast food, gastronomia; -Hotéis, locais para camping.
Transporte, armazenamento	P T	-Transporte ferroviário, locação de veículos e comunicações, transporte fluvial; -Trem, companhias aéreas, serviços especiais de turismo ferroviário, serviços rodoviários de longa distância, navios para cruzeiros marítimos.
Intermediação financeira	P T	-Câmbio de moedas, seguros de vida, cartões de crédito; -Seguros de viagem.
Atividades imobiliárias e de locação	P T	-Compra ou venda de propriedade sob leasing, locação, aluguel ou aquisição de propriedade; -Locação de equipamentos de esqui, aluguel de casas e equipamentos.
Administração Pública	P T	-Serviços de tradução, administração de alfândega, regulamentações de caça e pesca, relações internacionais, guarda de fronteiras. -Administração turística, bureaux de informações, emissão de vistos, regulamentação de transportes privados.
Educação Formal e Informal	P T	-Educação de adultos e crianças, auto-escolas, escolas de aviação, instruções de navegação. -Escolas de hotelaria, programas de educação para o turismo, escolas de serviços de recreação e parques, orientações aos turistas.
Serviços	P T	-Natação, instruções de mergulho com uso de equipamentos, instruções de vôo, instruções de navegação, cinema; -Birô de turismo, clubes de viagem, sindicato dos profissionais de turismo.
Organizações internacionais extraterritoriais	P T	-OECD, Banco Mundial, FMI, ASEAN; -Organizações internacionais de turismo.

*P = parcialmente envolvida com o turismo; T = totalmente dedicada ao turismo

Fonte: OMT e UNSTAT, 1994.

Quadro 01 – Definição de turismo baseada na oferta, proposta pela OMT (Classificação Internacional Industrial Padrão – International Standard Industrial Classification, ISIC)

Fonte: COOPER *et al.*, 2007

A diferença entre as demais indústrias e a indústria do turismo é que enquanto a indústria em geral utiliza (ou destrói) recursos para produzir, o turismo deve preservar para produzir (RUSCHMANN, 1997). Se houver o uso aleatório dos recursos naturais dissociado da preservação ambiental, o turismo perde sua condição de existência. Além disso, o turismo deve se preocupar com a manutenção das características culturais dos locais onde está implantada sua atividade, em uma

corresponsabilidade social e institucional, visto que a cultura também se configura como um de seus principais atrativos (COOPER et al., 2007).

O turismo mantém uma forte relação com o espaço físico onde suas atividades acontecem (dimensão espacial), com as pessoas e comunidades locais (dimensão sociocultural), com o uso e a preservação do meio ambiente (dimensão ambiental) e com os propósitos de desenvolvimento sustentável (dimensão institucional), sendo a dimensão econômica associada e dependente destes aspectos (BARDDAL, 2008). Tal colocação evidencia o caráter multidimensional do turismo frente a seus impactos, que podem ser positivos ou negativos, dentro das dimensões apresentadas.

O estudo do turismo é merecedor de caráter acadêmico devido à amplitude de seus impactos nos ambientes naturais, socioculturais e econômicos gerados a partir da atividade turística implantada. Tais efeitos envolvem política e sociedade, investimentos e uso de recursos. As pesquisas acadêmicas apresentam um amplo campo de estudo, aberto a novas técnicas multidisciplinares de investigação científica.

Assim como as demais atividades econômicas, o turismo tem lados positivos e negativos. O lado negativo, contudo, muitas vezes é evidenciado devido à amplitude dos impactos gerados pela atividade. O turismo passa a ser uma atividade que a poucos beneficia (OURIQUES, 2007) e que é destrutiva ao invés de ser sustentável (KRIPPENDORF, 2000). Na verdade, existe uma “crença comum que todos aqueles que se beneficiam do turismo tendem a perceber suas conseqüências positivas, enquanto aqueles que não, enfatizariam seus efeitos negativos” (KING et al., 1993).

As organizações internacionais apóiam o turismo por sua contribuição à paz mundial, pela diminuição da pobreza, pelos benefícios da hibridização entre povos e culturas, pelas vantagens econômicas que dele possam decorrer e pelo fato de o turismo ser um setor econômico relativamente limpo. Porém, uma questão importante é a imagem geral negativa que se tem do turismo como um espoliador de destinos turísticos, um precursor de mudanças sociais adversas (COOPER et al., 2007, p.32).

A solução, contudo, segundo evidencia o próprio Krippendorf (2000) não é simplesmente suprimir o turismo por ele apresentar-se capaz de causar inúmeros impactos negativos, mas “humanizar de forma que as políticas transponham as fronteiras econômicas e técnicas e abordem outras dimensões igualmente

importantes para o desenvolvimento humano” (KRIPPENDORF, 2000). Torna-se fundamental a gestão e o planejamento desta atividade dentro dos preceitos da sustentabilidade (RUSCHMANN, 1997).

O lado positivo do turismo é evidenciado com maior enfoque na sua dimensão econômica, especialmente por ser gerador e multiplicador de empregos e renda. Normalmente são divulgados e explorados pelos meios de comunicação de massa os números que fazem do turismo uma atividade atrativa e em expansão no mundo todo. Segundo estatísticas da OMT, o turismo é responsável por 1,42% do PIB mundial, gerador de recursos que variam entre 7% e 8% do volume total das exportações mundiais, movimentando cerca de 480 bilhões de dólares no mundo todo. A atividade emprega cerca de 280 milhões de pessoas – uma entre dez pessoas da população mundial economicamente ativa, contribuindo com cerca de US\$ 770 bilhões em impostos de taxas. São computados nestas estatísticas US\$ 800 bilhões de investimentos em novos equipamentos e serviços (BENI, 2003, RABAHY, 2003, COOPER et al., 2007).

Informa Rabahy (2003, p.2) que “[...] o turismo coloca-se entre os cinco principais itens geradores de receitas de divisas na economia mundial, liderados pelas exportações de armamento e de petróleo”. Para 2020, a OMT calcula que serão 1,56 bilhões de turistas internacionais em todo o mundo comparado com os 703 milhões em 2002 e 565 milhões em 1995, ou seja, um crescimento de 4,1% dentro do período 1995-2020. Estima-se que os gastos destes turistas alcancem em torno de US\$ 4 trilhões, que, somados aos gastos do turismo interno de cada país, chegue a uma cifra surpreendente de US\$ 9 trilhões (OMT, 2001, BENI, 2003, COOPER et al., 2007, RABAHY, 2003).

As estatísticas no Brasil também revelam dados positivos. Segundo estudos da FIPE³, o turismo gera 1,63 milhões de empregos diretos e 750 mil empregos indiretos, totalizando cerca de 2,4 milhões de empregos no Brasil, ou seja, 3,3% do total de pessoal ocupado (RABAHY, 2003).

A EMBRATUR⁴ revela que o turismo gera um valor adicionado de R\$ 131,6 bilhões de bens e serviços consumidos na economia do país em 2005, 16,4% acima do contatado no ano anterior. Esses números representam 7,15% do total da economia, sendo 11% do total do setor de serviços. O total do consumo turístico

³ Conta Satélite de Turismo. FIPE. Impacto econômico do turismo. Abr./2002

⁴ EMBRATUR, MTUR e IBGE - Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005.

levantado refere-se a indústria (69,4%), serviços (29,6%) e setor agropecuário (1,22%). Segundo Fonteles (2004, p.104),

Na busca pela competitividade, o governo brasileiro investe no turismo alegando a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida, o desenvolvimento regional, a integração, a geração de divisas e de emprego e a formação de mão-de-obra, com a preocupação básica de satisfação das necessidades do cliente.

Os números representam uma amostra do impacto que o turismo provoca na economia e na sociedade mundial e brasileira. Contudo, somente os dados econômicos não são capazes de defender o turismo como uma atividade desejável e recomendada para qualquer local do globo. A análise de impactos do turismo envolve os campos econômico, sociocultural e ambiental, de forma a estabelecer diretrizes para uma gestão sustentável desta atividade humana tão difundida nos últimos anos. Os impactos serão estudados no próximo item deste capítulo teórico.

2.2.2 O Turismo como estratégia de desenvolvimento

O turismo é conhecido como um meio eficaz de gerar divisas, através da entrada de moeda estrangeira na economia, e de gerar renda para as comunidades locais, através dos efeitos multiplicadores da atividade (LAGE; MILONE, 2001; RABAHY, 2003; COOPER et al., 2007).

Por este motivo, muitos governos encontram no turismo a atividade de destaque na economia para direcionamento de investimentos e políticas. Contudo, a escolha do turismo como estratégia para o desenvolvimento não pode basear-se apenas nestas premissas, tendo em vista a especificidade de cada economia nos diversos lugares do mundo. Outros fatores devem ser considerados, como as características locais do destino, a dependência econômica, características e disponibilidade da mão-de-obra local. Além disso, o planejamento deve envolver diversos grupos da sociedade, o que pode gerar objetivos conflitantes (COOPER et al., 2007).

Segundo Lage e Milone (2001), o turismo deve ser estimulado como estratégia para países em desenvolvimento, pois proporciona a criação de novos

empregos, melhor distribuição da renda e da riqueza, diminui as diferenças regionais e pode contribuir na melhoria de vida das pessoas, através dos investimentos em infra-estrutura, saúde, transporte, etc.

O incentivo ao turismo permitirá aos países em desenvolvimento que a implementação dos processos de crescimento e desenvolvimento econômico seja feita com uma preocupação de proteção dos recursos naturais existentes e o respeito à conservação dos valores culturais das populações nativas das regiões turísticas. Dessa forma o turismo estará colaborando para os países alcançarem níveis de desenvolvimento sustentáveis, com a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida das demais populações (LAGE; MILONE, 2001, p.207).

Contrariamente, para Cooper et al. (2007, p. 307),

Quando a discussão passa para a questão do desenvolvimento "sustentável", todas as principais teorias do desenvolvimento econômico aqui discutidas são incompletas, pois elas não abrangem os aspectos ambientais e socioculturais que devem ser considerados ao se focar a sustentabilidade. O sistema de mercado também não reflete completamente o custo real dos recursos, tão necessários ao turismo.

O turismo é também uma forma de desenvolvimento imobiliário, e como tal, irá causar impactos no uso do solo. Além disso, os recursos naturais fazem parte da composição do produto, e não são contabilizados como insumos na formação do preço final. O turismo pode transformar-se em uma armadilha para um país que o adota como estratégia de desenvolvimento sem considerar a análise de impactos socioculturais e ambientais, além dos econômicos (LAGE; MILONE, 2001; COOPER et al., 2007).

As características do turismo que o tornam atrativos para os países são: (1) simultaneidade da produção e consumo, (2) redistribuição de renda (obtenção de moeda estrangeira e empregos), (3) setor de mão-de-obra intensiva (a longo prazo pode ser questionável - efeitos secundários no emprego), (4) qualificação de mão-de-obra (trabalho barato e abundante), (5) estrutura do setor turístico (empresas de pequeno e médio porte), (6) protecionismo (simultaneidade da produção e consumo levam o turista no local, foge do protecionismo), (7) multiplicidade de setor, (8) flexibilidade de preços, (9) competitividade de preços, (10) sazonalidade, (11) operações de alavancagem de custos fixos (COOPER et al., 2007).

Para o Brasil, segundo Rabahy (2003), alguns fatores indicam que o turismo pode ser sim uma atividade estratégica para o desenvolvimento, sendo eles: “a

riqueza e a diversidade de atrativos, a consolidação dos investimentos em infraestrutura turística, o amadurecimento dos agentes e empresários do setor e as atuais condições políticas e econômicas no Brasil e no mundo” (RABAHY, 2003, p. 135).

Ao afirmar que o turismo pode ser uma atividade estratégica para o desenvolvimento (RABAHY, 2003; BENI, 2003), deve-se também refletir sobre as condições ambientais, socioculturais e econômicas do local onde o turismo será instalado. Inicia-se neste ponto a reflexão sobre a sustentabilidade, que será particular a cada localidade, pois deve considerar as características naturais, a cultura local, os resultados econômicos das atividades locais e o tipo de turismo que deseja-se trabalhar. Assumir isoladamente o turismo como estratégia de desenvolvimento local sem considerar as características específicas da localidade onde ele será instalado, pode significar uma atitude insustentável e economicamente inviável.

2.2.3 Turismo Sustentável

Quando o debate do turismo inclui a sustentabilidade, iniciam-se as discussões sobre impactos, definição de limites para a atividade, cálculo de capacidade de carga e gestão direcionada a otimizar benefícios e minimizar prejuízos (RUSCHMANN, 1997; LAGE; MILONE, 2001; RABAHY, 2003; COOPER et al., 2007).

É certo que o turismo configura-se como uma oportunidade para os países, especialmente os países em desenvolvimento (BENI, 2003; CUNHA,S.; CUNHA, J., 2005). Contudo, não tão certo é o fato de que toda atividade de turismo implantada nas localidades será sustentável. A sustentabilidade estará condicionada a forma como a atividade será planejada e executada por seus atores (RUSCHMANN, 1997; CUNHA,S.; CUNHA, J., 2005).

A sustentabilidade do turismo permeia questões complexas (SCHIANETZ; KAVANAGH, 2008), não tão fáceis de mensurar, pois envolvem aspectos econômicos (que variam de acordo com cada localidade), aspectos ambientais

(fragilidade dos ecossistemas) e aspectos socioculturais (que se diferenciam para cada comunidade receptora de turistas).

O turismo chamado sustentável é um desafio para os gestores locais, pois seus resultados dependem do sucesso de iniciativas integradas em busca da sustentabilidade, que envolvem diversos atores, direta e indiretamente ligados ao turismo, dentro de diversos níveis, não somente o local. O turismo sustentável, na definição de Cooper et al. (2007) é a atividade que realiza o “uso otimizado dos recursos naturais e culturais para o desenvolvimento nacional em uma base equitativa e autossustentável para disponibilizar uma experiência única ao visitante e uma qualidade de vida melhorada através da parceria entre o governo, o setor privado e as comunidades” (COOPER et al., 2007, p.272).

Para a OMT, o desenvolvimento de turismo dentro do conceito da sustentabilidade atende às necessidades das comunidades e dos turistas, ao mesmo tempo em que apresenta oportunidades para o futuro. “Tem de ser ambientalmente sustentável tanto a nível natural como cultural – para ser economicamente viável” (OMT, 2001). Desta forma, o turismo sustentável é “a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida” (OMT, 2001).

Mesmo assim, a própria OMT reconhece que o turismo ocasiona impactos naturais e socioculturais, além dos econômicos, recomendando a escolha do turismo após a análise de todos os impactos que podem ser gerados e a partir dos recursos disponíveis em cada localidade. Como benefícios provenientes do turismo sustentável, a OMT (2001, p. 12) aponta:

- (1) estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre os ambientes natural, cultural e humano
- (2) assegura uma distribuição equilibrada de benefícios e custos
- (3) origina empregos
- (4) estimula a criação de indústrias domésticas lucrativas
- (5) entrada de divisas e investimentos na economia local
- (6) diversificação da economia local
- (7) incita envolvimento e planejamento participativo
- (8) estimula melhorias em infra-estrutura
- (9) cria instalações recreativas que podem ser usadas pela comunidade
- (10) preservação dos locais históricos
- (11) utilização de terrenos destinados à agricultura
- (12) melhoria na auto-estima da comunidade local
- (13) intercâmbios culturais

- (14) demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem estar econômico e social das comunidades e ajuda a preservá-los
- (15) supervisiona, avalia e gere os impactos, desenvolve métodos confiáveis para definir responsabilidades e combater quaisquer efeitos negativos

Apesar dos benefícios apontados, para Cooper et al. (2007, p.272), “o turismo não é uma atividade que se enquadre facilmente em um conceito de sustentabilidade”. A introdução de um grande número de pessoas em áreas ambientalmente frágeis será sempre acompanhada de tensões entre o ambiente natural e o turismo.

Cooper et al. (2007) apresentam os aspectos econômicos, ambientais e socioculturais que trabalham contra o turismo sustentável, em uma abordagem vista sob o aspecto negativo.

Os aspectos econômicos que se mostram contra a sustentabilidade do turismo relacionam-se à (1) competição do turismo com outras atividades econômicas, no que diz respeito aos fatores de produção e mão-de-obra, provocando quedas de produção; (2) estímulo à inflação; (3) atração de trabalhadores de áreas rurais que poderiam ser empregados em outras indústrias tradicionais; (4) os recursos escassos de investimento podem ser atraídos pelo turismo, prejudicando outros setores; e (5) pode distorcer a alocação de recursos a longo prazo e levar a um desemprego estrutural (COOPER et al., 2007).

Os aspectos ambientais nesta mesma abordagem, relacionam-se à (1) poluição do ar, (2) competição com empreendimentos imobiliários no uso do solo, reduzindo o estoque de ambientes naturais, (3) rupturas da biodiversidade, (4) corrosão de patrimônios históricos e (5) erosão por poluentes (COOPER et al., 2007).

Já os aspectos socioculturais que trabalham contra o turismo sustentável são relacionados como: (1) comercialização de itens locais causada pela curiosidade natural dos turistas, (2) efeitos no comportamento, roupas, costumes (COOPER et al., 2007).

Em contraponto a estas constatações, Cooper et al. (2007) estabelecem abordagens que podem diminuir a inviabilidade da indústria a longo prazo, sendo elas: (1) colocação de limites no crescimento futuro do turismo de cada destino, (2) mudança de comportamento dos interessados no segmento turístico para tornar os produtos disponíveis mais sustentáveis, (3) mudanças na estrutura econômica e

equilíbrio de poder entre os negócios envolvidos na cadeia de suprimento dos produtos de turismo de modo que os fatores locais sejam plena e equitativamente incluídos dentro dos processos de mercado e (4) reposição de produtos correntes (insustentáveis) de turismo com novos produtos que sejam sustentáveis.

Segundo Ruschmann (1997, p.115) “a natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, apesar de, geralmente, ser a base de sua existência, de sua atratividade e de seu destaque no mercado”. Desta forma, pode entender-se que a definição de limites na exploração dos recursos naturais associados ao turismo é peça fundamental para seu direcionamento à sustentabilidade.

Dentro do escopo da sustentabilidade, o WTTC – *World Travel & Tourism Council*, formado pelos maiores empresários do turismo no mundo, estabelece um novo entendimento do turismo, o que chamam de “novo turismo”. Segundo este entendimento, o turismo deve ser visto como uma ação prioritária para os países menos desenvolvidos e como uma forma de estimular e buscar a sustentabilidade.

New tourism requires the Travel & Tourism industry to get the balance right between business imperatives and the wider quality of life needs of local communities. Private sector growth can be deployed as a driver of sustainable development and as a contributor to the dignity of the people and culture it touches⁵ (WTTC, 2008, p.8).

Desta forma, o turismo é visto não mais como uma atividade puramente econômica, mas como uma atividade humana capaz de gerar mudanças e melhorias para a vida das pessoas. O turismo sustentável não é condição a ser buscada, mas condição *sine qua non* do turismo. O turismo que não é sustentável não é desejável ou recomendável para local nenhum no mundo. Portanto, a sustentabilidade deve ser um pré-requisito para a instalação do turismo em uma determinada localidade, e sua condição de existência.

Torna-se importante, neste aspecto, a análise de impactos que podem ser gerados pela atividade turística em uma determinada localidade e a busca de ferramentas de gestão capazes de dar suporte ao planejamento, ao controle e à

⁵ O novo Turismo requer da indústria de viagens e turismo ponderar os imperativos de mercado com a máxima qualidade de vida requerida pelas comunidades locais. O crescimento do setor privado pode ser empregado como um propulsor do desenvolvimento sustentável e como colaborador para a dignidade das pessoas e culturas que ele atinge.

administração de todas as questões direta e indiretamente ligadas à atividade turística instalada.

2.3 IMPACTOS TURÍSTICOS

São considerados impactos, segundo Piñero Verdinelli (2002), as perturbações que levariam os sistemas a reagir. A literatura do turismo traz muitos relatos dos impactos que o turismo pode causar na sociedade e no meio ambiente (SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007). Dentre estes impactos pode-se citar como exemplo a degradação ambiental, aumento do fluxo de turistas, crescimento da população, poluição, expansão imobiliária, entre tantos outros (RUSCHMANN, 1997; IGNARRA, 1999; PIÑERO VERDINELLI, 2002; CUNHA, S.; CUNHA, J., 2005; COOPER et al., 2007; BARDDAL; ALBERTON, 2008).

É importante delimitar as dimensões (econômica, sociocultural e ambiental) onde acontecem os impactos do turismo e as implicações que estes impactos desempenham no meio ambiente e na sociedade a partir da atividade turística implantada. Associados à problemática dos impactos estão o planejamento e a gestão, que compartilham o desafio de se buscar sustentabilidade para o turismo.

Este item do capítulo de revisão teórica trata, portanto, da apresentação e discussão dos impactos causados pelo turismo dentro das dimensões delimitadas no estudo e conclui que para a busca da sustentabilidade do turismo, torna-se necessário quantificar, dimensionar e mensurar os impactos causados pela atividade.

2.3.1 Impactos Econômicos

Os ganhos com o ingresso de divisas e a geração de empregos são os principais impactos positivos associados ao turismo (RABAHY, 2003; BENI, 2003; COOPER et al., 2007). Contudo, a análise de impactos econômicos deve considerar

um leque maior de efeitos ocasionados pela atividade turística, a partir de uma visão crítica.

O efeito líquido da análise de impacto econômico somente é alcançado após a aplicação de métodos estatísticos, cálculos econômicos e matrizes detalhadas, construídas dentro da complexidade multissetorial que caracteriza o turismo. Dados confiáveis são condições de sucesso para estes cálculos, além de uma análise crítica em relação ao contexto do objeto estudado. Cada localidade irá apresentar características regionais distintas, não existindo, portanto, uma fórmula única para o cálculo de impactos econômicos gerados pelo turismo (RABAHY, 2003).

Além do mais, o turismo não é o único responsável pelos impactos, ocorrendo risco de outros setores influenciarem nos dados e resultados finais. Outro aspecto relevante é considerar que os impactos econômicos, mesmo tendo sua característica mais quantitativa, também são influenciados e permeados por aspectos qualitativos, relacionados ao meio ambiente e à sociedade (LAGE; MILONE, 2001). É preciso analisar impactos econômicos com uma visão sistêmica, e não de forma isolada.

“O significado econômico do turismo é determinado não apenas pela quantidade de atividade turística gerada, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão” (COOPER et al., 2007, p.172).

Desta visão compartilham outros autores, complementando que a importância do turismo depende de mais fatores, como tipo de estrutura, acessibilidade ao mercado consumidor, tipo de economia e base natural de recursos, grau de desenvolvimento, posicionamento estratégico do turismo nas políticas sociais, sazonalidade, entre outros (RUSCHMANN, 1997; RABAHY, 2003; COOPER et al., 2007).

O impacto econômico pode ser analisado em três níveis: impactos diretos, indiretos e induzidos. Os impactos são gerados pelas despesas e gastos dos turistas nos locais visitados. Sendo assim, os impactos diretos referem-se aos gastos diretos nos turistas para pagamento dos serviços e produtos demandados. Os impactos indiretos relacionam-se aos gastos das empresas que recebem o dinheiro diretamente dos turistas, em bens e serviços para atendimento da atividade, pagamento de salários, aluguéis, etc. E o efeito induzido está relacionado ao incremento da renda da população local, ou seja, o dinheiro gasto pelos turistas

circula localmente e a comunidade reaplica na economia regional (COOPER et al, 2007).

Além da análise relacionada aos gastos dos turistas, impactos relacionados a investimentos e financiamentos para o turismo também devem ser considerados.

Com esta visão conceitua-se o chamado efeito multiplicador do turismo, responsável pela maioria dos impactos positivos do turismo nas economias locais. "O conceito de multiplicador se baseia no reconhecimento de que as vendas de uma firma exigem compras de outras empresas dentro da economia local, ou seja, os setores de uma economia são interdependentes" (COOPER et al, 2007, p. 180).

O cálculo de multiplicadores representa um dos métodos disponíveis para mensurar o impacto econômico do turismo nas economias locais. Os multiplicadores podem ser de renda, emprego, transações, produto, receitas do governo, e devem ser analisados com cautela, pois se trata de um processo dinâmico, cuja transversalidade a partir dos inúmeros setores que envolvem o turismo pode causar diferenças grandes nos resultados finais.

Cooper et al. (2007) apresentam as seguintes abordagens metodológicas utilizadas para o cálculo de multiplicadores: modelos de teoria de base, modelos de multiplicador keynesiano, modelos *ad hoc*, modelos de análise insumo-produto e modelos de equilíbrio geral computável (EGC), dentre os quais indicam o método de análise insumo-produto como o mais adequado para a avaliação de impactos econômicos.

Outro método que pode ser utilizado para esta análise, a partir da compilação dos diversos multiplicadores, é a chamada CST – Conta Satélite de Turismo, um método recomendado pela OMT para reconhecimento dos efeitos econômicos do turismo. "As CSTs devem ser elaboradas a partir de um modelo de insumo-produto, e elas requerem uma abordagem orientada para a demanda, em geral associada com os modelos de insumo-produto" (COOPER et al., 2007, p.176). Contudo, seus resultados não exprimem os impactos, mas o tamanho e o significado do turismo em uma economia.

Rabahy (2003) apresenta os números brasileiros de multiplicadores do turismo, pelo método da CST, através de estudos realizados pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas⁶, sendo (a) o multiplicador de renda dos gastos

⁶ FIPE. Impacto econômico do turismo, avaliado pela conta satélite de turismo. **Relatório de pesquisa**, São Paulo, abr./2002, p. 24-37.

externos ao redor de 2,85, ou seja, cada unidade monetária adicional despendida pelo visitante estrangeiro tende a gerar um acréscimo de 2,85 unidades monetárias na renda nacional, (b) o produto turístico brasileiro representa 2% do PIB, não considerando a contribuição dos investimentos de formação bruta de capital (FBK), (c) o multiplicador de base econômica do turismo de 5,56, indicando que cada emprego gerado no setor turismo provoca um incremento de aproximadamente 5,5 unidades no emprego total.

Segundo esta pesquisa da FIPE, o turismo situa-se no primeiro quartil (entre os primeiros 25%) na escala dos principais setores geradores de emprego. O turismo estaria gerando 1,63 milhões de empregos diretos e 750 mil empregos indiretos, totalizando cerca de 2,4 milhões de empregos no Brasil, ou seja, o equivalente a 3,3% do total de pessoal ocupado.

Serão apresentados no Quadro 02 os efeitos positivos e negativos causados pelo turismo relacionados aos aspectos econômicos, como parte estruturante deste trabalho de investigação científica. A exposição dos impactos não tem caráter analítico, mas descritivo, a fim de possibilitar o conhecimento geral de todos os impactos (positivos ou negativos) que a atividade do turismo pode causar em uma determinada localidade turística.

Com base nos autores estudados, o Quadro 02 irá mostrar os impactos positivos e negativos da atividade turística em seus aspectos econômicos. Alguns autores mencionaram apenas aspectos positivos do turismo (BENI, 2006; COOPER et al., 2007,) sendo a abordagem de Lage e Milone (2001) e Ruschmann (1997) as que apresentaram maior aprofundamento de análise. O quadro elaborado não tem a intenção de identificar o pensamento de cada autor, mas construir um quadro-guia de suporte à análise.

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ingresso de divisas (exportação invisível); ✓ Geração de renda local; ✓ Incremento da renda nacional; ✓ Geração de empregos; ✓ Desenvolvimento intersetorial; ✓ Aumento de renda para o setor público; ✓ Estímulo à abertura da economia; ✓ Rentabilidade dos investimentos; ✓ Estímulo à capacidade empreendedora; ✓ Transferência de recursos, das áreas mais ricas para as mais pobres; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pressão inflacionária (alta dos preços); ✓ Redução da oferta de produtos para a população local; ✓ Instabilidade do mercado de trabalho; ✓ Custos sociais e ambientais; ✓ Evasão de divisas (necessidade de importações para o turismo); ✓ Dependência da atividade turística; ✓ Qualidade baixa dos empregos; ✓ Prioridade de investimentos; ✓ Especulação imobiliária; ✓ Sazonalidade da demanda.

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria das condições de vida; ✓ Avanços na infraestrutura; ✓ Aumento da circulação monetária; ✓ Impacto nos juros, balança de pagamentos e sistema econômico; ✓ Elevação do nível cultural e profissional da população local; ✓ Expansão do setor de construção civil; ✓ Industrialização na economia regional; ✓ Mudanças na estrutura econômica e social; ✓ Atração de mão-de-obra de outros locais. 	

Quadro 02 – Impactos Econômicos do Turismo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores Cooper et al (2007), Beni (2006), Lage e Milone (2001), Ruschmann (1997), Rabahy (2003), Oliveira (200), OMT (2001).

2.3.2 Impactos socioculturais

O estudo dos impactos socioculturais do turismo baseia-se na interação entre visitantes e moradores locais, na análise do turista e seus comportamentos. Os fatores sociais e culturais são tratados de forma agregada, pois se sobrepõem na análise e incluem os aspectos relacionados às manifestações artísticas das comunidades locais, usos, costumes, intercâmbios entre diferentes culturas e efeitos que estas interações podem provocar na vida das pessoas – tanto dos moradores locais como dos turistas. Os impactos podem ser positivos ou negativos, e dependem da estrutura e base social dos elementos a serem analisados (população local, turistas, nível de desenvolvimento e tamanho do país).

Segundo Cooper et al. (2007), o impacto sociocultural direto mais comum é o chamado efeito imitação, onde os turistas influenciam o comportamento das populações locais através de seus exemplos. “Críticos dizem que um grande número de turistas deixa seu comportamento habitual, suas maneiras de agir e sua moral em casa, quando vão viajar para o exterior” (LAGE; MILONE, 2001, p.154).

Na análise de Rabahy (2003, p.89) “o turismo não é a única nem a mais destacada forma de difusão de hábitos de consumo de sociedades mais evoluídas. A publicidade, os meios de comunicação de massa, entre outros, exercem efeitos bem mais eficazes”. Assim como os demais tipos de impacto, os socioculturais não

podem ser atribuídos com exclusividade à atividade de turismo. Uma sociedade é infinitamente mais complexa do que um estudo relacionado ao turismo pode alcançar.

Os aspectos tornam-se subjetivos, e devem ser analisados de forma qualitativa, através de métodos de observação, coleta de informações, entrevistas, percepções e levantamento de dados.

Os principais impactos socioculturais do turismo, identificados por Lage e Milone (2001) são: imitações, estereótipos, imagens inadequadas, valorização do artesanato local, banalização da arte folclórica, cultura mercadejada, efeitos benéficos sobre a arqueologia, manutenção cultural. Compartilham desta visão os autores Cooper et al. (2007) e Ruschmann (1997).

O estudo dos impactos socioculturais pode acontecer através de tipologias (classificação dos turistas por algum fenômeno em particular), bases psicológicas (segmentos de turistas divididos em diferentes características psicográficas e bases sociológicas de desenvolvimento do turismo, como crescimento do turismo, das tecnologias, mudança de hábitos, aumento do tempo livre, melhoria dos transportes, busca de crescimento sustentável, com bases econômicas subjacentes a seu desenvolvimento.

Segundo Rabahy (2003, p.88),

As transformações impostas pelo desenvolvimento econômico, e mesmo pelo turismo, devem ser conciliadas com a preservação e a valorização de sua herança e patrimônio sociocultural. Essas condições são essenciais na manutenção e crescimento dos fluxos de visitantes, pois em alguns casos constituem, em si mesmas, no principal atrativo turístico.

Assim como os aspectos naturais são parte do produto turístico, também os aspectos socioculturais compõem a atratividade dos destinos. Por este motivo, tais aspectos devem ser tratados como insumo valioso, e deve-se lutar para preservar suas características originais.

O Quadro 03 ilustra os impactos socioculturais do turismo. Assim como o quadro de impactos econômicos, o quadro de impactos socioculturais foi elaborado com base nos autores estudados, e a organização dos dados não tem a intenção de realizar análises sobre os efeitos do turismo, mas servir de referencial para as análises que serão feitas na aplicação desta pesquisa.

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preservação ou Resgate do artesanato local, valorização das artes; ✓ Intercâmbio cultural; ✓ Fomento ao orgulho local; ✓ Consciência sociocultural e pela paz; ✓ Infraestrutura compartilhada; ✓ Apoio sociocultural direto; ✓ Efeitos benéficos sobre a arqueologia; ✓ Manutenção cultural; ✓ Orgulho étnico; ✓ Preservação do patrimônio histórico; ✓ Valorização da gastronomia. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Degeneração das artes e artesanato, do patrimônio histórico; ✓ Comercialização, cultura mercadejada; ✓ Diferenças econômicas entre moradores e turistas, altos preços, carga tributária; ✓ Migração de mão-de-obra; ✓ Más condições de trabalho, mão-de-obra sem qualificação; ✓ Fatores de comportamento e demonstração, efeito imitação; ✓ Uso fundiário, tensões sociais; ✓ Superpopulação; ✓ Congestionamentos; ✓ Aculturação; ✓ Banalização da arte folclórica; ✓ Alterações na moralidade; ✓ Efeito ambíguo em relação à saúde; ✓ Conflitos religiosos.

Quadro 03 – Impactos Socioculturais do Turismo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores Cooper et al (2007), Beni (2006), Lage e Milone (2001), Ruschmann (1997), Rabahy (2003), Oliveira (2002), OMT (2001).

2.3.3 Impactos ambientais

Os impactos ambientais são, sem dúvida, os que acarretam a maior preocupação no desenvolvimento do turismo, pois se trata de impactos em ambientes naturais, que podem ser irreversíveis, prejudicando a vida na terra com efeitos sentidos a curto e longo prazo. Cabe salientar que

Não é possível desenvolver turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, com o planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento do turismo com o objetivo de minimizar os impactos negativos, ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos (COOPER et al., 2007, p. 211).

Desta mesma visão compartilham outros autores, como Beni (2006), Ruschmann (1997) e Rabahy (2003). É preciso dizer que a massificação do turismo, assim como qualquer outra atividade, produz efeitos negativos nos ambientes naturais, e que não só o turismo é culpado pelo conjunto de impactos que sofre o meio ambiente. Ruídos, degradação ambiental, desequilíbrio de ecossistemas, podem ter origens de vários fatores.

Torna-se necessário, contudo, planejar o turismo de forma a minimizar os impactos ambientais que a atividade pode gerar no meio natural.

O meio ambiente pode ser entendido como o somatório do meio ambiente natural ou físico, meio ambiente artificial e meio ambiente cultural. Fiorillo (1997 *apud* Campos 2004, p.142, grifo nosso) conceitua:

O **meio ambiente natural ou físico** é constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora e a fauna, ou em outras palavras, pelo fenômeno da homeostase, qual seja, todos os elementos responsáveis pelo equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem.

Por **meio ambiente artificial** entende-se aquele constituído pelo espaço urbano construído consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (espaço urbano aberto). Assim, vê-se que tal "tipo de meio ambiente" está intimamente ligado ao próprio conceito de cidade vez que o vocábulo urbano do latim *urbs*, *urbis* significa cidade e, por extensão, os habitantes da cidade.

O **meio ambiente cultural** é aquele constituído pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turísticos e espeleológico (cavidades naturais do solo, grutas, cavernas fontes), e o cultural propriamente dito, que engloba os bens materiais de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

“Por ‘impactos ambientais’ entende-se a alteração da natureza em função da atividade humana, ou seja, alterações decorrentes de atividades antrópicas” (CAMPOS, 2004, p.143). Os impactos ambientais podem ser positivos ou negativos, e também podem ser classificados, assim como os impactos econômicos, em diretos, indiretos e induzidos.

Beni (2006) cita os impactos ambientais causados por todas as atividades humanas, exemplos que refletem o mau uso dos recursos naturais, pelos quais nenhuma atividade econômica pode se dizer isenta de culpa.

Dentre as formas mais frequentes de impacto ambiental podem ser citadas: a contaminação das águas pelos despejos domésticos e industriais; a contaminação da atmosfera ou do ar por gases de combustão dos automóveis e usinas geradores de energia, esgotos a céu aberto, queima de lixo, desinfetantes e fungicidas; a contaminação dos solos por pesticidas, despejos sólidos, detergentes e pela indústria da construção, águas de irrigação contaminadas, desertificação, liberação de gases do subsolo na mineração e extração de petróleo e por derrames e vazamentos de petróleo, substâncias químicas e outros materiais transportados a granel, no mar; a grave alteração causada pelas usinas de energia nuclear e muitas outras mais como as guerras recentes (BENI, 2006, p. 61).

Almeida (2007) introduz um conceito interessante para este estudo, proveniente de estudos físicos e ecológicos. O autor explicita a natureza da organização dos ecossistemas, em duas visões distintas, sendo a primeira a da Natureza Benevolente (não importa o que o homem faça, a natureza encontrará maneiras de sobreviver – não importa a magnitude do impacto, o sistema voltará às suas condições iniciais) e a segunda visão da Natureza Efêmera (os sistemas naturais só podem sobreviver se sua diversidade estrutural e espacial for mantida íntegra – a natureza frágil deveria ficar intocada por ser incapaz de se recuperar de grandes impactos). Nem uma nem outra estariam corretas, pois apresentam-se como dois extremos. Segundo o autor, o mundo real estaria entre essas duas visões, o que ele chama de Natureza Resiliente.

“Desde que variáveis como densidade populacional, nutrientes, insolação, diversidade de espécies e outras estejam acima de certo patamar, pequenas alterações podem ser absorvidas” (ALMEIDA, 2007). O conceito de resiliência tem origem dos sistemas físicos. Quando se traciona uma barra de ferro até certo ponto, ela tende a voltar a seu estado original. Este limite de tração é também chamado de ponto de elasticidade. Se continuar tracionando essa barra de ferro além do ponto de elasticidade ela chegará ao ponto de alongamento, um ponto que não volta mais ao estado original, mas também não se rompe. Se continuar a tração além do ponto de alongamento, a barra então se rompe, e este passa a ser o ponto de ruptura.

O mesmo acontece com os sistemas naturais. Existe um ponto de resiliência no qual a natureza pode suportar e reagir a impactos. O termo em inglês, *resilience*, significa a capacidade de resistência de um organismo ou material de sobreviver e mesmo se aperfeiçoar sob um impacto muito forte ou stress. Pode-se conceituar, desta forma, um novo conceito, de “resiliência do turismo” (ALMEIDA, 2007).

Para medir os impactos ambientais, a OECD elaborou no final da década de 1970 uma estrutura para o estudo do estresse ambiental ocasionado pela atividade de turismo (ALMEIDA, 2007). Essa estrutura deixava evidente quatro categorias geradoras de estresse:

- Reestruturação ambiental permanente (grandes construções, como auto-estradas, portos, aeroportos e resorts);

- A geração de efluentes (dejetos biológicos e não biológicos que podem prejudicar a pesca, causar danos à saúde e reduzir a atratividade de um destino);
- O estresse ambiental direto causado pelo turismo (destruição de recifes de corais, vegetação, dunas, etc. devido à presença e às atividades dos turistas);
- Os efeitos sobre as dinâmicas das populações (como a migração e ao aumento das densidades urbanas acompanhado pelo declínio das populações em outras áreas rurais).

Outro método, comumente utilizado para o levantamento e análise dos impactos ambientais é o EIA (estudo de impacto ambiental) que será exposto nos itens seguintes desta revisão teórica. Cooper et al. (2007, p.210) orientam a análise de impactos ambientais, recomendando para o estudo a identificação dos seguintes fatores:

- (1) os impactos físicos criados pela atividade turística, comparado aos de outras atividades;
- (2) quais eram as condições antes de acontecer a atividade turística, para obter uma linha de referência, a partir da qual se possam fazer comparações;
- (3) um inventário da flora e da fauna, juntamente com um índice claro de níveis de tolerância para os tipos de impacto criados por diferentes formas de atividade turística;
- (4) os níveis secundários de impacto ambiental que estão associados à atividade turística.

É importante identificar os impactos ambientais associados ao desenvolvimento do turismo logo no início, porque “é mais fácil evitar o dano ambiental, seja modificando, seja rejeitando os empreendimentos, do que corrigi-lo após ter sido implementado o projeto” e “projetos que dependem muito de áreas de grande beleza podem tornar-se inviáveis se o meio ambiente for degradado” (COOPER et al., 2007, p.217).

Assim como para os impactos econômicos e socioculturais, o Quadro 04 apresenta os impactos ambientais segundo os autores estudados. Este quadro caracterizou-se pela quantidade maior de impactos negativos, sendo que nenhum dos autores deixou de mencionar tais aspectos. O quadro torna-se interessante também para ilustrar os aspectos positivos, já que naturalmente impactos ambientais são vistos de forma negativa na maioria das análises.

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preservação e restauração de monumentos antigos; ✓ Criação de parques nacionais e parques com animais selvagens; ✓ Proteção de recifes e praias; ✓ Manutenção das florestas; ✓ Apoio à conservação de áreas naturais, locais arqueológicos e históricos; ✓ Infra-estruturas aperfeiçoadas reduzem problemas ambientais; ✓ Maior consciência ambiental da população local; ✓ Evita-se o desaparecimento de animais selvagens; ✓ Órgãos públicos são pressionados para desenvolvimento de planos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualidade da água, do ar, poluição sonora; ✓ Caça e pesca impactam no ambiente selvagem; ✓ Poluição; ✓ Erosão; ✓ Destruição de florestas, bosques, vegetações, recifes, sítios arqueológicos; ✓ Monumentos e prédios históricos podem ser danificados ou desconfigurados; ✓ Lixo, Problemas com aterros sanitários; ✓ Prejuízo à estética, alteração do visual urbano; ✓ Alterações da superfície terrestre por causa das construções; ✓ Desgastes de pisos dos locais acessados por turistas; ✓ Pichação; ✓ Transmissão de doenças.

Quadro 04 – Impactos Ambientais do Turismo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores Cooper et al. (2007), Beni (2006), Lage e Milone (2001), Ruschmann (1997), Rabahy (2003), Oliveira (2002), OMT (2001).

2.4 TURISMO, POLÍTICA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE

Conforme pode ser observado, o turismo representa uma das principais alternativas para o desenvolvimento regional sustentável, com efeitos positivos na geração de emprego e renda (BENI, 2003; CUNHA, S.; CUNHA, J., 2005). No entanto, é necessário que sejam executadas ações capazes de reduzir os impactos negativos e maximizar os impactos positivos provenientes da atividade turística. Para isso, torna-se fundamental o planejamento (RUSCHMANN, 1997) e o envolvimento público em prol de objetivos comuns, de interesse público.

Por envolver economia, meio ambiente, cultura e sociedade, o turismo também envolve política. Assim como a saúde, a educação, a moradia, o turismo também é uma área de interesse público, pois afeta direta e indiretamente a vida das comunidades nas quais a atividade está presente. Por este motivo, é pertinente estudar turismo e política pública, e, no caso deste estudo, a sustentabilidade, de forma inter-relacionada.

O estudo de política pública envolve primeiramente o entendimento da organização do homem em sociedade e a distinção entre espaço público e privado, dentro da linha teórica trabalhada por Hannah Arendt (1997) e Ramos (1989). A vida em sociedade acontece a partir deste entendimento, sendo governada por uma relação de equilíbrios e desequilíbrios dentro da tríade governo-mercado-comunidade (SOUZA SANTOS, 1995; ARENDT, 1997; DOWBOR, 1998; HABERMAS, 2003).

No mundo em que vivemos, as forças de mercado mostram-se mais fortes e presentes globalmente (SOUZA SANTOS, 1995), sendo conferido ao governo o papel de regulamentador e administrador burocrático do bem comum, validado sob a égide da democracia representativa (DENHARDT, 2003; HABERMAS, 2003). Desta forma, a comunidade, sem força própria, aceita um modelo pré-estabelecido, sem questionar-se se de fato é o paradigma mais adequado (DOWBOR, 1998), ou ainda, sem perceber a existência e possibilidade de mudanças e novos modelos de gestão, de pensamento e vida em sociedade (SOUZA SANTOS, 1995; DOWBOR, 1998; DENHARDT, 2003; SOUZA SANTOS, 2006).

Segundo Arendt (1997), o papel do governo deveria ser o de assegurar o espaço público e a manutenção da sociedade através de processos democráticos. O espaço público deve ser aqui entendido como o espaço de livre expressão do homem, onde ele pode exercer sua cidadania, individual e coletiva. A autora expõe que “[...] se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDT, 1997). Neste aspecto, o entendimento de política pública começa a ser relacionado com o ideal de sustentabilidade, tornando-se evidente a relação de responsabilidade dentro deste tema. “Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis” (ARENDT, 1997).

Ao mercado, a função de equilíbrio, de sustentação da economia e das relações de trocas entre os seres humanos e as comunidades onde vivem. O mercado é mais um instrumento de regulação da vida em sociedade, que na atualidade, passa a ser o paradigma predominante, evidenciando o homem como ser econômico sobretudo, desconhecido de seu lado político, social e ativo (SOUZA SANTOS, 1995; HABERMAS, 2004).

Nesta tríade, a comunidade, um tanto enfraquecida, não percebe que também exerce um papel, assim como o governo e o mercado. Os cidadãos não entendem o sentido de sua cidadania, aceitando a representatividade da democracia ora dominante nos sistemas de governo como modelo necessário e suficiente para a manutenção da vida em sociedade (DENHARDT, 2003; HABERMAS, 2003). Um modelo no qual o cidadão entende-se como cidadão no momento de escolher seus representantes, e pensa ser somente esta sua função, ficando a cargo do governo (através do representante por ele) a responsabilidade de fornecer o bem comum (SOUZA SANTOS, 1995; DENHARDT, 2003; ROBERTS, 2004).

Conforme pensamento de Souza Santos (1995, p.278), “a nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre os cidadãos”.

Este entendimento estreito dos cidadãos frente às suas responsabilidades e papéis pode ser explicado pelo tempo que levam as mudanças a acontecerem dentro de uma sociedade. A atual geração vivenciou muito pouco da história e evolução do homem em sua vida social, assim como as gerações passadas. Necessário se torna analisar o contexto sob um olhar horizontal, ao longo do processo de evolução do mundo e da sociedade (HABERMAS, 2004).

Novos paradigmas serão então analisados e vivenciados pelo homem em sua história de evolução. Segundo o paradigma dominante, saúde, educação, segurança, moradia, lazer e cultura, são alguns dos bens públicos que fazem parte do hall de direitos de qualquer cidadão. Sendo assim, a sociedade organiza-se em forma de Estado e elege seus representantes para que tais benefícios possam estar ao alcance de todos. Este Estado, através de cada governo eleito, propõe políticas públicas, alinhadas aos interesses daqueles que os elegeram. Para sua execução, geram recursos através da cobrança de impostos, e devolvem à sociedade aquilo que lhes é de direito público. Sob este modelo, também chamado de *welfare state*,

os cidadãos cumprem sua parte – pagar impostos e o governo a sua – proporcionar o bem comum (DENHARDT, 2003).

Deste modelo derivam os principais problemas que afetam a sociedade contemporânea, a partir de um Estado megaestruturado, altamente burocratizado e incapaz de atender às garantias básicas de qualidade de vida dos cidadãos (DENHARDT, 2003). Sendo assim, a sociedade divide-se em pessoas e famílias que não obtém renda suficiente para uma garantia mínima e digna de sobrevivência e pessoas e famílias que possuem renda e acabam contratando serviços particulares para garantia de seu bem estar e qualidade de vida. Mesmo pagando impostos, ou seja, “cumprindo sua parte”, parte dos cidadãos recebe serviços básicos precários (o governo não consegue “cumprir sua parte”) e a outra parcela tem que destinar mais recursos (além dos impostos já pagos) para obter os benefícios que teoricamente deveriam ser garantidos por este Estado de bem comum.

Um modelo de administração pública míope, incapaz de enxergar os meios mais eficientes de possibilitar uma vida mais digna e equânime a todas as pessoas de uma nação.

Um novo paradigma elabora um pouco mais o entendimento de cidadania e política pública, sendo chamado na área da administração pública como o “novo serviço público”, que em seu conceito principal traduz a idéia da coprodução do bem público (WHITAKER, 1980; BRUDNEY, 1983; DENHARDT, 2003; ROBERTS, 2004).

Coproduzir o bem público significa compartilhar papéis e responsabilidades entre poder público e cidadãos na construção e produção do bem público, o que na verdade significa entender o exato sentido de cidadania (SOUZA SANTOS, 1995; DENHARDT, 2003; HABERMAS, 2004; SOUZA SANTOS, 2006). Não uma cidadania definida por um sistema legal, onde a sociedade é regida por direitos e obrigações individuais, mas um conceito de cidadania participativa, de “direitos e responsabilidades dos cidadãos em uma comunidade política”, ou seja, “cidadania como a capacidade de um indivíduo influenciar um sistema político, o que implica em um envolvimento político” (DOWBOR, 1998; DENHARDT, 2003; ROBERTS, 2004).

Sendo assim, o cidadão deixa de ser um mero receptor de benefícios para ser agente de mudança (WHITAKER, 1980), e o Estado deixa de ser o grande provedor de benesses para ser facilitador de processos democráticos, onde o

cidadão gera seus próprios benefícios e de sua comunidade (SOUZA SANTOS, 1995; DENHARDT, 2003). Neste novo espectro de administração pública, o cidadão deve ser mais ativo, mais engajado, e socialmente responsável, assim como o Estado deve ser mais transparente, mais acessível e articulador. A cidadania ativa se mostra como a questão chave deste novo discurso, a partir de uma mudança de valores da sociedade, onde o cidadão participa diretamente e sobrepõe a seu interesse particular àquilo que é de interesse público (SOUZA SANTOS, 1995; BRUDNEY, 1983; HABERMAS, 2003; ROBERTS, 2004).

Para nós, cidadãos, é importante reconhecer que tornar nosso país e nossas comunidades melhores requer no mínimo nossa cooperação, e idealmente, nosso envolvimento ativo. Por definição, nosso governo nos pertence e é de nossa responsabilidade. Nós podemos e deveríamos ter altas expectativas do governo; mas para o governo funcionar bem, é preciso cidadania ativa (DENHARDT, 2003, p.175).

Os cidadãos passam a ser colocados na posição de direção do governo, “contribuindo não somente com o bem comum, mas com seu próprio crescimento como ser humano ativo e responsável” (DENHARDT, 2003). Desta forma, tornam-se responsáveis pelas mudanças que podem ser geradas na sociedade. Tornam-se responsáveis pela transparência das ações empreendidas, pela qualidade de vida de sua família, de seus vizinhos, de sua cidade. Uma responsabilidade que vai além da idéia de direitos e obrigações, que modifica o papel de beneficiário direto para produtor direto do bem público, o que é, também de forma compartilhada e não exclusiva de responsabilidade do poder público, ou governo.

Dentro deste ideal entende-se a cidadania como um exercício da democracia, de forma participativa (DENHARDT, 2003; ROBERTS, 2004; SOUZA SANTOS, 2006). Um dos pontos mais questionados, contudo, é o envolvimento do cidadão nas questões públicas. Se por um lado o ideal é que o exercício da cidadania seja praticado amplamente dentro da sociedade, por outro lado a participação dos cidadãos nos processos públicos não é tarefa simples, mas demasiadamente complexa, pois envolve dedicação aos assuntos comuns, não individuais (DOWBOR, 1998; ROBERTS, 2004).

Segundo Roberts (2004), “a participação dos cidadãos é a pedra fundamental da democracia [...] o que mantém a vida em comunidade e as instituições mais transparentes”. Contudo, a autora mostra que a participação direta,

mesmo sendo legitimadora, educativa, democrática e integrativa, é baseada em uma falsa noção, pois não faz parte da natureza humana envolver-se, dedicar-se a assuntos políticos, existindo problemas de tamanho (reunir a massa de cidadãos nos processos decisórios), burocracia, relações de poder político e altos custos. Acima de tudo, identifica a heterogeneidade da sociedade, a diversidade de interesses e de compreensão em relação a assuntos técnicos e de gestão pública.

Importante é ressaltar que cada novo paradigma contribui para um entendimento melhor do mundo e sua complexidade. O bem comum deve ser buscado por qualquer sociedade a qualquer tempo de sua história evolutiva sobre a Terra. Segundo Gardner (*apud* DENHARDT, 2003),

[...] em nosso sistema, o bem comum é primordialmente a preservação de um sistema onde todos os tipos de pessoas podem – dentro da lei – exercer suas variadas visões de bem comum, e ao mesmo tempo considerar os outros, o que torna o mundo um local apto a se viver e trabalhar.

Entende-se o conceito de democracia, ou espaço público de Hannah Arendt, onde o homem expressa seu lado político, de forma livre e não condicionada. A administração pública, desta forma, deve concentrar-se em proporcionar espaços democráticos, para que os cidadãos expressem seus anseios e definam suas políticas, diretrizes e normas de condução da vida em sociedade, através de um processo construtivo – não somente da construção de uma comunidade, mas da própria democracia (ARENDR, 1997; DOWBOR, 1998; DENHARDT, 2003; HABERMAS, 2003; SOUZA SANTOS, 2006).

O novo modelo de administração pública, ou “novo serviço público”, é uma proposta em construção, apresentada por Denhardt (2003) e torna claro o papel do governo como facilitador, orientador, e fomentador de democracia. Servir, ao invés de conduzir, tratar os cidadãos como partes do processo, como responsáveis solidários, não apenas como consumidores ou clientes de serviços públicos. O novo serviço público busca o interesse público, que, muitas vezes significa o interesse da maioria à frente dos interesses individuais. O pensamento comunitário é potencializado, assim como a organização da sociedade por afinidades, por lutas comuns. A coprodução, em sua essência, é uma mudança de valores, de pensamento na sociedade como um todo, cujos efeitos não poderiam ser mensurados a curto prazo, mas a partir de um processo contínuo de mudanças de valores e paradigmas ligados à gestão pública e à sociedade (DENHARDT, 2003).

O novo serviço público é uma chamada não apenas à forma como vemos os cidadãos que servimos, mas como nós vemos a nós mesmos e nossas responsabilidades – como nós tratamo-nos uns aos outros, como definimos nossos propósitos e objetivos, como valorizamos nós mesmos e os outros, como tomamos decisões, como vemos o sucesso e o fracasso e como pensamos na legitimidade de nossas ações (DENHARDT, 2003).

A política pública, portanto, a partir deste entendimento conceitual, é construída não apenas pelo poder público em si, mas pelo conjunto da sociedade, na busca do bem comum (HABERMAS, 2004). Segundo o paradigma dominante, a política pública tende a ser materializada sob a forma de diretrizes e regras elaboradas pelos representantes dos cidadãos para condução da vida em sociedade e interesses comuns (DOWBOR, 1998). Dentro do novo paradigma a política pública é vista como um processo de construção conjunta da sociedade e dos governos em busca do bem comum, onde cada parte desempenha sua responsabilidade e determina a agenda que irá ser tratada para cada assunto ou questão de interesse público (DENHARDT, 2003).

Segundo Marques (1977 *apud* BENI, 2006), “toda política pública é concebida a partir de uma representação de setor à qual ela se refere, assim como a um conjunto de normas, organizações, técnicas e recursos de poder que a implementarão”. A partir desta linha de entendimento de administração e política pública, será tratado o estudo da gestão pública do turismo, em busca dos ideais de sustentabilidade, que, segundo Sachs (2006) envolve as questões econômicas, sociais, ambientais, territoriais e políticas em busca de um modelo de desenvolvimento incluyente e sustentado.

A gestão pública institucionalizada do turismo no Brasil é recente. Segundo Beni (2006), somente com a criação do Ministério do Turismo em 2003 o setor pôde contar com “uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional” (BENI, 2006, p.28). Antes disso, o turismo era tratado ora nos assuntos de comércio, ora nas pastas da indústria e até mesmo em conjunto com o esporte.

Nesta nova estrutura de gestão, foi criada pelo Ministério do Turismo uma Secretaria específica para elaboração da política nacional de turismo, cujas diretrizes e ações principais são definidas pelo governo e repassadas às esferas estaduais e municipais. Como instrumento de execução, a atual política nacional

utiliza o Programa de Regionalização do Turismo, com articulação de diversos entes e organismos em todas as esferas de gestão, promovendo cooperação e integração entre as partes. O Programa busca operar sob um modelo descentralizado, coordenado e integrado, cujos princípios são “a flexibilidade, a articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões”, compreendendo-se como regionalização “a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística” (BENI, 2006, p.30). Como princípios das diretrizes operacionais o Programa de Regionalização do Turismo têm a participação, a sustentabilidade, a integração e a descentralização.

Contudo, mesmo mostrando-se apto em termos estruturais, institucionais e políticos, a implantação desta política no Brasil encontra problemas justamente em seu alcance. As estâncias estaduais e municipais carecem de estrutura e conhecimento acerca do funcionamento operacional das diretrizes, com limitações de acordo com sua conjuntura.

O maior desafio do turismo é a busca do desenvolvimento, não apenas do crescimento econômico nas comunidades receptoras, mas o desenvolvimento social (RUSCHMANN, 1997; BENI, 2006). A gestão do turismo envolve não apenas diferentes atores, ou *stakeholders*, mas diferentes segmentos da sociedade. Reunir, organizar e direcionar esforços para a construção de uma política de turismo voltada ao desenvolvimento sustentável significa por em pauta discussões de desenvolvimento regional, que afetam diretamente a vida das pessoas.

O estudo de impactos causados pela atividade do turismo é um dos fatores iniciais deste processo, fundamental na construção do modelo de tomada de decisão que será utilizado pelos gestores públicos. Segundo Beni (2006, p.44),

Sem assumir qualquer posição pré-concebida, o certo é analisar e conhecer os efeitos do turismo, tanto negativos como positivos, para minimizar seus custos e maximizar seus benefícios econômicos, sem perder o foco de que todo o processo de crescimento das atividades turísticas nos países ou regiões em desenvolvimento é acompanhado de mudanças no cenário sociocultural.

O estudo de impactos, como visto anteriormente, não é tarefa simples, pois os aspectos sociais e culturais dificilmente podem ser mensurados objetivamente. As metodologias aplicadas devem levar em consideração as limitações impostas e articular meios de solucionar estas lacunas. De forma geral, segundo Beni (2006), os

estudos de impactos partem da premissa que a atividade turística proporciona impactos capazes de tornar os moradores menos favoráveis à atividade. Contudo, o autor sinaliza a importância de considerar a teoria da troca social, “cuja essência é o entendimento de que a relação entre os residentes e os visitantes é uma troca entre custos e benefícios. O resultado, que consiste na atitude positiva ou negativa em relação ao turismo, depende do resultado final dessa relação” (BENI, 2006, p.44).

Segundo entendimento da maioria dos autores pesquisados, esta questão pode ser tratada de forma a minimizar os impactos negativos que podem ser causados e maximizar as oportunidades encontradas, e disto depende um bom sistema de gestão do setor (RUSCHMANN, 1997; OMT, 2001). A estratégia de desenvolvimento deve integrar o turismo à questão do desenvolvimento local e não ser tratada isoladamente.

Beni (2006) alerta sobre a importância do envolvimento das comunidades dentro deste tema. “Embora exija esforço e tempo, o envolvimento de um amplo grupo de *stakeholders* no processo de planejamento do turismo traz benefícios significativos para a sustentabilidade” (BENI, 2006, p.57). Segundo o autor, “a participação de vários *stakeholders*, com diferentes interesses e perspectivas, encoraja a consideração de uma variedade de elementos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos que afetam o desenvolvimento sustentável”.

Corroborando com os autores estudados dentro da temática de política pública, Beni (2006), em seu estudo sobre política e planejamento de turismo no Brasil, diz que “a vinculação ideal dos públicos pretendida por todo e qualquer projeto de mobilização social encontra-se no nível da co-responsabilidade”, ou coprodução do bem público como conceitua os autores Denhardt (2003). Mobilizar, portanto, segundo esta visão é reunir pessoas envolvidas no objetivo comum de desenvolvimento local para que possa haver engajamento e comprometimento, de modo que as pessoas “sintam-se co-responsáveis por ele e passem a agir em conjunto com os demais atores na tentativa de realizá-lo” (BENI, 2006, p.61).

Assim como em todo processo de construção de política pública, o turismo enfrenta dificuldade na incapacidade de mobilização da comunidade como participante do planejamento turístico, das estratégias de desenvolvimento, não só pela complexidade relacionada à dedicação e participação destas pessoas, mas pela limitação cognitiva em relação às mudanças sociais e econômicas relacionadas à sustentabilidade que impactam diretamente no território, no modo de vida das

pessoas e na economia local. O planejamento deve apoiar-se na participação social, na equidade, na intersectorialidade e sustentabilidade (BENI, 2006).

Segundo a OMT (2001), uma das políticas de planejamento global importante para reforçar os impactos positivos e minimizar os negativos consiste no envolvimento da comunidade no turismo, levando os residentes a entenderem o turismo, participarem nas tomadas de decisões com ele relacionadas e receberem benefícios do mesmo. Segundo Holliday e Pepper (*apud* HOLLIDAY et al, 2002, p.217), “a única maneira de resolver problemas complexos de sustentabilidade é formar parcerias além das fronteiras nacionais e internacionais, envolvendo o público e o setor privado”. O envolvimento com a comunidade é fundamental no processo. O turismo sugere participação comunitária, pois trata de uma atividade impactante na sociedade. Todo o planejamento deve ser feito de forma participativa, considerando parcerias entre governos, iniciativa privada e comunidade local.

Por fim, no que tange à suas conclusões acerca do turismo e da política pública direcionada a sustentabilidade:

Não podemos nos esquecer que o turismo sustentável envolve: compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custos e benefícios; geração de empregos locais, diretos e indiretos; estimulação de negócios lucrativos; injeção de capital e dinheiro na economia local; diversificação da economia local; transferência de benefícios de uma região mais rica para outra mais pobre, contribuindo para um maior equilíbrio intra-regional; maior equilíbrio intrassetorial e interpessoal; elevar as condições de vida das comunidades envolvidas; estimular e favorecer o crescimento de outras atividades; interagir com todos os segmentos da sociedade; incorporar planos de planejamento e zoneamento; desenvolvimento estratégico e logístico de transporte intermodal; facilitação de recreação e entretenimento; encorajar o uso produtivo de terras consideradas marginais; auxiliar a cobertura de gastos com preservação ambiental; intensificar a auto-estima da comunidade local, incentivando seu engajamento no processo de desenvolvimento; monitorar, assessorar e administrar os impactos do turismo, desenvolvendo métodos confiáveis de gestão estratégica (BENI, 2006, p.96).

Todos os aspectos abordados em termos de política pública, turismo e sustentabilidade são pertinentes para o fechamento teórico dos conceitos relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento do turismo. Contudo, passa a ser necessidade a partir deste momento, fazer um levantamento operacional da sustentabilidade (VAN BELLEN, 2002), conhecendo ferramentas que possam possibilitar aos gestores públicos e privados a condução de atividades sustentáveis.

Torna-se necessário buscar elementos de suporte à gestão, para que os objetivos de sustentabilidade e desenvolvimento sejam alcançados, de acordo com os preceitos definidos pelo entendimento de política pública e bem comum.

2.5 MENSURAÇÃO DE IMPACTOS E SUSTENTABILIDADE

Após analisar impactos turísticos, sejam eles econômicos, ambientais ou socioculturais, os gestores devem buscar planejar soluções capazes de minimizar os impactos negativos e otimizar os benefícios gerados pela atividade turística. Segundo Beni (2006b, p.50), “Todo progresso acarreta algum custo social; com as devidas precauções, sua implantação ou seu crescimento pode minimizar os custos e aumentar os benefícios”. Segundo Meadows *et al.* (*apud* PIÑERO VERDINELLI, 2002), As idéias de limites, sustentabilidade, eficiência e suficiência não são barreiras, nem obstáculos, nem ameaças, mas guias para um mundo novo.

A gestão voltada à sustentabilidade deve buscar valorizar estes aspectos: medir impactos, avaliar, planejar para o melhor uso e controlar os resultados obtidos, de modo a impactar o mínimo possível nos recursos naturais e comunidades locais.

Enfatiza Ruschmann (1997) que a prevenção dos impactos é fator a ser dado maior atenção, sendo necessário o direcionamento de esforços para a preservação do patrimônio natural e também dos atrativos e equipamentos turísticos, já que estes representam o produto em si que será comercializado pelo turismo.

Mas, frente às necessidades de se alcançar a sustentabilidade do turismo, se estabelece o desafio: como mensurar os impactos e a sustentabilidade? Como gerenciar a quantidade enorme de dados que compõem os indicadores? Como comunicar estes indicadores de forma a tornar mais inteligíveis os números? Como apresentá-los (ou representá-los) de forma a facilitar seu monitoramento e a gestão? Como simplificar a complexidade que existe por trás dos dados da sustentabilidade e do desenvolvimento? (ATKISSON, 2001)

Mensurar a sustentabilidade significa dizer ser este desafio a condição *sine qua non* para a construção de soluções sustentáveis de desenvolvimento (RIBEIRO *apud* VAN BELLEN, 2002). Uma tarefa complexa e dinâmica (SCHIANETZ;

KAVANAGH, 2008) que implica no estudo e no uso de indicadores como ferramentas de suporte à gestão e à tomada de decisões (GALLOPIN, 1996; VAN BELLEN, 2002; DAHL *apud* STROBEL, 2005; BARDDAL, 2008).

Indicadores são ferramentas que “têm o objetivo de agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente” (VAN BELLEN, 2002, p.30). Indicadores são índices gerados a partir de inúmeros dados coletados nas fontes que se pretende conhecer e gerenciar. Mostram-se como ferramentas utilizadas para controle e monitoramento de situações complexas e dinâmicas, como a sustentabilidade. “As medições são indispensáveis para que o conceito de desenvolvimento sustentável se torne operacional” (VAN BELLEN, 2002, p.42).

Frente a estes questionamentos, especificidades do estudo com uso de indicadores, e mais precisamente a partir da Conferência Rio Eco 92 para implementação das recomendações da *Agenda 21* (STROBEL, 2005), os cientistas e estudiosos, assim como Atkisson (2001), realizaram estudos a fim de criar métodos ou modelos capazes de mensurar e avaliar a sustentabilidade. Estes métodos caracterizam-se como ferramentas para a gestão que busca a sustentabilidade e cada qual apresenta suas características, propósitos, peculiaridades, formas de apresentação, formas de comunicação dos resultados e limitações.

O objetivo desta revisão bibliográfica e teórica não é analisar profundamente os métodos de avaliação de sustentabilidade disponíveis na literatura, até porque são inúmeros (RANGANATHAN, 1998; ATKISSON, 2001; VAN BELLEN, 2002; SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007; BARDDAL, 2008), mas analisar dentre eles, quais os métodos que podem ser aplicados à área do turismo e especificamente às destinações turísticas. Para isso, foram pesquisados autores que previamente já realizaram estudos dentro desta temática e que como resultado de suas pesquisas, produziram tabelas comparativas entre os métodos (VAN BELLEN, 2002; ANDRADE, 2006; SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007; BARDDAL, 2008).

Será apresentado o conteúdo de mensuração de impactos e sustentabilidade a partir do conhecimento do uso de indicadores (o que são, para que servem, abordagens para análises, vantagens e limitações), das metodologias de indicadores de sustentabilidade existentes e dentre estas as metodologias as que podem ser utilizadas para a área de turismo especificamente. Esta revisão de

métodos e estudos comparativos deu base à escolha do Método de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendado pela OMT, escolhido como método a ser aplicado nesta pesquisa.

2.5.1 O uso de indicadores

Indicadores são ferramentas de apoio à gestão e à tomada de decisão que podem contribuir com o entendimento e a busca da sustentabilidade. Baseado em indicadores, os gestores podem avaliar os impactos econômicos, ambientais e socioculturais dentro dos sistemas e subsistemas e a partir disto, definir ações corretivas, preventivas ou colaborativas em prol de se alcançar os melhores resultados.

Dentro do estudo de Van Bellen (2002), são apresentadas algumas definições para o entendimento do termo “indicadores”. McQueen e Noak (*apud* VAN BELLEN, 2002) conceituam os indicadores como uma medida que resume informações importantes de um determinado fenômeno que se pretende estudar, ou um substituto dessa medida. Holling et al. (*apud* VAN BELLEN, 2002), nesta mesma direção, contribui conceituando indicadores como uma medida que pode informar sobre o comportamento de um determinado sistema, com atributos expressivos e perceptíveis. São ferramentas de suporte à gestão e à tomada de decisões (OECD, 2003; WTO, 2004; SCHIANETZ, KAVNAGH; LOCKINGTON, 2007).

A OECD (2003) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organization for Economic Cooperation and Development*), define indicadores como um parâmetro, um valor derivado de outros parâmetros. Gallopin (1996) define como variáveis entendidas em um nível mais concreto. Os indicadores mais desejáveis, segundo este autor, são aqueles capazes de resumir e simplificar as informações mais relevantes.

Segundo Mitchell (1997), os indicadores devem ter a função de sintetizar um conjunto de informações complexas, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados. Para Strobel (2005), os indicadores devem ser transparentes, completos, relevantes, comparáveis e auditáveis. O ideal seria segundo esta autora,

que eles se aproximassem ao máximo da realidade, o que muitas vezes não acontece.

Meadows (1998) afirma que a utilização de indicadores é uma forma intuitiva de monitorar sistemas complexos que a sociedade precisa controlar como é o caso da sustentabilidade. A autora alerta que indicadores são modelos da realidade, mas que não podem ser considerados como realidade em si. Para isso, devem ser gerados a partir de métodos cuidadosamente elaborados e com rigor analítico, dentro de processos legítimos. Assim como afirma Meadows (1998 *apud* VAN BELLEN, 2002, p.32), “os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação acerca destes fenômenos mais compreensível e quantificável”.

Para avaliar o uso de métodos e indicadores, Gallopín (1996) apresenta requisitos universais para a aceitação de indicadores, que resumem e organizam as características e funções destas ferramentas. São expostos abaixo:

- a) Os valores dos indicadores devem ser mensuráveis (ou observáveis);
- b) Deve existir disponibilidade de dados;
- c) A metodologia para a coleta e o processamento dos dados, bem como para construção dos indicadores, deve ser limpa, transparente e padronizada;
- d) Os meios para construir e monitorar os indicadores devem estar disponíveis, incluindo capacidade financeira, humana e técnica;
- e) Os indicadores ou grupo de indicadores devem ser financeiramente viáveis;
- f) Deve existir aceitação política dos indicadores no nível adequado, ou seja, indicadores não legitimados pelos tomadores de decisão são incapazes de influenciar as decisões.

Um outro aspecto que merece destaque neste debate sobre indicadores é a delimitação dos atores que farão parte do processo e a forma como o processo será conduzido. Van Bellen (2002) e Schianetz e Kavanagh (2008) expõem duas formas de abordagem para o processo prático do levantamento de indicadores, sendo elas: abordagem *top-down* (processo não participativo), quando especialistas e pesquisadores definem o sistema e o grupo de indicadores que será utilizado e

abordagem *bottom-up* (processo participativo) quando são envolvidos diversos atores no processo de escolha e delimitação de indicadores.

Cada tipo de abordagem tem suas vantagens e desvantagens. Na abordagem *top-down*, não existe contato com as comunidades locais, o que pode interferir nos resultados e até mesmo na delimitação das necessidades de indicadores, pois os realizadores do processo podem não conhecer a realidade que está sendo trabalhada de forma tão legítima quanto aqueles que são diretamente afetados por ela. A abordagem *bottom-up* tem como limitação o próprio processo participativo, que demanda envolvimento e comprometimento dos atores com questões de interesse comum. Além disso, o envolvimento de muitas pessoas pode gerar distorções em relação à definição de aspectos não essenciais ao problema que se pretende medir (VAN BELLEN, 2002). Os processos participativos demandam uma condução técnica e legítima dos trabalhos, já que o envolvimento de diversos torna o trabalho ainda mais complexo. Entretanto, são mais legítimos que processos *top-down*.

Segundo destaca Dahl (1997, p.42), “a legitimidade é o elemento de importância fundamental na construção de sistemas de indicadores”. Para que sejam realmente efetivos e possam colaborar no monitoramento da sustentabilidade, é preciso que tenham um alto grau de legitimidade. Desta forma, os processos participativos são bem-vindos no trabalho a ser realizado com indicadores de sustentabilidade.

A tarefa de mensurar a sustentabilidade não é simples nem estanque (STROBEL, 2005). Considerando a natureza complexa e dinâmica da sustentabilidade, devem-se estudar a fundo os tipos de indicadores mais adequados para cada objetivo pretendido, de uma forma “flexível o suficiente para que o conjunto de indicadores seja alterado na medida em que a realidade o permita e necessite” (STROBEL, 2005, p.39). Para Meadows (1998), além de não ser simples a tarefa de mensurar sustentabilidade, a atividade demanda o uso de tecnologia e sistemas de informação para a geração de informações mais coerentes e adequadas.

Algumas limitações são identificadas na literatura a respeito do uso de indicadores, como a dificuldade em agregar em um único índice ou medida o resultado de muitas informações derivadas de um sistema complexo (ATKISSON, 2001; BOSSEL *apud* VAN BELLEN, 2002), o processo de seleção de indicadores,

que pode apresentar distorções dependendo da forma que é realizado (MEADOWS, 1998), limitações metodológicas em relação à disponibilidade de dados, medidas diferentes para um mesmo indicador, não-linearidade dos dados, deficiências no uso de técnicas estatísticas, limites de recursos humanos, financeiros, tempo (VAN BELLEN, 2002).

Serão apresentadas a seguir, as metodologias de indicadores de sustentabilidade pesquisadas no campo teórico e especialmente a partir de estudos comparativos realizados anteriormente. Serão descritas de forma sucinta, visto que o objetivo é selecionar ferramentas aplicadas ao turismo e especificamente a destinações turísticas (âmbito local). Indica-se a leitura dos estudos comparativos dos autores aqui trabalhados como forma de aprofundamento teórico sobre os métodos identificados.

2.5.2 Metodologias de indicadores de sustentabilidade

A comunidade científica tem feito um grande esforço na busca de métodos capazes de avaliar a complexidade da sustentabilidade (ATKISSON, 2001; VAN BELLEN, 2002; DING, 2005; STROBEL, 2005; SCHIANETZ; KAVANAGH, 2008). Contudo, nem todos estes esforços consideram o caráter multidimensional da sustentabilidade sendo que alguns métodos se concentram em aspectos específicos de forma isolada (VAN BELLEN, 2002; ANDRADE, 2006; BARDDAL, 2008), como é o caso dos métodos aplicados aos estudos ambientais.

Existem diversos métodos que avaliam a sustentabilidade. Segundo o Relatório de Ranagathan (1998) desenvolvido através do WRI - *World Resource Institute* e apresentado por Barddal (2008) foram catalogadas 75 iniciativas que buscam mensurar o desempenho da sustentabilidade.

Iniciativas de avaliação de sustentabilidade		Dimensões						
		Ambiental	Econômica	Social	Espacial	Cultural	Institucional	Tecnológica
1	4 Km Four Capital Models	x						
2	American Institute of Chemical Engineers Sustainability Metrics Project	x	x					
3	Association of Chartered Certified Accountants	x						
4	Barometer of Sustainability – IUCN	x		x				
5	Ben & Jerry's			x				
6	Business for Social Responsibility - BSR			x				
7	Business in the Community - BitC	x		x				
8	Canadian National Round Table on the Environmental and the Economy	x						
9	Center for Economics Priorities Accreditation Agency – Social Accountability Standard – CEPAA			x				
10	Compass of Sustainability - CS	x	x	x				
11	Conference Board			x				
12	Corporate Citizenship Company			x				
13	Council for Economic Priorities - CEP	x		x				
14	Dashboard of Sustainability - DS - IISD	x	x	x			x	
15	Dow Eco-Compass	x						
16	Dow Jones Sustainability Index	x	x	x				
17	Driven Force, State, Response – CSD	x		x				
18	Driven, Pressure, State, Impact, Response - DPSIR	x		x				
19	Ecco - Evaluation of Capital Creation Options	x	x					
20	ECO-Efficiency Assessment Per Unit of Service - ECOPUS	x						
21	Ecological Footprint Method - EFM	x						
22	Electronics Sector Common Sense Initiative	x						
23	EnSp – Environmental Space - Wuppertal Institute/Friends of the Earth	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
24	Environmental Defense Fund Chemical Scorecard	x						
25	Environmental Sustainability Index - World Economic Forum	x		x			x	
26	EthicScan Canada			x				
27	European Eco-Management and Audit Scheme - EMA	x						
28	European Indices Project – EIP - Eurostat							
29	Genuine Progress Indicator - GPI	x	x					
30	Global Environmental Management Initiative - GEMI	x						
31	Global Reporting Initiative - GRI	x	x	x				
32	Human Development Index – HDI - UN			x				
33	Human Environment Index - HEI	x		x				
34*	Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa							
35	Institute of Social & Ethical Accountability			x				
36*	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE			x			x	
37*	Instituto Ethos de Responsabilidade Social – Brasil			x				
38*	Instituto de Hospitalidade – Brasil	x	x	x				
39	Interfaith Center on Corporate Responsibility - ICCR			x				
40	Interagency Working Group on Sustainable Development - IWDE	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
41	International Labor Organization Human Development Enterprise Index - ILO			x				
42	International Standards Organization – ISO 14031	x						
43	Investor Responsibility Research Center - IRRC	x		x				
44*	Método de Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade – MAIS. Brasil	x	x	x		x		
45	Material Input Per Service – Wuppertal Instituto – MPIS -	x	x					

Iniciativas de avaliação de sustentabilidade		Dimensões						
		Ambiental	Econômica	Social	Espacial	Cultural	Institucional	Tecnológica
46	McDonough Braungart Desings Chemistry – Product Sustainable Index - MBDC	x	x	x				
47	National Academy of Engineering – Industrial Environmental Performance Metrics – NAE	x						
48	National Round Table on the Environment and Economy/Human/ Ecosystem Approach - NRTE	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
49	New Economics Foundation			x				
50	Global Warming Indicator - NPI	x						
51	OECD Pollutants Release and Transfer Register	x						
52	Oko-Institute Product Sustainability Assessment Tool		x					
53	Policy Performance Indicator – PPI - Holland							
54*	Planejamento Estratégico para a Sustentabilidade Empresarial	x	x	x				
55	Pressure, State, Response – PSR - OECD	x	x					
56	Social Equity Funds			x				
57	Social Venture Network			x				
58	Storebrand Scudder Environmental Value Fund	x						
59	SustainAbility/UNEP Environmental Reporting Framework	x						
60	Swedish Model - SM	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
61	System Basic Orientator - SOB - Hartmut Bossel – Kassel University	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
62	System of Integrating Environment and Economic – SEEA - USA Estatistics Divisions	x	x					
63	The Body Shop International			x				
64	The Coallision for Environmentally Responsible Economics – Global Report Initiative – GRI	x		x				
65	The Columbian Business Council for sustainable Development - CECODES	x	x	x				
66	The European Chemical Industry Council - CEFIC	x						
67	The Stakeholder Alliance			x				
68	The Sustainability Product Wheel		x					
69	Verein fuer Umweltmanagement in Baken, Sparkassen und Versicherungen – VIT	x						
70	WBCSD Corporate Social Responsibility Project			x				
71	WBCSD Eco-efficiency Metrics Project	x						
72	Wealth of Nations – WN - World Bank	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
73	World Resource Institute – WRI	x						
74	Wuppertal Materials Intensity Per Unit of Service	x						
75	Wuppertal Sustainability Indicators		x					

NI = dados não informados * = dados levantados pelo Autor

Quadro 05 – Iniciativas de Avaliação de Sustentabilidade de Ranganathan (1998)

Fonte: Barddal (2008) baseado em Ranganathan (1998)

Van Bellen (2002) levantou em seus estudos 18 métodos de avaliação de sustentabilidade e encaminhou um questionário a 45 especialistas no mundo todo para que estes definissem quais seriam os métodos mais conhecidos. Estes especialistas indicaram, além dos métodos listados por Van Bellen (2002), mais 7

métodos, compondo uma lista final de 24 métodos avaliados, de onde se extraíram os 3 mais conhecidos na opinião destes especialistas. Os métodos mais conhecidos pelos especialistas, segundo esta pesquisa foram: *Ecological Footprint Method*, *Dashboard of Sustainability* e *Barometer of Sustainability*. Os métodos de avaliação de sustentabilidade trabalhados por este autor aplicam-se a todas as áreas, sem especificações para a área de turismo. Os 24 métodos selecionados por Van Bellen (2002) são apresentados na Tabela 01.

Tabela 01 – Métodos de avaliação mais conhecidos de Van Bellen (2002)

METODOLOGIA	(%)
EFM – Ecological Footprint Method	13,92%
DS – Dashboard of Sustainability - IISD	12,66%
HDI – Human Development Index - UN	6,33%
PSR – Pressure, State, Response - OECD	6,33%
DSR – Driven Force, State, Response - CSD	6,33%
GRI – Global Reporting Initiative	5,06%
GPI – Genuine Progress Indicator	5,06%
IWDE – Interagency Working Group on Sustainable Development – US Pres Council on SD	5,06%
EIP – European indices Projects – Eurostat	3,80%
SBO – System Basic Orientatior – Hartmut Bossel	3,80%
ESI – Environmental Sustainatibility Index – World Economic Forum	3,80%
CS – Compass of Sustainability	2,53%
PPI – Policy Performance Indicator - Holland	2,53%
DPSIR – Driven, Pressure, State, Impact, Response	2,53%
WN – Wealth of Nations – World Bank	1,27%
4KM – Four Capitals Model	1,27%
MIPS – Material Input per Sevice – Wuppertal Institute - Germany	1,27%
NRTE – National Round Table on the Environment and Economy - Human/Ecosystem Approach - Canadá	1,27%
EnSp – Environmental Space – Wuppertal Institute/Friends of the Earth	1,27%
SEEA – System of Integrating Environment and Economy– United Nations Statistic Division	1,27%
HEI – Human Environment Index	1,27%
SM – Swedish Model	1,27%
Ecco – Evaluation of Capital Creation Options	1,27%

Fonte: Adaptado de Van Bellen (2002)

Na mesma linha comparativa de estudos, Barddal (2008) apresenta um estudo direcionado ao turismo, dentro da esfera organizacional, onde realiza uma análise comparativa entre 5 métodos de avaliação de sustentabilidade selecionados a partir de pesquisa bibliográfica e a partir dos estudos anteriores de Ranagathan (1998) e Van Bellen (2002), sendo eles o *Dashboard of Sustainability*, *GRI - Global Report Initiative*, *Ecological Footprint Method*, *ETHOS* e a Norma NIH54.

Por fim, é preciso citar a pesquisa de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) que trabalha a análise comparativa de 7 métodos de avaliação de sustentabilidade aplicados especificamente ao turismo, sendo eles *Sustainability Indicators (SI)*, *Environmental Impact Assessment (EIA)*, *Life Cycle Assessment (LCA)*, *Environmental Auditing (EA)*, *Ecological Footprint Method (EF)*, *Multi-Criteria Analysis (MCA)*, *Adaptative Environmental Assessment (AEA)*.

Este trabalho se propõe a apresentar os estudos comparativos de Van Bellen (2002), Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), e Barddal (2008), os quais destacam nestas tabelas de análise comparativas de métodos, 15 métodos de avaliação da sustentabilidade ao total. Os métodos serão descritos sem aprofundamento de seus pressupostos teóricos, considerando ter sido objetivo desta fase da revisão teórica escolher um método que pudesse ser aplicado a destinações turísticas a partir de análises comparativas de métodos de avaliação da sustentabilidade. A escolha do método aplicado nesta pesquisa levou em consideração os estudos específicos aplicados a área de turismo, realizados por Barddal (2008) e Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007).

A apresentação dos quadros de análise comparativa das metodologias de avaliação de sustentabilidade será organizada em dois itens distintos, sendo este primeiro dedicado às metodologias de avaliação de sustentabilidade em geral e o segundo e próximo item para metodologias usadas pelo turismo.

O Quadro 06 apresenta os referenciais de estudos comparativos para métodos de avaliação de sustentabilidade em geral e o Quadro 07 apresenta os referenciais de estudos comparativos utilizados pelo turismo.

AUTOR	QUADRO DE MÉTODOS	QUANT.	MÉTODOS DESCRITOS
VAN BELLEN (2002)	Quadro de análise comparativa	3 métodos	- Ecological Footprint Method - Dashboard of Sustainability - Barometer of Sustainability
BARDDAL (2008)	Quadro de análise comparativa	5 métodos	- Dashboard of Sustainability - GRI - Ecological Footprint Method - ETHOS - Norma NIH54

Quadro 06 – Referenciais de estudo de métodos de avaliação de sustentabilidade – uso geral
Fonte: organizado pela autora, 2009.

AUTOR	QUADRO DE MÉTODOS	QUANT.	MÉTODOS DESCRITOS
SCHIANETZ; KAVANAGH; LOCKINGTON (2007)	Quadro de análise comparativas de métodos utilizados no turismo	7 métodos	- SI (Metodologia da OMT) - EIA - LAC - EA - Ecological Footprint Method - MCA - AEA
BARDDAL (2008)	Citação de métodos utilizados no turismo	5 métodos	- LAC - CCT - VAMP - ROS - Norma NIH 54

Quadro 07 – Referenciais de estudo de métodos de avaliação de sustentabilidade – uso no turismo
Fonte: organizado pela autora, 2009.

2.5.2.1 Metodologias de avaliação de sustentabilidade

Hans Michael Van Bellen (2002), pesquisador de Florianópolis, Santa Catarina, realizou um estudo completo dentro da temática de métodos de avaliação de sustentabilidade, que consistiu em pesquisar os métodos existentes na literatura e encaminhar uma lista destes métodos a 45 especialistas de áreas diferentes, provenientes de vários países do mundo, para uma avaliação dos métodos mais conhecidos. Dentre os 24 métodos listados, foram destacados os 3 métodos mais lembrados por especialistas, sendo eles:

- *Ecological Footprint Method;*
- *Dashboard of Sustainability;*
- *Barometer of Sustainability.*

O quadro comparativo de métodos de avaliação de sustentabilidade de Van Bellen (2002) foi construído a partir de cinco categorias de análise, sendo elas (1) Escopo: dimensões da sustentabilidade atendidas pelo método; (2) Esfera: âmbito de aplicação da metodologia em questão; (3) Dados: características dos dados a serem levantados, se quantitativos ou qualitativos, e nível de agregação; (4) Participação: descrição do processo de aplicação do método, se realizado através de processos participativos (*bottom-up*) ou não (*top-down*) e (5) Interface: analisa a

forma como os dados são apresentados, em termos de comunicação, recursos visuais, complexidade e potencial educativo.

O Quadro 08 apresenta os estudos de Van Bellen (2002) para os métodos *Ecological Footprint Method*, *Dashboard of Sustainability* e *Barometer of Sustainability*.

Sem a necessidade de realizar análises ou um aprofundamento teórico, os métodos em destaque do estudo de Van Bellen (2002) são descritos a seguir.

CATEGORIA DE ANÁLISE	ECOLOGICAL FOOTPRINT METHOD	DASHBOARD OF SUSTAINABILITY	BAROMETER OF SUSTAINABILITY
1 - Escopo	Ecológico	Ecológico Social Econômico Institucional	Ecológico Social
2 - Esfera	Global Continental Nacional Regional Local Organizacional Individual	Continental Nacional Regional Local Organizacional	Global Continental Nacional Regional Local
3 - Dados			
Tipologia	Quantitativo	Quantitativo	Quantitativo
Agregação	Altamente agregado	Altamente agregado	Altamente agregado
4 - Participação	Abordagem <i>top-down</i>	Abordagem mista	Abordagem mista
5 - Interface			
Complexidade	Elevada	Mediana	Mediana
Apresentação	Simples	Simples Recursos visuais	Simples Recursos Visuais
Abertura	Reduzida	Mediana	Mediana
Potencial Educativo	Forte impacto no público-alvo. Ênfase na dependência dos recursos naturais	Maior impacto sobre tomadores de decisão Representação visual	Maior impacto sobre tomadores de decisão Representação visual

Quadro 08 – Análise Comparativa de Métodos de Van Bellen (2002)
Fonte: Adaptado de Bellen (2002).

a) Ecological Footprint Method: Desenvolvido pelos autores Wackernagel e Rees⁷ (1996), o *Ecological Footprint Method* ou Método da Pegada Ecológica foi o método de avaliação de sustentabilidade mais lembrado pelos especialistas na pesquisa de Van Bellen (2002). O método representa o espaço ecológico necessário para suportar determinado sistema. Sua metodologia contabiliza os fluxos de

⁷ Para consulta ao original acessar WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. **Our Ecological Footprint: reducing human impact on the earth**. 6.ed. Canadá: NSP, 1998.

matéria e energia que entram e saem do sistema econômico e converte esses fluxos em área de terra. Similar ao método de cálculo da capacidade de carga, o *Ecological Footprint Method* não calcula a quantidade de pessoas limite para determinada área, mas ao contrário, determina a quantidade de terra (ou área) que seria necessário para suportar determinado número de pessoas que já utilizam o espaço ou sistema, de modo que este processo não agrida a capacidade de resiliência dessa área. Andrade (2006) realizou um amplo estudo sobre esta ferramenta em específico e aplicou a metodologia à realidade de Florianópolis.

b) Dashboard of Sustainability: A característica mais marcante deste método criado em 1999 pelo *Consultative Group of Sustainability Development Indicators* – IIDS é sua representação visual, que lembra o painel de controle de um automóvel e apresenta visualmente as três dimensões econômica, social e ambiental. Recentemente foi adicionada ao método a dimensão institucional. O objetivo do método é desenvolver um índice que seja simples, reconhecido internacionalmente e que contenha um conjunto reduzido de indicadores que possam completar outros índices de sustentabilidade, como o PIB e o PNB. Os índices são calculados com o apoio de um software.

c) Barometer of Sustainability: O método *Barometer of Sustainability* é utilizado para medir o progresso e a comunicação em direção à sustentabilidade. Um de seus principais desenvolvedores e pesquisadores é Prescott-Alen⁸ (1997). O sistema envolve a dimensão ecológica e social, sem abranger a dimensão econômica. Sua representação visual também se destaca, sendo referenciada com destaque na comunicação dos indicadores ao público de interesse.

Baseado especialmente nos estudos de Van Bellen (2002), Barddal (2008) apresentou um modelo de avaliação de sustentabilidade a ser aplicado a projetos de viabilidade turísticos, considerando as dimensões da sustentabilidade. Para realizar este estudo, o pesquisador realizou um levantamento de métodos selecionando 5 para uma análise comparativa. São métodos analisados por Barddal (2008):

⁸ Para consulta ao original acessar PRESCOTT-ALLEN, R.; MOLDAN, B; BILHARZ, S. (Ed). In: **Sustainability indicators**: report of Project on indicators of sustainable development. New York: Scientific Committee on Problems on the Environment - SCOPE 58. Wiley, 1997.

- *Dashboard of Sustainability*;
- *GRI – Global Report Initiative*;
- *Ecological Footprint Method*;
- Instituto ETHOS;
- Norma NIH54.

O Quadro 09 apresenta a análise comparativa de Barddal (2008). É preciso salientar que a pesquisa foi realizada com o objetivo de criar uma ferramenta a ser aplicada no nível das organizações, portanto, os métodos escolhidos pelo pesquisador referem-se mais a aplicações no ambiente corporativo.

	Dashboard of Sustainability	GRI	Ecological Footprint	ETHOS	Norma NIH54
Dimensões de sustentabilidade	Econômica Ambiental Social Institucional	Econômica Ambiental Social	Ambiental (Espacial)	Social	Econômica Ambiental Social
Preponderância da dimensão	Não há	Não há	Ambiental (Espacial)	Social	Ambiental
Esfera de aplicação	Continental Regional Local Organizacional	Organiza- cional	Global Continental Regional Local Organizacional Individual	Organiza- cional	Micro e pequenas empresas do ramo hoteleiro
Público de interesse	Dirigentes públicos ou privados	<i>Stakeholders</i>	Dirigentes públicos ou privados	<i>Stakehold- ers</i>	Dirigentes de Micro e pequenas empresas do ramo hoteleiro
Finalidade do método	Medir a utilização de estoques e fluxos das dimensões que compõem o desenvolvi- mento sustentável	Elaborar diretrizes de sustenta- bilidade e comunicar os impactos e resultados econômicos, sociais e ambientais das atividades empresariais	Estimar as exigências de consumo de recursos e assimilação de resíduos de uma população ou economia	Ajudar as empresas a gerir os impactos sociais e ambien- tais	Melhorar o desempenho / competiti- vidade de micro e pequenas empresas

	Dashboard of Sustainability	GRI	Ecological Footprint	ETHOS	Norma NIH54
Tipologia dos dados	Quantitativos com dimensão qualitativa	Quantitativos Qualitativos	Quantitativos	Quantitativos Qualitativos	Quantitativos Qualitativos
Uso de Índices ou Indicadores	Trabalha com indicadores e com índices	Trabalha com indicadores e produz relatórios	Não trabalha com indicadores e se utiliza de índice	Trabalha com indicadores e gera notas	Não trabalha com indicadores ou índices
Grau de complexidade	Mediana	Mediana	Alta	Mediana	Não se aplica
Dependência externa	Alta/ média	Baixa	Alta/ média	Baixa	Baixa
Participação	Abordagem mista	Abordagem mista	Abordagem <i>top-down</i>	Abordagem mista	Abordagem <i>top-down</i>
Indicadores setoriais	Não	Em desenvolvimento	Não	Setor financeiro, de mineração, de papel e celulose para micro e pequenas empresas	Micro e pequenas empresas do ramo hoteleiro

Quadro 09 – Análise Comparativa de Métodos Barddal (2008)
Fonte: Adaptado de Barddal (2008)

Os métodos trabalhados nesta análise comparativa de Barddal (2002), que não foram descritos ainda, seguem abaixo identificados:

a) GRI – Global Initiative Report: Sediada em Amsterdã, o *Global Report Initiative* é uma instituição que tem como finalidade elaborar diretrizes para relatórios de sustentabilidade empresariais. Os relatórios têm a finalidade de comunicar os impactos decorrentes das atividades das empresas nas dimensões econômica, social e ambiental. O método baseia-se no preenchimento de um questionário pelas empresas e foi desenvolvido através da interação de vários *stakeholders*, o que torna o método democrático, abrangente e legítimo.

b) Instituto ETHOS: Assim como o GRI, o Instituto Ethos possui um questionário para a geração de relatórios de sustentabilidade dentro da área social, também conhecido como Balanço Social. Sediado no Brasil, na cidade de São Paulo, O Instituto Ethos atua na área de responsabilidade social corporativa e realiza diversas atividades ligadas à sensibilização e mobilização de empresas na gestão de seus impactos sociais e ambientais.

c) Norma NIH54: A norma criada pelo Instituto de Hospitalidade tem o objetivo de difundir boas práticas de sustentabilidade no ramo hoteleiro a fim de melhorar o desempenho e a competitividade destas micro e pequenas empresas. A norma, desenvolvida pelo Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável – CBTS apresenta um conjunto de recomendações direcionadas à hotelaria e o atendimento à essas determinações são requisitos para a Certificação em Turismo Sustentável do Instituto de Hospitalidade.

Após apresentar os quadros de análises comparativas dos dois autores estudados, será exposto no item a seguir os quadros de análises comparativas de métodos de avaliação de sustentabilidade utilizados pelo turismo.

2.5.2.2 Metodologias utilizadas no turismo

O turismo apresenta algumas peculiaridades em relação às demais indústrias e subsistemas para avaliação e escolha de métodos de avaliação de sustentabilidade. Segundo Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), “os estudos de sustentabilidade para as destinações turísticas são muito complexos. Muitas ferramentas estão em uso, com diferentes forças e fraquezas dependendo das características das destinações turísticas e objetivos de estudo”. Deve-se considerar que as destinações diferem muito entre si, cada qual com suas especificidades e necessidades.

Devido à sua característica multissetorial e multidimensional já apresentada e devido à sua dinamicidade, os indicadores de sustentabilidade para o turismo devem permitir processos adaptativos de aprendizagem dentro das comunidades

locais das destinações turísticas. (SCHIANETZ; KAVANAGH, 2008). Ou seja, muitas vezes os processos de avaliação de sustentabilidade servem como forma de envolvimento e participação das comunidades locais em temas sociais comuns, como o monitoramento de impactos da atividade turística.

As ferramentas utilizadas para o turismo devem ser capazes de trabalhar com um número muito grande de dados e relações assim como objetivos concorrentes de diferentes grupos de *stakeholders*.

Os métodos de avaliação de sustentabilidade utilizados pelo turismo não são tão numerosos quanto os métodos de uso em geral, devido a estas especificidades citadas. Os métodos comumente utilizados e citados por autores como Barddal (2008), Cunha, S. e Cunha, J. (2005), Ruschmann (1997), Cooper et al. (2007), envolvem:

- Sistemas de Contas Nacionais – ONU;
- Contas Satélite de Turismo – CST;
- Modelos de mensuração de impacto econômico, principalmente os métodos de multiplicadores keynesianos de renda e emprego, além de índices altamente agregados como PIB e PNB;
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;
- Estudos de Capacidade de Carga.

O único estudo comparativo de métodos específicos para o turismo encontrado nesta revisão e o único estudo que cita o Método de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendado pela OMT (WTO, 2004) foi a pesquisa de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), que apresentam de forma comparativa os seguintes métodos:

- *Sustainability Indicators (SI)*;
- *Environmental Impact Assessment (EIA)*;
- *Life Cycle Assessment (LCA)*;
- *Environmental Auditing (EA)*;
- *Ecological Footprint Method (EF)*;
- *Multi-Criteria Analysis (MCA)*;
- *Adaptative Environmental Assessment (AEA)*.

O método da OMT, escolhido como método de aplicação nesta pesquisa é tratado neste estudo de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) dentro da categoria de SI - *Sustainability Indicators*, pois sua principal característica é a utilização de indicadores para mensuração de sustentabilidade. Os métodos abordados por estes autores serão descritos sucintamente a seguir:

a) *Sustainability Indicators (SI)*: O método de indicadores de sustentabilidade é uma iniciativa promovida pela OMT - Organização Mundial de Turismo que desde meados de 1990 promove a disseminação do uso de indicadores para destinações turísticas. Segundo Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), o método é o mais utilizado pelas destinações turísticas e consiste na seleção e levantamento de um conjunto de indicadores considerado ótimo pelos seus *stakeholders*. Um método claro e simples, de caráter didático que também é utilizado como processo de aprendizagem para as comunidades locais. Abrange de forma integrada as dimensões ambientais, econômicas e culturais. Em 2004, a OMT publicou um livro guia desta metodologia com inúmeros exemplos aplicados a destinações turísticas.

b) *Environmental Impact Assessment (EIA)*: Também conhecido como Estudo de Impactos Ambientais no Brasil, é um dos métodos mais populares para estudos de impactos ambientais para projetos de implantação de empreendimentos. É utilizado como um pré-projeto para os tomadores de decisão e a ferramenta é um pré-requisito para os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos. É relativamente flexível e orientado por objetivos, além de poder ser utilizado nas dimensões sociais, culturais e econômicas, além das ambientais.

c) *Life Cycle Assessment (LCA)*: O estudo de ciclo de vida de produtos é utilizado como suporte à análise de performance de produtos, considerando os processos que abrangem todo o ciclo de vida destes produtos, desde o surgimento até a extinção. Este método requer a geração e processamento de dados, sendo necessária a utilização de softwares. É usualmente utilizado para medir impactos ambientais, não sendo aplicado nas dimensões sociais e econômicas.

d) *Environmental Auditing (EA)*: O método é parte integrante do processo de gestão ambiental e funciona como uma auditoria, examinando as operações locais e identificando as áreas a serem corrigidas ou melhoradas com ações. É direcionada a análises locais, já que tradicionalmente é utilizada para a gestão ambiental.

e) *Ecological Footprint Method (EF)*: Já descrito nas tabelas de estudos anteriores.

f) *Multi-criteria Analysis (MCA)*: O método de análise multicritério é muito usado no âmbito local das destinações turísticas, servindo também como suporte para a tomada de decisão e para os processos de planejamento. É especialmente utilizado nos processos de planejamento ambiental onde existem múltiplos *stakeholders* com objetivos conflitantes em relação ao uso dos recursos naturais. Uma lista de critérios e um ranking são utilizados para o atendimento de todas as demandas deste tipo de processo. Pode-se usar um grande número de dados neste método, sendo que estes não necessariamente precisam ser convertidos em uma mesma unidade. Usa-se tanto dados quantitativos quanto qualitativos.

g) *Adaptative Environmetal Assessment (AEA)*: Este método foi desenvolvido para suprir as fraquezas do método EIA de impactos ambientais. O método utiliza pequenos workshops com especialistas, tomadores de decisão e cientistas para a construção de um modelo de simulação de impactos em um determinado sistema, com o uso de tecnologia e sistemas de informação. Esta ferramenta de simulação é chamada de "*Tourism Future Simulator*" - Simulador do Futuro Turístico e representa uma inovação neste campo de metodologias.

Além de descrever os métodos em seus estudos, Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) geram três quadros comparativos, a partir de critérios de análise conceitual e instrumental das ferramentas e um guia para seleção de método para aplicação em destinações turísticas. Os quadros comparativos deste estudo são apresentados neste item nos Quadros 10, 11 e 12, assim como uma descrição sucinta dos métodos e uma análise entre eles, a fim de subsidiar a escolha do método a aplicado nesta pesquisa de dissertação.

São conceitos para alcance da sustentabilidade em destinações turísticas as idéias de ecoturismo, produção limpa, gestão ambiental, selo ecológico e capacidade de carga (SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007), conforme expõe o Quadro 10 deste estudo.

É interessante notar os critérios utilizados para nortear as análises de métodos de avaliação de sustentabilidade. Primeiramente são identificados os conceitos, ou grandes idéias que o turismo pode buscar rumo à sustentabilidade, e dentro destes conceitos, quais os métodos que podem ser aplicados para este alcance.

É uma forma diferenciada de análise, que permite aos gestores do turismo a escolha do método que mais se aplica às suas necessidades. Para esta pesquisa, o estudo comparativo de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) representa um aliado à escolha de métodos de mensuração de sustentabilidade, pois aproxima-se das especificidades do turismo que os estudos comparativos anteriores de Van Bellen (2002) e Barddal (2008) não puderam alcançar.

O quadro 11 apresenta o quadro comparativo desenvolvido por Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) para os métodos de avaliação de sustentabilidade analisados, a partir dos critérios conceituais estabelecidos no Quadro 10.

CONCEITOS	DEFINIÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL	APLICAÇÃO NO TURISMO
ECOTURISMO	Turismo ecologicamente sustentável com foco primário em experiências em áreas naturais.	Oferecer e/ou promover alternativas "verdes" para os turistas e construir consciência ambiental.	Internacionalmente usado e largamente promovido, mas também criticado quando utilizado de forma errada como ferramenta de marketing.
PRODUÇÃO LIMPA	Estratégias preventivas que promovem a eliminação de dejetos antes de virar poluição e melhora a eficiência do uso de recursos.	Prevenção e controle da poluição.	Implementação lenta e restrita.
GESTÃO AMBIENTAL	Gestão e controle do meio ambiente e sistemas de recursos naturais de forma a gerar um esforço baseado em longo prazo.	Integração de objetivos ambientais nas políticas e planejamentos socioeconômicos.	Adotado por algumas agências de turismo e organizações internacionais como WTTC e WTO.

CONCEITOS	DEFINIÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL	APLICAÇÃO NO TURISMO
SELO ECOLÓGICO	Uma norma que licencia o uso de um selo ecologicamente correto em produtos.	Promove a concepção de sustentabilidade ao informar os consumidores sobre o nível de performance ambiental dos produtos e serviços.	Largamente adotado como uma ferramenta de marketing. Tem aplicação variada desde simples pousadas até sistemas globais.
CAPACIDADE DE CARGA	Máximo número de turistas que podem visitar uma determinada área sem causar destruição física, biológica, econômica ou sociocultural.	Prevenção de impactos relacionados ao turismo de massa.	Conscientemente assimilado, mas difícil de ser acessado cientificamente.

Quadro 10 – Conceitos para o alcance da sustentabilidade pelas destinações turísticas

Fonte: Baseado em Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007).

FERRAMENTAS	CONCEITOS				
	Ecoturismo	Produção Limpa	Gestão Ambiental	Selo Ecológico	Capacidade de Carga
SI	xx	xx	xx	xx	xx
EIA	x	x	xx	x	xx
LCA	x	xx	xx	x	-
EA	xx	xx	xx	xx	xx
EF	x	xx	xx	-	-
MCA	-	xx	xx	-	-
AEA	x	x	xx	x	xx

Notas:

xx : a ferramenta é usualmente utilizada para atingir os conceitos de sustentabilidade no turismo

x: a ferramenta foi usada em outras indústrias e tem sido promovida pelos pesquisadores do turismo para alcançar os conceitos, mas ainda não foram utilizadas para o turismo

-: a ferramenta não é desenhada para atingir o conceito e não pode ser usada

Quadro 11 – Análise comparativa de metodologias de avaliação de sustentabilidade do turismo de acordo com os conceitos definidos

Fonte: Adaptado de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007).

O Quadro 12 apresenta um quadro comparativo do estudo de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) que mostra-se interessante para a pesquisa e representou a base de escolha do método da OMT aplicado nesta pesquisa. Consiste em um guia para seleção de ferramentas para avaliação de sustentabilidade em destinações turísticas. Os critérios analisados para cada ferramenta utilizada são (1) Perspectiva de tempo: se os indicadores fornecem perspectivas prospectivas ou retrospectivas de análise; (2) Foco espacial: ou âmbito

no qual a ferramenta pode ser utilizada (global ou local); (3) Foco para mudança: tecnosfera ou ecosfera; (4) Efeitos considerados: dimensões consideradas, sendo elas: aspectos ambientais, econômicos, sociais, impactos cumulativos, impactos dinâmicos e inter-relações.

É preciso destacar que os critérios analisados dentro do turismo incluem aspectos não abordados por Van Bellen (2002) e Barddal (2008). Estes critérios referem-se a perspectivas de tempo, tornando possível prever impactos e prevenir, e dimensões de efeitos consideradas, que incluem impactos cumulativos, dinâmicos e inter-relações, reforçando os conceitos de turismo trabalhados nesta pesquisa e deixando ainda mais evidente a complexidade e dinâmica do estudo.

CRITÉRIOS		FERRAMENTAS DE MENSURAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE						
		SI	LCA	EA	EF	MCA	EIA	AEA
Perspectiva de tempo	Retrospectiva	xxx	xxx	xxx	xxx	x	-	-
	Prospectiva	x	xx	-	x	xxx	xxx	xxx
Foco Espacial	Global	xxx	xxx	-	xxx	x	-	-
	Local	x	x	xxx	-	xxx	xxx	xxx
Foco para Mudanças	Tecnosfera	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	x	x
	Ecosfera	x	x	x	x	x	xxx	xxx
Efeitos considerados	Ambientais	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
	Econômicos	xxx	x	x	-	xx	x	xxx
	Sociais	xxx	-	xx	-	xx	x	xx
	Cumulativos	xxx	xx	-	xxx	x	x	xxx
	Dinâmicos	-	-	-	-	-	x	xxx
	Inter-relações	-	-	x	-	x	x	xxx

Quadro 12 – Guia para seleção de ferramentas para avaliação da sustentabilidade em destinações turísticas

Fonte: Adaptado de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007)

Os métodos visualizados nos quadros comparativos dos estudos de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) representados pelos Quadros 10, 11 e 12, possibilitam algumas análises para este estudo, o que irá definir a escolha do método a ser aplicado na destinação turística Florianópolis.

O primeiro aspecto a ser analisado é que nenhuma ferramenta em particular consegue abranger todas as questões ambientais, sociais e econômicas em todos os níveis. É interessante considerar uma combinação das diversas metodologias para responder a questões específicas dos sistemas a serem estudados.

Contudo, o método de sistemas de indicadores, ou SI - *Sustainability Indicators*, no qual se insere o Método de Indicadores de Desenvolvimento

Sustentável para Destinações Turísticas recomendado pela OMT, se apresentou como a ferramenta mais abrangente desta análise comparativa, caracterizando um método:

- Relativamente claro e simples para os múltiplos níveis de análise das destinações turísticas;
- Muito flexível quanto à escolha dos indicadores (permite adicionar indicadores mais adequados ou substituir/suprimir indicadores defasados);
- Pode-se usar informações quantitativas e qualitativas;
- O sistema quantitativo de indicadores pode reduzir em larga escala dados das ciências físicas e sociais envolvidas no turismo em níveis de informações gerenciáveis, permitindo ainda que possam ser facilmente agregados, adicionados e comparados.

Além dos métodos apresentados e analisados por Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), é importante citar outros métodos paralelamente estudados que também podem ter aplicação no turismo e especificamente nas destinações turísticas. São eles o *Compass Index of Sustainability* (Atkisson, 2001), que apresenta uma visualização gráfica e conceitual em forma de bússola, com 4 índices altamente agregados (N = *nature, north*; E = *economic, east*; W = *Well-Being, west*; S = *Sociocultural, south*) que geram um único índice chamado de OSI = *Overall Sustainability Index*, ou Índice Geral de Sustentabilidade. O método tem um forte apelo de comunicação e utiliza lógicas simples e claras para sua elaboração. É um método que pode ser estudado e aplicado na prática em estudos posteriores.

As autoras Schianetz e Kavanagh (2008), além do estudo comparativo apresentado nesta dissertação, realizaram um estudo de um método de avaliação de sustentabilidade chamado *Complex Adaptive Systems* (CASs) ou Sistema de Adaptação Complexa, direcionado à aplicação no turismo. Schianetz e Kavanagh (2008) desenvolveram uma metodologia que se apóia em modelagem semiquantitativa baseada em sistemas de lógica difusa (*fuzzy logics*). Este método desenvolvido considera uma aproximação ainda maior com as características complexas e dinâmicas do turismo, considerando que os sistemas naturais e sociais são interdependentes e não lineares, considerando a necessidade de adaptação rápida a mudanças e as incerteza inerentes à atividade. O Sistema faz uso de um

simulador com derivações de indicadores, sendo uma matriz de critérios, uma matriz de correlações e um diagrama de análise e efeitos. Este método também é interessante de ser aprofundado e aplicado na prática pelos pesquisadores do turismo.

3 METODOLOGIA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA DESTINAÇÕES TURÍSTICAS DA OMT

Escolhido como método norteador da aplicação desta pesquisa, a partir dos estudos comparativos de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) a Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendada pela OMT – Organização Mundial de Turismo será apresentada nesta seção do trabalho.

Após apresentação e justificativa da escolha do método, este capítulo irá descrever os pressupostos operacionais que indicam o passo a passo da aplicação da metodologia, em duas abordagens diferentes, sendo a primeira baseada em processos de planejamento participativo (*bottom up*) e a segunda em processos sem a participação de *stakeholders* (*top down*).

Escolheu-se como abordagem para aplicação da metodologia o processo *top down*, através do uso de uma tabela base de indicadores fornecida pelo método da OMT, por ter se mostrado inviável para esta pesquisa o processo *bottom up*, o qual demandaria o envolvimento de mais atores direta e indiretamente ligados ao turismo.

3.1 ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO MÉTODO

A deficiência na geração e no uso da informação é comum na gestão do turismo de inúmeras destinações turísticas no mundo todo. Também comum é a falta de planejamento. Estes fatores influenciam diretamente a qualidade da gestão e principalmente põe em risco a busca pela sustentabilidade.

A OMT define sustentabilidade, como introdução conceitual dentro deste método. Esta definição diz que as linhas gerais e práticas de gestão apresentadas aplicam-se a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinação, inclusive ao turismo de massa e os vários nichos e segmentos turísticos. Reforça que os princípios da sustentabilidade, como já estudado, referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento turístico e que é

necessário um equilíbrio entre essas três dimensões para garantir a sustentabilidade a longo prazo (WTO, 2004).

Segundo a OMT, o turismo sustentável deve:

(1) fazer uso otimizado dos recursos ambientais que constituem um elemento chave no desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar as características naturais e a biodiversidade; (2) respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades locais, conservar a construção e manutenção das expressões culturais e valores tradicionais, e contribuir para o entendimento inter-cultural e para a tolerância; (3) operar atividades econômicas viáveis e de longo prazo, proporcionando benefícios sócio-econômicos para todos stakeholders, distribuídos de forma justa, incluindo empregos estáveis e oportunidades de renda e serviços sociais para as comunidades locais, e contribuindo para a amenização da pobreza (WTO, 2004, p.7).

Ainda dentro desta definição, a OMT afirma que “o desenvolvimento sustentável do turismo requer a participação informada de todos os *stakeholders* relevantes, assim como uma liderança política forte para proporcionar larga participação e construção consensual” (WTO, 2004, p.7). Salienta-se, ainda, que

Alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitoramento constante de impactos, introduzindo medidas preventivas e/ou corretivas necessárias sempre que necessário. O turismo sustentável também deveria manter um alto nível de satisfação do turista e proporcionar uma experiência significativa a estes turistas, ampliando seus cuidados com as questões de sustentabilidade e promovendo práticas sustentáveis entre eles (OMT, 2004, p.7).

A partir do conceito estudado de sustentabilidade e turismo, é possível afirmar que são bases de gestão sustentável o planejamento e o uso de informações. A identificação e estudo de impactos turísticos é um dos principais elementos para o constructo de informação que servirá de base para o planejamento e gestão do turismo responsável. O método recomendado pela OMT se insere neste contexto à medida que conduz a construção de indicadores para gestão, ou seja, organiza a forma mais adequada, através de uma metodologia, de mensurar impactos e gerar indicadores para o planejamento e gestão sustentável do turismo.

Segundo a OMT, os indicadores ajudam a deixar objetivos mais claros (ex. não definem apenas “melhor suprimento de água” para determinada destinação turística, mas “provisão de água potável para 90% dos hotéis e residentes dentro do município em 2010”) e seu uso pode conduzir ações para antecipar e prevenir situações indesejáveis (ou insustentáveis) nas destinações turísticas. “Os

indicadores são medidas da existência ou severidade de questões correntes, sinais de situações vindouras ou problemas, medidas de risco e necessidades potenciais para ação, e meios de identificar e medir resultados das nossas ações” (WTO, 2004, p.8).

Desta forma, configura-se uma ferramenta capaz de medir os impactos causados pelo turismo e fornecer um referencial para controle, ou seja, buscar a maximização dos benefícios e a minimização dos prejuízos, ou ainda, uma gestão voltada a antecipar possíveis impactos negativos a fim de minimizá-los a tempo. Segundo a OMT (WTO, 2004, p.9), os benefícios do uso de indicadores podem ser entendidos como: (1) melhoria na tomada de decisão – reduzindo riscos ou custos; (2) identificação de questões emergenciais – possibilitando a prevenção; (3) identificação de impactos – possibilitando ações corretivas quando necessário; (4) mensuração de performance de planos e ações de gestão implementados – identificando progressos no desenvolvimento sustentável do turismo; (5) redução de riscos de erros de planejamento – identificando limites e oportunidades; (6) melhor *accountability* – gerando informações com credibilidade para o público e outros *stakeholders* do turismo, além de permitir uma ação mais sábia na tomada de decisão; (7) monitoramento constante, que pode levar ao melhoramento contínuo – construindo soluções para gestão.

Por estas razões, escolheu-se o método de indicadores de desenvolvimento recomendado pela OMT em detrimento dos demais métodos de mensuração de impacto e sustentabilidade disponíveis na literatura de turismo.

Após justificar a escolha do método face aos inúmeros outros métodos de mensuração de impactos turísticos relatados pela ciência e pelo estudo do turismo, os quais foram sintetizados na revisão teórica, será apresentado o método completo, sendo utilizado como referencial único para esta descrição o livro guia da OMT (WTO, 2004). Após a apresentação do método será relatada sua aplicação à realidade de Florianópolis, o que constitui a parte prática da pesquisa a partir do levantamento de dados e do preenchimento da tabela base de indicadores. A aplicação da metodologia fornece as bases para a análise de aplicabilidade, que é objetivo deste trabalho.

A metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendada pela OMT é resultado da compilação de estudos de mais de 60 autores com especialidades na área de turismo provenientes

de mais de 20 países do mundo. O principal autor do método é o Dr. Edward W. (Ted) Manning, que trabalha com a OMT na área de indicadores de turismo sustentável desde 1992 (WTO, 2004; CUNHA, S.; CUNHA, J., 2005; SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007).

O conteúdo foi organizado a partir da reunião destes estudiosos, realização de workshops, fóruns e pesquisas no mundo todo, além da compilação dos estudos, pesquisas e teorias de cada um. Foi possível criar um método único, abrangente e prático. O livro de 500 páginas que abriga este método oficial ainda não foi publicado no Brasil, sendo 2004 seu ano de publicação em Madri, na Espanha.

3.2 DESCRIÇÃO DO MÉTODO

Este item do trabalho pretende descrever a metodologia recomendada pela OMT. Para isso será utilizado como referencial o livro *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook*, publicado pela OMT (WTO, 2004). Todas as informações a seguir foram extraídas deste livro guia e foram redigidas com caráter descritivo, com o objetivo de reportar o conteúdo e a estrutura do método escolhido para esta pesquisa.

A metodologia foi criada para atender às necessidades dos gestores de turismo em relação ao desafio de maximizar benefícios e minimizar prejuízos causados pelo turismo nas destinações turísticas. O método deve ser entendido como uma ferramenta para a busca da gestão sustentável, e não como a fórmula para a sustentabilidade de uma determinada localidade turística. A ferramenta consiste no uso de uma tabela de indicadores de sustentabilidade construída com base nas características específicas de cada destinação turística e na medição dos impactos econômicos, sociais e culturais causados pelo turismo. A tabela de indicadores é elaborada em conjunto, a partir do envolvimento de atores direta ou indiretamente ligados a atividade turística, chamados de *stakeholders*, dentro de um processo participativo.

A tabela de indicadores da destinação turística é utilizada para o monitoramento da atividade turística sustentável desejada e para a tomada de decisões. “Os indicadores são propostos como blocos de construção para o turismo

sustentável e como ferramentas que respondem às questões mais importantes para os gestores de destinações turísticas” (WTO, 2004, p.7). Identificar, analisar, selecionar melhores indicadores e construir uma tabela base é o desafio proposto pelo método. Com a finalidade de auxiliar neste processo, a OMT formatou a presente metodologia e a organizou em um livro guia.

O livro guia está estruturado de forma a facilitar e orientar os gestores do turismo na busca desta construção da tabela de indicadores para qualquer destinação turística. Para isso, foi organizado em 7 seções, que podem ser consultadas pelos gestores de acordo com suas necessidades específicas. Torna-se importante conhecer a estrutura do livro guia para entender esta pesquisa.

O livro guia apresenta na primeira seção (Parte 1) uma introdução ao uso de indicadores, que explica aos gestores a importância dos indicadores e como eles podem ser utilizados. Esta seção é importante para o entendimento do método como ferramenta em busca da gestão sustentável das destinações turísticas.

A segunda seção do livro (Parte 2) descreve a metodologia completa recomendada pela OMT para uma destinação turística – um processo de planejamento participativo a ser realizado em 12 passos definidos para o desenvolvimento e construção da tabela de indicadores. O processo contém uma seqüência prática de passos para a identificação de indicadores que possam responder às necessidades e características de determinada destinação turística, que possam ser fáceis de medir e serem usados pelos tomadores de decisão. O processo de planejamento tem caráter participativo e envolve um grande grupo de *stakeholders*. A partir de um universo de indicadores possíveis, os *stakeholders* devem identificar aqueles que mais se adequam à realidade de sua destinação turística e que melhor respondem às suas necessidades de controle em busca do desenvolvimento sustentável da atividade turística. A metodologia completa, conteúdo desta seção do livro, será descrita neste trabalho.

Na terceira seção do livro guia (Parte 3), a OMT apresenta uma lista das questões mais comuns de sustentabilidade às destinações turísticas com sugestões de indicadores para elas. Uma compilação de características econômicas, ambientais, sociais e culturais relacionadas a impactos causados pelo turismo nas localidades turísticas, organizadas em tabelas, cada qual com sugestões de indicadores para mensuração dos impactos e indicações de fontes de busca de dados. Uma lista longa, a ser utilizada como referencial pelos gestores, para que

possam pesquisar nesta seção as questões inerentes aos impactos turísticos e aquelas que mais se identificam com suas destinações. O conteúdo é enriquecido com exemplos e simulações de indicadores para cada impacto, o que torna ainda mais didático o método e o livro guia.

Dentro da terceira seção ainda a OMT traz uma **TABELA BASE DE INDICADORES** (WTO, 2004, p.244), que contém uma seleção de questões de sustentabilidade elencadas pela própria OMT, comuns à maioria das destinações turísticas. Esta tabela foi organizada com as questões de sustentabilidade classificadas como “essenciais” pela OMT, com indicadores simples e de fácil compreensão para cada questão elencada. A OMT considera que o uso dessa tabela é um “bom ponto de partida para a escolha de indicadores e também pode ser utilizada para fazer comparações com outras destinações a partir dos mesmos indicadores utilizados” (WTO, 2004, p.5). Para as destinações que não se torna viável a realização da metodologia completa, com o uso de processos de planejamento participativo, a OMT recomenda o uso desta tabela base, que será a tabela utilizada dentro desta pesquisa.

A quarta seção do livro (Parte 4) guia traz uma lista de aplicações de indicadores específica para certos tipos de destinações turísticas, como por exemplo: pequenas ilhas, sítios históricos, locais culturais, áreas naturais, entre outros. Desta forma, os gestores podem utilizar como referencial para a construção de suas tabelas de indicadores as tabelas elaboradas pela OMT a partir das características específicas de alguns tipos de destinação turística.

Já na quinta seção do livro guia (Parte 5) a OMT traz um conteúdo sobre a aplicação de indicadores no planejamento turístico e na elaboração de políticas públicas para o turismo. Além do uso da tabela de indicadores como ferramenta para gestão, os indicadores podem servir como base de informação para o planejamento e desenvolvimento de políticas. Através de exemplos e casos, a OMT relata o uso de indicadores no planejamento, gestão, certificação, *benchmarking*, relatórios e outros propósitos que agregam informação na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Estudos de caso são apresentados na sexta seção (Parte 6) e na sétima seção do livro (Parte 7) são apresentadas as conclusões e recomendações para grupos de *stakeholders* específicos, como autoridades públicas, empresas privadas,

acadêmicos e pesquisadores, organizações não-governamentais e organizações internacionais em como usar e promover o uso de indicadores.

O livro guia da OMT apresentou-se como um guia completo para a aplicação desta metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável, fornecendo conteúdo, informações, exemplos, tabelas referenciais, estudos de caso completos, direcionados a gestores de turismo. Com base no estudo específico desta metodologia, esta pesquisa buscou aplicar na prática o método recomendado para a destinação turística Florianópolis.

Será descrita a seguir a metodologia completa, conforme conteúdo da segunda seção do livro guia e a Tabela Base de Indicadores, que representa de forma resumida o conteúdo da terceira seção do livro guia e que, segundo a OMT, pode ser aplicada a qualquer destinação turística caso não seja possível a realização do processo de planejamento participativo completo.

3.3 ABORDAGEM *BOTTOM UP*

As informações descritas neste item correspondem ao conteúdo encontrado na segunda seção do livro guia da OMT e referem-se à metodologia completa, descrita em 12 passos de implementação.

Conforme já exposto, a base de sustentação da metodologia é o uso de indicadores, que são vistos como ferramentas direcionadas ao planejamento. Os indicadores podem ser qualitativos ou quantitativos e podem ser usados em locais que já possuem planejamento ou que não possuem nenhum. Nos locais sem planejamento os indicadores podem ser catalisadores de processos de gestão direcionada à sustentabilidade.

A implementação da metodologia completa para uma destinação turística implica a realização de um processo de planejamento participativo, ou abordagem *bottom-up* (VAN BELLEN, 2002; SCHIANETZ; KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007), o qual deve envolver amplamente todos os setores e segmentos da sociedade afetados direta ou indiretamente pelo turismo. Por ter esta característica, deve também envolver os órgãos públicos de gestão do turismo, sendo que este tipo de processo normalmente é coordenado por estes entes.

A metodologia pode ser aplicada em outros níveis, não necessariamente a destinação, ou seja, pode ser feita em âmbito regional, nacional, local, no âmbito de um empreendimento turístico, ou de uma área turística. Neste trabalho, será aplicado à uma destinação turística.

A metodologia recomendada pela OMT se constitui em 12 passos dentro de um processo de planejamento organizado em 3 grandes fases, conforme Quadro 13.

PESQUISA E ORGANIZAÇÃO	
PASSO 1	Definição/ delineação da destinação turística
PASSO 2	Uso de processos participativos
PASSO 3	Identificação das potencialidades e riscos do turismo
PASSO 4	Visão de longo prazo para a destinação turística
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	
PASSO 5	Seleção das questões prioritárias
PASSO 6	Identificação dos indicadores desejados
PASSO 7	Inventário de fontes de dados
PASSO 8	Procedimentos de seleção
IMPLEMENTAÇÃO	
PASSO 9	Avaliação de aplicabilidade/implementação
PASSO 10	Coleta de dados e análise
PASSO 11	Accountability, comunicação e relatórios
PASSO 12	Monitoramento e avaliação da aplicação dos indicadores

Quadro 13 – Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da OMT - Processo de Planejamento Participativo
Fonte: WTO (2004, p.21).

As fases e passos da metodologia serão descritos nos itens a seguir.

3.3.1 Pesquisa e Organização

A primeira fase do processo participativo de planejamento é a fase de “Pesquisa e Organização”, a qual envolve 4 passos que correspondem a um levantamento prévio de dados e informações sobre a destinação turística, as condições nas quais a atividade é desenvolvida, informações sobre *stakeholders*,

questões passadas e estudos prévios, identificação do status atual do turismo e da destinação turística. Esta fase envolve participação direta de todos os entes que direta ou indiretamente são afetados pelo turismo.

No primeiro passo da metodologia, chamado “definição/delineação da destinação turística” são levantadas as informações que darão base ao trabalho com indicadores, como: identificação dos visitantes, motivação das viagens, período, que tipos de experiências são procuradas por estes visitantes, tipos de empreendimentos turísticos do local, se existe algum processo de planejamento e quais os resultados, questões atuais que envolvem a atividade turística, problemas que podem afetar o futuro e a forma como o turismo é gerenciado.

O segundo passo chamado pela OMT de “uso de processos participativos” envolve a identificação, planejamento e gerenciamento de *stakeholders*. Os processos participativos são complexos, pois envolvem diferentes tipos de pessoas e interesses, além de consumir tempo e dedicação. Contudo, para a gestão sustentável do turismo, torna-se fundamental o envolvimento de *stakeholders* através deste tipo de processo. A OMT sugere que, considerando a dificuldade de envolver pessoas em processos participativos, seja feito uso da internet e de tecnologias de informação e comunicação, de modo a facilitar a participação de um maior número de *stakeholders*.

O terceiro passo é a “identificação das potencialidades e riscos do turismo”. O objetivo deste passo é ter o mais claro e inteligível possível as informações sobre as potencialidades existentes na destinação turística, e quais os elementos mais valorizados tanto pelos residentes quanto pelos atuais e potenciais turistas. É realizado um grande inventário de potencialidades turísticas atuais e futuras, e analisadas quais as potencialidades são mais críticas em relação às expectativas dos turistas e residentes. Pode-se utilizar o método SWOT (análise de oportunidades e riscos, forças e fraquezas) para a organização destas informações. Além disso, também faz parte da análise a sensibilidade destas potencialidades, no que tange sua influência na mudança de demandas da indústria do turismo e análise das mudanças que podem impactar nestas potencialidades, capazes de alterar sua atratividade para turistas ou sua utilidade para a comunidade local. Neste passo é importante o estudo da capacidade de carga.

O último passo da fase de pesquisa e organização chamado de “visão de longo prazo para a destinação turística” estimula o desenvolvimento de uma visão

compartilhada entre os *stakeholders* do turismo, direcionada à sustentabilidade e ao longo prazo. É feito um debate sobre as questões de sustentabilidade mais críticas presentes na destinação turística que irão necessitar de indicadores para seu controle e gerenciamento.

3.3.2 Indicadores de Desenvolvimento

Esta é a fase na qual se inicia o trabalho com indicadores propriamente dito. O foco é a definição dos indicadores mais importantes e relevantes para responder às questões de sustentabilidade mais críticas elencadas e relacionadas à destinação turística. Esta fase também envolve a realização de 4 passos dentro do processo de planejamento.

O quinto passo da metodologia, portanto, é chamado “seleção das questões prioritárias” e busca-se neste passo levantar as questões de sustentabilidade prioritárias envolvidas no turismo. O objetivo é obter um consenso entre os *stakeholders* acerca das questões de sustentabilidade mais importantes. Identificam-se os riscos e oportunidades relacionados ao futuro desejado pelos *stakeholders*. O resultado esperado é uma lista comum de questões chave para elencar os indicadores necessários.

O sexto passo chamado de “identificação dos indicadores desejados” é realizado logo após a construção da lista comum das questões de sustentabilidade prioritárias. É preciso gerar a lista dos indicadores relacionados com cada questão chave de sustentabilidade elencada. Estes indicadores serão úteis para o entendimento de cada questão de sustentabilidade assim como para o controle e gerenciamento de riscos e potencialidades relacionadas. A escolha dos indicadores também é realizada através de processos participativos.

No sétimo passo, ou “inventário de fontes de dados”, devem ser analisadas as fontes e tipos de dados pertinentes e necessários para atender à demanda por indicadores da lista construída, relacionados às questões chave de sustentabilidade prioritárias elencadas pelos *stakeholders*. São considerados nesta análise os dados existentes e os dados que necessitam ser coletados, assim como a o grau de dificuldade ou facilidade inerente a obtenção de cada tipo de dado demandado.

No último passo da fase de indicadores, ou oitavo passo, chamado de “procedimentos de seleção” é feita uma seleção qualitativa do trabalho desenvolvido até o momento. A atividade consiste em uma revisão inicial, realizada a partir do conhecimento dos participantes, onde a lista desejável de indicadores deve ser reduzida até uma escala capaz de ser gerenciada. O objetivo (e desafio) é responder ao máximo as questões elencadas como prioritárias com um número mínimo de indicadores. Para isso, é preciso selecionar indicadores a partir de critérios de relevância, de aplicabilidade da informação de acordo com a questão referida, credibilidade das fontes, clareza no entendimento dos usuários, comparabilidade em relação a tempo e outros locais. O número de indicadores a ser trabalhado em uma destinação não obedece a nenhuma regra específica e vai depender das características de cada local, tamanho, número e natureza das questões críticas, dos interesses dos *stakeholders* e recursos disponíveis. A OMT sugere um número de 12 a 24 indicadores como ótimos neste tipo de trabalho, respeitando as questões específicas de cada destinação turística.

3.3.3 Implementação

O objetivo desta última fase da metodologia é utilizar os indicadores selecionados na fase anterior e colocá-los em operação.

Primeiramente é preciso avaliar a viabilidade de conseguir os dados demandados por cada indicador selecionado. Esta tarefa é realizada no nono passo da metodologia, chamado de “avaliação de aplicabilidade/implementação”. Cada indicador selecionado deve ser melhor elaborado e reavaliado usando procedimentos capazes de identificá-los com maior clareza: fonte específica de dados, características específicas do dado, frequência de coleta, tempo entre obter e disponibilizar os dados, considerações sobre acesso aos dados e confidencialidade, unidades de relatórios em diferentes escalas, responsabilidade pela provisão de dados e custos e técnica requerida para coleta dos dados e análise.

Após verificar a aplicabilidade para implementação, o décimo passo é a “coleta de dados e análise”. Este passo refere-se ao levantamento de dados para

cada indicador que será utilizado. A metodologia indica que é necessário realizar esta fase com procedimentos bem organizados e documentados.

Os dados e informações geradas também irão fazer parte de uma nova fonte de informação que será de domínio público, fonte de conhecimento para os residentes, turistas e gestores locais acerca das ações que têm sido feitas para sustentar o que é mais importante para o futuro da destinação turística. O processo de relatar, comunicar e prestar contas sobre este trabalho desenvolvido consiste no décimo primeiro passo, chamado de “*accountability*, comunicação e relatórios” e é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e do local, pois as ações fomentam ainda mais o envolvimento das comunidades e estimulam parcerias, no intuito de se buscar ações que estimulem o desenvolvimento em direção a um futuro mais sustentável.

O último passo da metodologia, chamado de “monitoramento e avaliação da aplicação de indicadores” refere-se à continuidade do uso de indicadores, os quais não devem ser usados apenas uma vez como um exercício. Uma revisão regular é necessária tanto para ver quais informações estão fazendo diferença para os usuários e ajudando a resolver problemas chave como para determinar quais questões mudaram. O monitoramento e avaliação passam a ser um procedimento dentro da gestão sustentável do turismo, almejada através do uso deste método.

A metodologia completa não será utilizada nesta pesquisa de Mestrado, pois demanda um processo de planejamento de caráter participativo. Conforme recomenda a OMT, será utilizada a Tabela Base de Indicadores e este estudo tem por finalidade verificar a aplicabilidade desta metodologia.

3.4 ABORDAGEM *TOP DOWN*

Segundo a metodologia da OMT (WTO, 2004), quando não há viabilidade ou possibilidade de realização do método de avaliação de sustentabilidade através do uso de processo participativo, ou abordagem *bottom up*, é possível realizar o método através de uma abordagem *top down*, que se caracteriza pela realização de levantamentos de dados, pesquisas e análises realizadas por especialistas, sem o

envolvimento direto de outros atores (VAN BELLEN, 2002; WTO, 2004; SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007).

Para permitir a aplicação do método a partir de uma abordagem *top down*, a OMT desenvolveu uma tabela base de indicadores, que representa uma ferramenta básica aplicável a qualquer destinação turística. De forma sucinta, a aplicação da tabela base de indicadores representa a aplicação do passo 10, “coleta de dados e análise” da fase de implementação da metodologia considerando a abordagem *bottom up* (WTO, 2004).

Será apresentada neste item, portanto, a tabela base de indicadores fornecida pelo método OMT para aplicação prática dentro de uma abordagem *top down*. É preciso destacar que o propósito da metodologia de avaliação de sustentabilidade de uma destinação turística não é alterado nesta abordagem e que os resultados esperados podem ser alcançados, independente de não ser realizado o processo completo de abordagem *bottom up*.

3.4.1 Tabela Base de Indicadores

As informações descritas neste item correspondem ao conteúdo encontrado na terceira seção do livro guia da OMT e referem-se à tabela base de indicadores sugerida pela OMT para uso em qualquer destinação turística.

Para entender a origem da tabela base de indicadores, é preciso conhecer a estrutura da terceira seção do livro guia da OMT. Conforme já exposto, a terceira seção organiza e lista todos os tipos de questões chave de sustentabilidade que existem nas destinações turísticas e questões base, além de exemplificar para cada questão base desta lista os indicadores que podem ser usados e especialmente a forma de usá-los (tipo de dado a ser coletado, onde, como, exemplos).

Um exemplo de desdobramento em indicadores desta lista pode ser visualizado no Quadro 14.

QUESTÃO CHAVE	QUESTÃO BASE	INDICADORES
Captação de benefícios econômicos do turismo	Sazonalidade	-Chegada de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano)
		-% de chegadas anuais de turistas no mês de alta temporada, no trimestre de alta temporada
		-número de turistas no mês de temporada em relação a média e baixa temporada
		-taxas de ocupação em hotéis por mês
		-estatísticas dos centros de informação turística por mês

Quadro 14 – Exemplo de questão chave de sustentabilidade, questão base e indicadores sugeridos pela metodologia OMT
Fonte: WTO (2004, p.112).

Portanto, expõe-se a seguir, no Quadro 15, a forma como foram organizadas e sistematizadas todas as questões chave de sustentabilidade e suas respectivas questões base dentro da terceira sessão do livro, para o desdobramento das questões na construção de tabelas de indicadores dentro desta metodologia recomendada pela OMT:

QUESTÃO CHAVE	QUESTÕES BASE
Bem-estar das comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ satisfação local com o turismo; ✓ efeitos do turismo nas comunidades; ✓ acesso a questões-chave por residentes locais; ✓ equilíbrio entre os sexos; ✓ turismo sexual.
Sustentabilidade das características culturais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ conservação dos costumes construídos.
Participação da comunidade no turismo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ envolvimento comunitário e cuidados.
Satisfação do turista	<ul style="list-style-type: none"> ✓ sustentabilidade da satisfação do turista; ✓ acessibilidade.
Saúde e segurança	<ul style="list-style-type: none"> ✓ saúde; ✓ epidemias e transmissão internacional de doenças; ✓ segurança do turista; ✓ segurança pública local.

QUESTÃO CHAVE	QUESTÕES BASE
Captação de benefícios econômicos do turismo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ sazonalidade do turismo; ✓ balança comercial do turismo; ✓ emprego; ✓ turismo como colaborador para a conservação da natureza; ✓ benefícios econômicos da comunidade e da destinação; ✓ turismo e amenização da pobreza; ✓ competitividade nos negócios de turismo.
Proteção dos valores das características naturais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ proteção dos ecossistemas críticos; ✓ qualidade da água do mar.
Gestão de recursos naturais escassos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ gestão de energia; ✓ mudança climática e turismo; ✓ disponibilidade de água e conservação; ✓ qualidade da água potável.
Limites de impacto da atividade turística	<ul style="list-style-type: none"> ✓ tratamento de esgoto; ✓ gestão de efluentes sólidos; ✓ poluição do ar; ✓ níveis de controle sonoro; ✓ gestão de impactos visuais das facilidades e infra-estrutura do turismo.
Controle das atividades dos turistas e níveis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ controle de intensidade de uso; ✓ gestão de eventos.
Planejamento e controle da destinação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ integração do turismo no planejamento local/regional; ✓ controle do desenvolvimento; ✓ transporte relacionado ao turismo; ✓ transporte aéreo.
Desenho de produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> ✓ criação de circuitos e rotas; ✓ provisão de uma variedade de experiências; ✓ marketing para o turismo sustentável; ✓ proteção da imagem da destinação.
Sustentabilidade das operações e serviços do turismo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ sustentabilidade e políticas de gestão ambiental e práticas nos negócios turísticos.

Quadro 15 – Quadro de Questões Chave e Questões Base da Metodologia OMT
Fonte: WTO (2004), elaborado pela autora com base no índice do livro.

Ao final desta lista, a OMT organiza uma “**TABELA BASE DE INDICADORES**”, com as questões base de sustentabilidade consideradas mais comuns a todos os tipos de destinação turística. Esta tabela base é composta por 12 questões base, cada qual com seu grupo de indicadores. A Tabela Base de Indicadores é exposta no Quadro 16.

QUESTÃO BASE	INDICADORES
Satisfação local com o turismo	-Nível de satisfação local com o turismo.
Efeitos do turismo nas comunidades	- Relação entre número de turistas e número de moradores (período normal e período de alta temporada); - % dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços ou infra-estrutura; - Número e capacidade de serviços sociais disponibilizados a comunidade (% dos que são atribuíveis ao turismo).
Satisfação do turista	- Nível de satisfação dos visitantes; - Percepção de valor em relação ao dinheiro; - % de visitantes que retornam.
Sazonalidade turística	- Chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano); - Taxas de ocupação em hotéis por mês (período de alta temporada em relação à baixa temporada) e % de toda ocupação no trimestre de alta temporada ou por mês); - % de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo; - Número e % de empregos na indústria do turismo que são permanentes (comparado com empregos temporários).
Benefícios econômicos do turismo	- Número de moradores (e relação entre homens e mulheres) empregados no turismo (inclusive relação entre empregos no turismo e empregos totais); - Renda gerada pelo turismo assim como % do total da renda gerado na comunidade.
Gestão de Energia	- Consumo per capita de energia de todos os tipos (geral e pelo setor turístico – por dia e por pessoa); - % de negócios que participam de programas de conservação de energia, ou buscando políticas e técnicas de economia de energia; - % de consumo de energia proveniente de fontes renováveis (na localidade turística e nos estabelecimentos comerciais).
Disponibilidade de água e conservação	- Uso da água (total do volume consumido e litros por turista por dia); - Economia de água (% reduzido, recaptado ou reciclado).
Qualidade da água de beber	- % de estabelecimentos turísticos com água tratada segundo padrões internacionais de potabilidade; - Frequência de doenças causadas pela água (número/% de visitantes relatando doenças causadas pela água durante sua estadia).
Tratamento de esgoto (gestão de efluentes)	- % de esgoto proveniente de locais que recebem tratamento (para níveis primários, secundários e terciários); - % de estabelecimentos turísticos (ou hotéis) com sistema de tratamento.
Gestão de resíduos sólidos (lixo)	- Volume de lixo produzido pela localidade turística (toneladas) por mês; - Volume de lixo reciclado (m³)/ Total de volume de lixo (m³) (especificado pelos diferentes tipos); - Quantidade de lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras).
Controle de desenvolvimento	- Existência de processos de planejamento de uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo; - % da área sujeita a controle (densidade, design, etc.).
Controle da capacidade de carga	- Total de chegadas de turistas (média, mensal, período de alta temporada); - Número de turistas por metro quadrado no local (ex. nas praias, atrações), por quilômetro quadrado da destinação turística – número médio / média no período de alta temporada.

Quadro 16 – Tabela Base de Indicadores da OMT

Fonte: WTO (2004, p.244).

A “Tabela Base de Indicadores” foi a ferramenta utilizada dentro desta pesquisa de Mestrado. Ou seja, considerando-se a cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina ao sul do Brasil, como espaço delimitado para execução da pesquisa, o presente estudo pretende aplicar o método recomendado pela OMT, a partir do uso da “Tabela Base de Indicadores” para mensuração de impactos econômicos, sócio-culturais e ambientais do turismo na cidade e geração de indicadores direcionados a gestão turística rumo à sua sustentabilidade.

A proposta foi avaliar a aplicabilidade deste método e o resultado gerado (tabela de indicadores preenchida) poderá servir como catalisador de um processo participativo dentro do turismo em Florianópolis a partir do uso de indicadores.

Considerando o uso da “Tabela Base de Indicadores” recomendada pela OMT, a aplicação da pesquisa a Florianópolis envolveu primeiramente o levantamento de dados demandados pela Tabela Base e posteriormente foi feita a análise da aplicabilidade do método de acordo com os resultados levantados.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os métodos de avaliação de sustentabilidade existentes puderam ser conhecidos no capítulo anterior através do uso de estudos comparativos de Van Bellen (2002), Barddal (2008) e Schianetz, Kananagh e Lockington (2007). A partir deste capítulo será exposto o método utilizado para a realização da pesquisa e os procedimentos planejados para o alcance dos resultados e análise requerida pelo trabalho.

Este capítulo tem a intenção de deixar explícito o método utilizado e as etapas planejadas. Após a caracterização da pesquisa, apresentam-se informações sobre a cidade de Florianópolis, local onde foi aplicada a metodologia de indicadores da OMT, inserindo a pesquisa a uma realidade local. As etapas descrevem o desenho do trabalho planejado, visto que planejamento, como confirma Gil (2009), é exigido para a pesquisa assim como toda atividade racional e sistemática. Este desenho de pesquisa implica dizer que envolve os passos dados até o alcance do objetivo maior deste trabalho, que foi o de aplicar a metodologia de indicadores de sustentabilidade recomendada pela OMT à realidade de Florianópolis e realizar análise da aplicabilidade deste método.

A aplicação da metodologia da OMT será descrita no capítulo seguinte, assim como sua análise de resultados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A atividade de pesquisar está associada à necessidade de descobrir, entender, desvendar problemas reais. Todas as formas de conhecimento podem buscar a compreensão da realidade, mas a diferença entre o conhecimento científico e as demais formas, segundo afirma Dencker (1998) é a maneira que se procede a busca por estes objetivos. A investigação científica, portanto, deve obedecer a um conjunto de regras ou critérios para que o conhecimento seja considerado científico.

O turismo apresenta algumas peculiaridades em seu campo de estudo que devem ser observadas na definição do método de pesquisa. De acordo com

Dencker (1998, p.28), “o turismo não é uma ciência social entendida como corpo de doutrina metodicamente ordenado” e “constitui uma disciplina em desenvolvimento que emprega métodos e conceitos da maioria das ciências sociais já consolidadas”. Portanto, pode-se dizer que o turismo é uma atividade multidisciplinar, com conhecimentos agregados das áreas da psicologia, antropologia, sociologia, economia, administração, geografia, direito, educação, ecologia e até mesmo novas tecnologias.

Para Gil (2009), existem muitas razões que levam um pesquisador a realizar uma pesquisa. No entanto, podem-se classificar estas razões em dois grandes grupos: as pesquisas realizadas por razão de ordem intelectual e as pesquisas motivadas por razões de ordem prática. Por ordem intelectual são as pesquisas em que o pesquisador tem a intenção de desvendar a realidade pela própria satisfação em conhecer. São também chamadas de pesquisa pura (GIL, 2009). As pesquisas de razão prática pretendem realizar algo de uma forma mais eficiente, e são também chamadas de pesquisa aplicada. Contudo, isto não significa que uma pesquisa de ordem prática não terá uma investigação de ordem intelectual (GIL, 2009).

Desta forma, esta pesquisa pode ser caracterizada como uma **investigação aplicada**, já que segundo Silva e Menezes (2001 *apud* BARDDAL, 2008) engloba interesses locais e problemas específicos. Seus resultados poderão ser replicados por novos estudiosos e pesquisadores, assim como por gestores diretamente ligados à atividade turística.

Quanto à abordagem de seu problema, esta pesquisa pode ser classificada como um estudo **qualitativo**, pois não emprega instrumentos estatísticos no processo de análise do seu problema. O método qualitativo, segundo Minayo (1993) é uma forma adequada para o conhecimento da natureza de um fenômeno social. O pesquisador coleta os dados na realidade pesquisada e os analisa de forma indutiva.

Mesmo considerando que o levantamento e coleta de dados desta pesquisa são quantitativos, ao aplicar um método pré-determinado a uma determinada realidade (metodologia OMT à realidade de Florianópolis), a pesquisa não deixa de ter caráter qualitativo, pois a natureza do seu problema se enquadra neste requisito qualitativo. Analisar a aplicabilidade da metodologia de indicadores da OMT requer um tratamento qualitativo dos dados levantados, e não quantitativo, pois não fará o uso de estatística no tratamento e processamento de seus dados.

Segundo Gil (1991), esta pesquisa pode ser entendida como **descritiva e avaliativa** quanto a seus objetivos, e assume características de **estudo documental** por envolver o aprofundamento teórico de um determinado método cujo conteúdo encontrava-se especificamente uma única obra (WTO, 2004). A pesquisa pode ser entendida como descritiva, pois descreve primeiramente um método que se pretende aplicar em determinada realidade e dentro da aplicação deste método o pesquisador descreve as características de determinada população e do fenômeno turístico, estabelecendo relações entre as variáveis levantadas.

O procedimento técnico utilizado é a **pesquisa bibliográfica e documental** (materiais já publicados, livros, artigos, periódicos, internet) e o levantamento, conforme já mencionado. Não serão utilizados procedimentos de pesquisa para geração de dados, como questionários aplicados a amostras de população, por exemplo, pois o objetivo da pesquisa é verificar a aplicabilidade do método, ou seja, verificar se ele pode ser aplicado considerando a realidade já imposta e não gerar dados específicos.

O levantamento de dados envolve uma população pré-determinada que nesta pesquisa caracterizam-se por órgãos de administração pública do município de Florianópolis, antes que representam as fontes de dados a serem coletados.

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A ilha de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina pode ser considerada turística por excelência. Localizada ao sul do Brasil, com área total de 451 km², oferece 100 praias e inúmeros atrativos naturais e artificiais aos 770 mil visitantes que realizam turismo em Florianópolis (dados da SANTUR referentes à alta temporada de 2008). Recentemente a cidade foi sede do Congresso Mundial do WTTC – *World and Travel Tourism Council*, um evento fechado para cerca de cem grandes empresários do segmento turístico no mundo. O evento pôs Florianópolis nos holofotes de investidores globais e os efeitos positivos (e negativos) oriundos deste “descobrimento” poderão ser conhecidos a partir de 2009, ano que será considerado marco na história da atividade turística de Santa Catarina.

A ocupação da ilha de Florianópolis, segundo relatos de Campos (2004) data de 1651, quando Francisco Dias Velho, um agricultor de Santos, aporta definitivamente na ilha com sua família, um agregado, 2 padres e 500 índios, fundando a póvoa Nossa Senhora do Desterro, que mais tarde passou a se chamar apenas Desterro, hoje Florianópolis.

A colonização da ilha foi marcada pela imigração de mais de 6.000 açorianos, fato que marca a cultura e costumes dos moradores até os dias de hoje, “evidenciados na paisagem, nas edificações, nas atividades cotidianas, na alimentação, nos traços físicos e até mesmo no comportamento do povo ilhéu” (CAMPOS, 2004, p.77).

A economia da ilha de Florianópolis concentrava-se em atividades agrícolas não representativas no período colonial do Brasil até o ano de 1845, quando o Imperador Dom Pedro II eleva Desterro à categoria de cidade. Em 1894, já na República, a cidade passou a chamar-se Florianópolis, em “homenagem” a Floriano Peixoto. As primeiras modificações no cenário urbano datam deste período, e a cidade passa a expandir-se com o florescimento comercial e marítimo.

A construção da Ponte Hercílio Luz em 1926 alterou toda a dinâmica urbana, no transporte e na comunicação com a parte continental, fomentando e agilizando o comércio local. Soma-se nesse período de crescimento a construção da BR-101 na década de 70, da BR-470 e BR-116, e a construção das novas pontes Colombo Machado Sales e Pedro Ivo Campos. Os aterros da Baía Sul e Norte também possibilitaram a expansão urbana.

Registra-se nessa época (segunda metade do século XX) a instalação de Universidades e empresas estatais, federais e estaduais, que “atraíram estudantes, professores e profissionais liberais da área pública e privada, ou mesmo aposentados, que vieram de outras cidades, estados, contribuindo significativamente para o crescimento e desenvolvimento da cidade” (CAMPOS, 2004, p.83).

A economia local concentrou-se no comércio e nos serviços públicos, sendo Florianópolis a sede administrativa do Estado. A atividade turística somente passou a constituir um dos pilares da economia da cidade nas últimas três décadas do século XX.

É importante destacar que até a década de 1970, Florianópolis situava-se isolada sob a forma de uma ilha ainda subdesenvolvida em seu aspecto urbano. A partir dos anos 1970, a cidade experimenta um crescimento urbano exponencial,

facilitado pela expansão imobiliária da época, que se estende até os dias de hoje (CAMPOS, 2004).

Com a implantação de obras de infraestrutura (instalação do aeroporto internacional Hercílio Luz, BR-101, construção das pontes), a atividade turística ganha força e consolida-se como uma das principais atividades econômicas do município, movimentando hoje cerca de US\$ 330 milhões (dados estimados pela SANTUR, 2008) e empregando 15,72% da população economicamente ativa na cidade (dados da CAGED, 2008).

Em relatos de Lago (*apud* OURIQUES, 2007), várias melhorias em Florianópolis foram decorrentes do turismo, especialmente aquelas relacionadas à infra-estrutura, melhorias na rede de abastecimento de água, esgoto, energia e outras de natureza urbanística.

Segundo Ouriques (2007, p.74), a atividade turística em Florianópolis que teve sua expansão na década de 80, foi vista como “a tábua de salvação da economia local”, através das idéias de geração de empregos e renda e promoção do desenvolvimento sustentável para uma cidade que até então tinha sua atividade econômica direcionada ao comércio e à administração pública. Contudo, este autor destaca em seus estudos uma reflexão mais apurada e cuidadosa sobre essa expansão turística, especialmente em termos de trabalho e meio ambiente. Conforme constatações de Ouriques (2007), os empregos do turismo caracterizam-se pela informalidade, baixos salários, sazonalidade e intensas horas de jornada de trabalho. A análise ambiental indica uma forte destruição das áreas naturais causada principalmente pelo *boom* imobiliário experimentado em Florianópolis justamente a partir dessa época.

É preciso contrapor as afirmações deste autor, considerando que não apenas o turismo pode ser visto como o grande vilão deste cenário, mas, sobretudo o crescimento econômico da cidade como um todo, onde também impactam indústrias como a de construção civil e a indústria de serviços. Outro fator a ser observado é a disseminação em veículos de mídia e comunicação de idéias associadas à qualidade de vida, o que motivou grande fluxo de migração para a cidade nos últimos anos.

Ouriques (2007) reconhece que “apesar de não ser o responsável histórico pelo aumento dos problemas ambientais na ilha de Santa Catarina”, é possível afirmar que a partir dos anos 80, “a expansão turística passa a ter um papel

determinante na ampliação desta ‘destruição criativa’ da paisagem natural” (OURIQUES, 2007, p.78).

Atualmente, a oferta turística de Florianópolis é diversificada e constituída por 21.226 leitos de hospedagem e cerca de 88 estabelecimentos que oferecem alimentação e entretenimento para os 770 mil turistas que visitam a ilha todos os anos (dados do PDIL – Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer – Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo, 2004).

O fluxo turístico caracteriza-se por sua sazonalidade no verão, sendo constatada uma melhor distribuição do fluxo ao longo do ano nos últimos anos, considerando a diversificação da oferta e especialmente o aumento do número de eventos na cidade.

O turismo hoje é visto como grande oportunidade pelos empresários e como grande preocupação pela comunidade, que já esboça certa rejeição à mudança do status de tranqüilidade de sua cidade, em face à expansão da atividade turística, além da rápida associação do turismo com a degradação dos espaços naturais da ilha. Esta constatação empírica é merecedora de pesquisas científicas e de opinião, considerando não haver fontes de dados que revelem a satisfação ou insatisfação da comunidade em relação ao turismo de Florianópolis.

Esta pesquisa não tem a intenção de identificar se o turismo é benéfico ou maléfico para a comunidade de Florianópolis, mas de buscar um método que possa medir os impactos causados pelo turismo e que possa oferecer uma ferramenta direcionada à gestão sustentável da atividade.

Considerando as características de Florianópolis e da atividade turística atual, resultante das transformações sociais, culturais e urbanas ocorridas nos últimos anos, esta pesquisa torna-se importante em seu caráter acadêmico, enquanto estudo e importante para a gestão do turismo, por fornecer informação e conhecimento aplicado à gestão pública.

4.3 ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa realizada foi desenhada para acontecer em cinco passos bem delineados, sendo eles: (1) revisão bibliográfica, através do levantamento de

informações teóricas acerca do tema a ser estudado; (2) escolha de um método dentre os métodos estudados para aplicação prática à realidade de Florianópolis, tendo sido escolhida a Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendada pela OMT; (3) estudo do método escolhido quanto à sua fundamentação teórica e operacional; (4) aplicação prática, envolvendo a coleta de dados de Florianópolis e o preenchimento da tabela base de indicadores recomendada pela OMT e, por último (5) a análise de resultados, que consistiu em analisar a aplicabilidade do método escolhido, e não exatamente a sustentabilidade de Florianópolis.

As etapas da pesquisa serão detalhadas a seguir.

4.3.1 Revisão bibliográfica

O procedimento de revisão bibliográfica deu início a este trabalho, considerando ser fundamental buscar bases teóricas na literatura para a sustentação das análises que esta pesquisa objetivou realizar.

Buscou-se em dados secundários informações e conhecimento teórico dentro da temática da sustentabilidade e desenvolvimento, contextualizando o tema para a área do turismo. Conforme embasamento teórico, a atividade turística pode ser vista como uma atividade multissetorial em sua dimensão econômica e multidimensional em seus aspectos, compartilhando desta forma o dilema complexo da sustentabilidade e desenvolvimento.

Como forma de se buscar a sustentabilidade turística, o estudo pontuou a importância da gestão, do planejamento e de políticas públicas, sendo o estudo de impactos turísticos necessário para melhor se compreender a performance do turismo no âmbito das destinações turísticas.

Após conhecer os impactos e suas implicações, tanto das dimensões econômica, sociocultural e ambiental, tornou-se evidente questionar “como mensurar esses impactos” de forma a gerar ferramentas úteis para a gestão e para a tomada de decisão? Este questionamento trouxe uma nova etapa dentro do levantamento bibliográfico que foi o conhecimento de alguns métodos de avaliação de sustentabilidade, utilizados de forma geral ou específica para o turismo, em um nível

de aprofundamento capaz de suscitar a escolha de um método específico para aplicação no turismo e em especial no âmbito das destinações turísticas.

Ao invés de aprofundar o estudo dos métodos isoladamente, decidiu-se estudar os métodos de avaliação de sustentabilidade a partir de estudos comparativos anteriores, capazes de subsidiar tal decisão.

4.3.2 Escolha do método para aplicação prática

A metodologia de avaliação de sustentabilidade escolhida para aplicação prática em Florianópolis foi a **Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendado pela OMT**. Esta metodologia foi identificada dentro da classificação dos estudos comparativos de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007) na categoria de metodologias “SI”, ou “*Sustainability Indicators*” - sistemas de indicadores de sustentabilidade.

Para a escolha da metodologia a ser aplicada em Florianópolis, utilizou-se como critério a consulta de estudos científicos anteriores, de caráter comparativo. O método não foi escolhido a partir do estudo aprofundado de cada metodologia de avaliação de sustentabilidade isoladamente, mas a partir de análises comparativas já realizadas, as quais previamente realizaram este tipo de estudo. Buscou-se o aprofundamento teórico e técnico no método escolhido para aplicação prática.

Foram utilizados estudos de dois autores catarinenses, sendo eles Van Bellen (2002) e Barddal (2008) com a apresentação de métodos de avaliação de sustentabilidade de uso geral e autores australianos que desenvolveram análises comparativas de métodos de avaliação de sustentabilidade utilizados especificamente pelo turismo, sendo eles Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007).

Os estudos comparativos e seus respectivos autores podem ser visualizados nos Quadros 06 e 07 desta dissertação.

Determinaram a escolha e definição do método a ser aplicado os estudos de Schianetz, Kavanagh e Lockington (2007), que referiam-se especificamente ao turismo. Os estudos de Van Bellen (2002) e Barddal (2008) foram importantes para o entendimento teórico acerca dos métodos de avaliação de sustentabilidade

existentes, suas características, implicações e limitações, o que também influenciou na escolha do método e na análise de resultados.

Além dos métodos estudados a partir das pesquisas destes autores citados, foi feito um levantamento paralelo na literatura, conhecendo um pouco mais sobre outros métodos não abordados de maneira detalhada nestes estudos comparativos, como foi o caso do *Compass Index of Sustainability*, de Atkisson (2001) e do *Complex Analysis Systems (CASs)*, desenvolvido por Schianetz e Kavanagh (2008) considerando as características complexas e dinâmicas peculiares do turismo. Estes dois estudos, em particular, mereceriam maior aprofundamento, caso não tivesse sido escolhido como critério de escolha de metodologia para aplicação o embasamento em estudos comparativos anteriores.

O conhecimento dos métodos de avaliação de sustentabilidade em geral e dos métodos utilizados pelo turismo foi importante para contribuir com a análise de aplicabilidade do método escolhido, enriquecendo ainda mais a associação dos métodos utilizados no turismo com os métodos utilizados em outras áreas, escalas e níveis.

4.3.3 Estudo do método da OMT e descrição

Ao escolher o método para aplicação prática tornou-se necessário o aprofundamento sobre o método, o que implica dizer que dentro de uma nova abordagem bibliográfica, buscou-se o conhecimento teórico e operacional de uma metodologia em específico.

O método da OMT é descrito nesta fase de pesquisa de forma teórica e operacional, já que torna-se necessária a ilustração e o entendimento do passo a passo de aplicação do método. As informações e bases deste estudo foram extraídas da própria publicação da OMT (WTO, 2004) que é um verdadeiro livro guia para gestores do turismo para aplicação prática em destinos turísticos. Um livro enriquecido por inúmeros exemplos e casos de estudo (CUNHA, S.; CUNHA, J., 2005; SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007).

4.3.4 Aplicação do método à realidade estudada

A etapa que consiste na aplicação prática da pesquisa foi realizada na cidade de Florianópolis e como ferramenta de pesquisa foi utilizada a tabela base de indicadores de sustentabilidade para destinações turísticas recomendado pela OMT, conforme Quadro 16.

Tabela 02 – Base de Indicadores da OMT

QUESTÃO BASE	INDICADORES
Satisfação local com o turismo	-Nível de satisfação local com o turismo.
Efeitos do turismo nas comunidades	- Relação entre número de turistas e número de moradores (período normal e período de alta temporada); - % dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços ou infra-estrutura; - Número e capacidade de serviços sociais disponibilizados a comunidade (% dos que são atribuíveis ao turismo).
Satisfação do turista	- Nível de satisfação dos visitantes; - Percepção de valor em relação ao dinheiro; - % de visitantes que retornam.
Sazonalidade turística	- Chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano); - Taxas de ocupação em hotéis por mês (período de alta temporada em relação à baixa temporada) e % de toda ocupação no trimestre de alta temporada ou por mês); - % de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo; - Número e % de empregos na indústria do turismo que são permanentes (comparado com empregos temporários).
Benefícios econômicos do turismo	- Número de moradores (e relação entre homens e mulheres) empregados no turismo (inclusive relação entre empregos no turismo e empregos totais); - Renda gerada pelo turismo assim como % do total da renda gerado na comunidade.
Gestão de Energia	- Consumo per capita de energia de todos os tipos (geral e pelo setor turístico – por dia e por pessoa); - % de negócios que participam de programas de conservação de energia, ou buscando políticas e técnicas de economia de energia; - % de consumo de energia proveniente de fontes renováveis (na localidade turística e nos estabelecimentos comerciais).
Disponibilidade de água e conservação	- Uso da água (total do volume consumido e litros por turista por dia) - Economia de água (% reduzido, recaptado ou reciclado).
Qualidade da água de beber	- % de estabelecimentos turísticos com água tratada segundo padrões internacionais de potabilidade; - Frequência de doenças causadas pela água (número/% de visitantes relatando doenças causadas pela água durante sua estadia).
Tratamento de esgoto	- % de esgoto proveniente de locais que recebem tratamento (para níveis primários, secundários e terciários);

QUESTÃO BASE	INDICADORES
(gestão de efluentes)	- % de estabelecimentos turísticos (ou hotéis) com sistema de tratamento.
Gestão de resíduos sólidos (lixo)	- Volume de lixo produzido pela localidade turística (toneladas) por mês; - Volume de lixo reciclado (m ³) / Total de volume de lixo (m ³) (especificado pelos diferentes tipos); - Quantidade de lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras).
Controle de desenvolvimento	- Existência de processos de planejamento de uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo; - % da área sujeita a controle (densidade, design, etc.).
Controle da capacidade de carga	- Total de chegadas de turistas (média, mensal, período de alta temporada); - Número de turistas por metro quadrado no local (ex. nas praias, atrações), por quilômetro quadrado da destinação turística – número médio / média no período de alta temporada.

Fonte: WTO (2004, p.244).

4.3.4.1 Coleta de dados

A coleta de dados para a pesquisa consistiu no levantamento dos dados requeridos por esta tabela base, dentro das questões base de sustentabilidade definidas pela própria metodologia da OMT. Vale ressaltar que a tabela base de indicadores é recomendada pela OMT quando não existe possibilidade de realização de levantamento de dados através do uso de processos participativos, ou abordagem *bottom-up* (WTO, 2004). Desta forma, a coleta de dados caracterizou-se por um procedimento *top-down* para o preenchimento da tabela referencial de indicadores de sustentabilidade de Florianópolis.

Os dados foram coletados em sua maioria, em órgãos públicos da administração do município de Florianópolis, dentro das áreas específicas de análise, como por exemplo, secretarias de turismo, saúde, planejamento, órgãos administradores de serviços públicos, como abastecimento de água, energia elétrica, tratamento de esgoto e coleta de lixo, por exemplo. Os dados requeridos são todos de caráter público e de certa forma, devem ser disponibilizados para toda a população o acesso para análise e conhecimento destes dados. Nenhum dado coletado teve caráter restrito ou confidencial. Os órgãos e instituições pesquisadas para esta etapa de levantamento de dados seguem identificados no item a seguir.

4.3.4.2 Fontes de dados

Foram fontes de dados para o preenchimento da tabela base de indicadores da Metodologia de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinações Turísticas recomendado pela OMT os seguintes órgãos e entes:

- Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo de Santa Catarina;
- SANTUR – órgão estadual de gestão promocional do turismo, responsável pela pesquisa de demanda turística do Estado e dos municípios;
- Prefeitura de Florianópolis;
- SETUR – Secretaria Municipal de Turismo;
- Secretaria Municipal Executiva de Assuntos Parlamentares;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Urbanismo (lixo, planejamento de uso do solo);
- Vigilância Sanitária Ambiental e Epidemiológica;
- IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis;
- CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina;
- CASAN – Companhia de Água e Tratamento de Esgoto de Santa Catarina;
- COMCAP – Companhia Melhoramentos da Capital;
- JUCESC - Junta Comercial de Santa Catarina;
- ABIH SC – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- CAGED, SINE, MTUR – Ministério do Turismo, MT – Ministério do Trabalho, Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (dados sobre empregos).

4.3.4.3 Instrumentos de pesquisa

Para levantamento e coleta dos dados foi necessário estabelecer um procedimento técnico específico, até porque a abordagem *top-down* carece de

envolvimento de demais atores, que, engajados e comprometidos com o mesmo objetivo, poderiam se articular de forma diferente para o levantamento dos mesmos dados. Desta forma, tratando-se de uma pesquisa científica, de caráter acadêmico, decidiu-se instrumentalizar essa etapa da seguinte forma:

- 1º) Coleta de dados na internet** (por considerar que os dados demandados são públicos e por esta característica deveriam estar disponíveis com fácil acesso à população);
- 2º) Coleta e compilação de documentos publicados na internet** (relatórios de desempenho, estatísticas, dados isolados ou já tratados pelos órgãos e instituições em questão). A compilação dos documentos foi necessária considerando que a forma de apresentação dos dados e documentos não é linear ou padronizada e varia de acordo com cada fonte pesquisada;
- 3º) Contato via telefone** com os departamentos de planejamento, estatística ou comunicação de cada órgão e instituição para levantamentos de dados não disponibilizados na internet, através de questionário semi-estruturado;
- 4º) Encaminhamento de ofícios** aos órgãos e instituições para formalizar a requisição de dados e solicitar resposta aos dados demandados em cada ente (modelo dos ofícios encaminhados no apêndice deste trabalho);
- 5º) Realização de visita** aos órgãos e instituições caso os dados não pudessem ser obtidos via telefone, internet ou e-mail - não foi necessário este procedimento, já que os dados foram obtidos integralmente através dos instrumentos de coleta identificados acima.

Muitos dados não foram coletados nesta pesquisa devido a limitações inerentes a este tipo de procedimento, que serão destacadas nos itens a seguir desta metodologia.

4.3.5 Avaliação da aplicabilidade do método

A avaliação do método de mensuração de sustentabilidade escolhido para aplicação prática nesta pesquisa é o objetivo que se buscou alcançar. Desta forma, seguem abaixo descritos os critérios utilizados para a análise dos resultados, assim como as limitações de pesquisa encontradas nesta etapa.

4.3.5.1 Critérios para análise

Os critérios para análise da aplicabilidade do método escolhido seguiram orientações encontradas nos estudos de Van Bellen (2002), as mesmas que ele utilizou para sua pesquisa comparativa, sendo eles:

- a) Verificação das **dimensões** contempladas pela ferramenta (quais as dimensões contempladas pelo método e de que forma foram contempladas);
- b) Delimitar o **campo de aplicação** da ferramenta (onde ela pode e deve ser aplicada, em que níveis, se global, regional, local, organizacional, etc.);
- c) **Dados** que a ferramenta utiliza (tipos de dados, se quantitativos e/ou qualitativos e como são tratados na avaliação);
- d) Forma da intensidade da **participação** de diferentes atores sociais na elaboração do sistema;
- e) Características, **interfaces** (relacionadas ao grau de complexidade, transparência, estrutura de apresentação dos indicadores, potencial pedagógico ou em termos de educação ambiental).

Com a avaliação a partir destes critérios, torna-se possível adicionar à tabela comparativa de Van Bellen (2002) mais um método aplicado a destinações turísticas, de modo que esta nova tabela também poderia contribuir para novos estudos de avaliação de sustentabilidade para a área do turismo e para destinações turísticas em específico.

A metodologia será analisada também segundo critérios metodológicos, na obtenção dos dados (confiabilidade, disponibilidade, existência dos dados, formas de apresentação, etc.) pois esta foi uma das principais limitações encontradas na pesquisa.

Não foram utilizados critérios de Barddal (2008) para avaliação do método escolhido, pois o objetivo da pesquisa deste autor direcionou-se à esfera organizacional, não sendo aplicada às destinações turísticas, na esfera local, objeto desta análise.

4.3.6 Limitações da pesquisa

Conforme explicitado anteriormente, a maior limitação encontrada na realização desta pesquisa foi relacionada com os procedimentos metodológicos na obtenção dos dados. Inerente a este tipo de trabalho, o desenvolvimento de indicadores implica o enfrentamento destas limitações, pois conforme explica Atkisson (2001) os dados dificilmente estarão disponíveis nos formatos e quantidades demandadas. Muitos dados podem não existir, ou podem apresentar medidas diferentes, o que dificulta os processos. Contudo, segundo afirma Cunha e Cunha (2005), estas dificuldades são importantes para estimular processos de aprendizagem e para indicar novos caminhos na evolução dos trabalhos, já que indicadores inexistentes, por exemplo, podem possibilitar abertura para novas pesquisas, projetos e levantamento de informações qualitativas para a gestão e o processo de tomada de decisão.

Sendo assim, em termos metodológicos, foram limitações desta pesquisa:

- A existência de dados demandados para construção dos indicadores, especialmente na área específica do turismo (o órgão de gestão oficial do turismo em Santa Catarina não possui dados de fluxo turístico para épocas fora da alta temporada);
- A não linearidade dos dados acessados (desmembramento em índices mensais, por exemplo);

- Sistemas de informações públicas desconectados em termos de tecnologia ou sem foco operacional (a Prefeitura do município poderia dispor de um sistema de informações estatísticas integrado com seus principais órgãos e secretarias, de forma a disponibilizar dados e informações do município de forma organizada e clara);
- A disponibilização de dados brutos, sem tratamento estatístico ou específico (por exemplo, número de postos de trabalho por gênero, ou quantidade de estabelecimentos turísticos que abrem apenas no período de alta temporada);
- Limitações de recursos humanos, financeiros e de tempo para o tratamento de dados brutos dentro dos próprios órgãos e instituições pesquisadas;
- Dificuldade para comparabilidade dos dados ou agregação, já que os dados se apresentaram de formas variadas em diferentes unidades de medida (dificuldade em calcular o consumo de água per capita e por turistas em épocas de baixa e alta temporada, por exemplo).

Apesar destas limitações é preciso dizer que não houve comprometimento dos resultados, mesmo quando não foi possível a geração de indicadores, pois a avaliação da aplicabilidade do método suscitava também chegar nestas conclusões para então propor formas de melhoramentos.

É preciso destacar que a administração pública de Florianópolis possui uma boa estrutura de dados e informações sobre a cidade, mesmo não sendo eles alocados a um sistema de informações único e integrado. Além disso, os servidores públicos mostraram-se sempre prestativos e ágeis na disponibilização das informações não encontradas na internet, o que surpreendeu esta pesquisadora, já que em seu projeto de pesquisa inicial havia identificado este ponto como uma possível limitação de pesquisa.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS DA PESQUISA

O capítulo de análise de resultados da pesquisa inicia-se com a descrição do processo de desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade, a partir da metodologia da OMT, ou seja, a descrição do passo a passo do constructo da tabela de indicadores de sustentabilidade para Florianópolis. Será relatada a coleta de dados, que teve como finalidade o preenchimento da tabela fornecida pelo método da OMT. Decidiu-se desmembrar a tabela por assuntos chave, e apresentar os resultados obtidos por assunto, com comentários e observações que sustentam a análise dos resultados da pesquisa.

Após a demonstração do processo de desenvolvimento dos indicadores de sustentabilidade para Florianópolis, é apresentada a tabela base da OMT preenchida para esta destinação turística, com os indicadores finais. O resultado final - a tabela base da OMT preenchida para Florianópolis será analisado de acordo com critérios pré-estabelecidos na metodologia da pesquisa. Destaca-se, ao final, uma análise conceitual, complementar aos estudos anteriores de Van Bellen (2002), que visa contribuir com o estudo do turismo e da sustentabilidade, e em especial, à busca da sustentabilidade pelas destinações turísticas.

5.1 APLICAÇÃO DA TABELA BASE DA OMT

A partir da Tabela Base de Indicadores recomendada pela OMT foi realizada a pesquisa aplicada à cidade de Florianópolis, tendo sido necessário levantar os seguintes dados e informações para o turismo de Florianópolis:

- Existência de pesquisa com dado sobre o nível de satisfação local com o turismo;
- Fluxo de turistas durante o ano;
- Número de habitantes;
- Satisfação dos visitantes;
- Taxas de ocupação mensais (alta e baixa temporada) e trimestrais;

- Percentual de negócios abertos durante o ano todo;
- Empregos no turismo (temporários x permanentes);
- Residentes empregados no turismo (homem e mulher), total de empregos na cidade;
- Receita do turismo, percentual para a comunidade;
- Consumo de energia per capita (geral, do turismo, por dia, por pessoa);
- Programas de economia de energia;
- Percentual de consumo de energias renováveis;
- Uso da água (volume consumido, litros por turista por dia);
- Economia da água (percentual reduzido, recaptado ou reciclado);
- Percentual de empreendimentos com água tratada para beber;
- Número de doenças causadas pela água de beber (relatado por turistas);
- Percentual de esgoto e tratamento;
- Percentual de empreendimentos com sistema de tratamento de esgoto;
- Volume de lixo produzido pelo destino, toneladas/mês;
- Volume de lixo reciclado;
- Lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras);
- Planejamento de uso do solo ou desenvolvimento, incluindo turismo;
- Percentual de área a ser controlada;
- Número de turistas por m², média, por períodos.

Apresenta-se a seguir o processo de levantamento de dados brutos para a construção dos indicadores da Tabela Base de Indicadores recomendada pela OMT (foram considerados dados do ano de 2008 em Florianópolis).

5.1.1 Satisfação local com o turismo

A primeira questão base da tabela base de indicadores da OMT é a satisfação local com o turismo, sendo apresentados no Quadro 17 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADOR	FONTE
Satisfação local com o turismo	Nível de satisfação local com o turismo	SANTUR SETUR

Quadro 17 – Construção dos indicadores de satisfação com o turismo para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “nível de satisfação local com o turismo”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** Não existem pesquisas com a comunidade de Florianópolis que possam medir o nível de satisfação com o turismo.

5.1.2 Efeito do turismo nas comunidades

A segunda questão base da tabela de indicadores da OMT são os efeitos do turismo nas comunidades, apresentados no Quadro 18 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Efeitos do turismo nas comunidades	- Relação entre número de turistas e número de moradores (período normal e período de alta temporada)	SANTUR (Pesquisa de demanda 2008) IBGE (Estimativa de População 2007)
	- % dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços ou infraestrutura	SANTUR SETUR
	- Número e capacidade de serviços sociais disponibilizados a comunidade (% dos que são atribuíveis ao turismo)	Secretaria Municipal Executiva para Assuntos Parlamentares

Quadro 18 – Construção dos indicadores de efeitos do turismo nas comunidades para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “relação entre número de turistas e número de moradores (período normal e período de alta temporada)”:

- **DADO LEVANTADO:** Número de moradores: 396.723; Número de turistas na alta temporada: 776.374; Número de turistas na baixa temporada: 288.867 (fevereiro 2008) e 339.933 (março 2008); não há dados de movimento de turistas em baixa temporada para os outros meses do ano.
- **INDICADOR:** Alta Temporada: 1,96; Baixa Temporada: 0,86
- **OBSERVAÇÃO:** A pesquisa de demanda turística da SANTUR foi realizada somente nos períodos de alta temporada turística até o ano de 2007, abrangendo os meses de dezembro e janeiro. A partir de 2007, houve uma mudança na metodologia e a SANTUR começou a trabalhar com dados de fluxo turístico em baixa temporada, utilizando métodos de projeção sobre taxas de ocupação hoteleira ao longo do ano. Contudo, os dados gerados a partir desta mudança de metodologia referem-se apenas aos meses de fevereiro e março de 2008, não tendo sido executadas as pesquisas para os outros meses até a data atual. Portanto, pode-se afirmar que não existem dados de fluxo turístico em Florianópolis para meses de baixa temporada turística. A SETUR não realiza este tipo de pesquisa. Sua participação acontece dentro da pesquisa da SANTUR.

É análise da construção do indicador “% dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços ou infra-estrutura”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** Não existem pesquisas com a comunidade de Florianópolis que possam medir esta questão.

É análise da construção do indicador “número e capacidade de serviços sociais disponibilizados a comunidade % dos que são atribuíveis ao turismo”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** A estrutura administrativa do município de Florianópolis possui secretarias municipais para cada tipo de serviço social ofertado à população. O dado geral não existe nas estruturas de comunicação,

planejamento ou informação da Prefeitura de Florianópolis, sendo necessário consultar cada secretaria municipal em específico para obtenção do dado de capacidade de atendimento de cada serviço público da cidade. Para organizar esta coleta de dados, solicitou-se de modo oficial à Secretaria Municipal Executiva para Assuntos Parlamentares a geração deste dado. Contudo, nem mesmo essa secretaria especial conseguiu reunir todos os dados. Após levantar o dado de capacidade de atendimento dos serviços, teria que ser gerado o percentual desta capacidade atribuída ao turismo. Este último indicador poderia não ser gerado caso as secretarias municipais não tivessem esse dado em específico (aumento da capacidade de atendimento para períodos de alta temporada, por exemplo ou disponibilização de serviços adicionais em épocas de alta temporada turística).

5.1.3 Satisfação do turista

A terceira questão base da tabela de indicadores da OMT é a satisfação do turista, apresentados no Quadro 19 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Satisfação do turista	- Nível de satisfação dos visitantes	SANTUR SETUR
	- Percepção de valor em relação ao dinheiro	SANTUR SETUR
	- % de visitantes que retornam	SANTUR SETUR

Quadro 19 – Construção dos indicadores de satisfação do turista para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “nível de satisfação dos visitantes”, “percepção de valor em relação ao dinheiro” e “% de visitantes que retornam”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador

- **OBSERVAÇÃO:** Não existem pesquisas com os turistas que visitam Florianópolis que possam medir seu nível de satisfação. A SANTUR, contudo, nos primeiros anos de sua pesquisa de demanda, levantava o dado sobre a intenção dos turistas em retornarem. Atualmente esta questão não existe mais no formulário da pesquisa. Ainda assim, não seria o dado demandado pela tabela, que pede o percentual de turistas que retornam, e não o percentual de intenção em retornar.

5.1.4 Sazonalidade turística

A quarta questão base da tabela de indicadores da OMT é a sazonalidade turística, apresentados no Quadro 20 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Sazonalidade turística	- Chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano)	SANTUR
	- Taxas de ocupação em hotéis por mês (período de alta temporada em relação à baixa temporada) e % de toda ocupação no trimestre de alta temporada ou por mês)	ABIH SC (taxas de ocupação 2008)
	- % de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo	JUCESC
	- Número e % de empregos na indústria do turismo que são permanentes (comparado com empregos temporários)	CAGED 2008 (dados provenientes de contratação formal)

Quadro 20 – Construção dos indicadores de sazonalidade turística para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano)”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** Não há dados de chegada de turistas por mês em Florianópolis. A pesquisa de demanda da SANTUR limita-se a levantar

uma estimativa de fluxo para o período de alta temporada turística (meses de dezembro e janeiro somados).

É análise da construção do indicador “taxas de ocupação em hotéis por mês (período de alta temporada em relação à baixa temporada) e % de toda ocupação no trimestre de alta temporada ou por mês”:

- **DADO LEVANTADO:** JAN: 77,2%; FEV: 68,3%; MAR: 61,9%; ABR: 49,9%; MAI: 43,4%; JUN: 40%; JUL: 47,8%; AGO: 38,5%; SET: 46,3%; OUT: 47,3%; NOV: 54,7%; DEZ: 54,6%
- **INDICADOR:** Alta temporada (dez., jan., fev.): média de 66,7% ocupação em hotéis; Baixa temporada (mar. a nov.): média de 47,76% ocupação em hotéis
- **OBSERVAÇÃO:** A ABIH SC publica em seu *website* as taxas de ocupação mensal.

É análise da construção do indicador “% de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** O Sistema de Informações da JUCESC não consegue gerar este dado específico, ou seja, não consegue mapear a quantidade de estabelecimentos que abrem antes do período de alta temporada e fecham logo ao final do período de alta temporada, por ano, e também não consegue mapear por tipo de negócio (o que poderia ser gerado a partir do código CNAE Fiscal). O sistema pode informar o número de empresas que abrem e o número de empresas que fecham por ano, mas não consegue gerar dados por CNPJ. Uma adaptação na programação deste sistema de informações poderia gerar o dado demandado para a Tabela de Indicadores.

É análise da construção do indicador “número e % de empregos na indústria do turismo que são permanentes (comparado com empregos temporários)”:

- **DADO LEVANTADO:** 22.188 empregos em 31/12/2008 no turismo, sendo permanente: 5.215 e temporários: 16.973
- **INDICADOR:** Total de empregos no turismo: 22.188; Permanentes: 23,10%; Temporários: 76,90%
- **OBSERVAÇÃO:** Este dado não pode ser considerado como real, pois sua fonte considera apenas os empregos formais, registrados em carteira de trabalho.

5.1.5 Benefícios econômicos do turismo

A quinta questão base da tabela de indicadores da OMT são os benefícios econômicos do turismo, apresentados no Quadro 21 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Benefícios econômicos do turismo	- Número de moradores (e relação entre homens e mulheres) empregados no turismo (inclusive relação entre empregos no turismo e empregos totais)	IBGE CAGED
	- Renda gerada pelo turismo assim como % do total da renda gerado na comunidade	SANTUR

Quadro 21 – Construção dos indicadores de benefícios econômicos do turismo para tabela base de indicadores da OMT
Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “Número de moradores (e relação entre homens e mulheres) empregados no turismo (inclusive relação entre empregos no turismo e empregos totais)”:

- **DADO LEVANTADO:** Número de moradores: 396.723 sendo 139.142 homens e 150.905 mulheres; Total de empregos: 141.165; Total de empregos no turismo: 22.188; Não há dados de emprego classificados por gênero por cidade.
- **INDICADOR:** 15,72% dos empregos são na área de turismo

- **OBSERVAÇÃO:** Não foi possível gerar um indicador por gênero (homens e mulheres).

É análise da construção do indicador “renda gerada pelo turismo assim como % do total da renda gerado na comunidade”:

- **DADO LEVANTADO:** Receita estimada em 2008: US\$ 330.149.308,79;
Não há dados específicos relacionados à receita gerada na comunidade
- **INDICADOR:** Receita estimada em 2008: US\$ 330.149.308,79
- **OBSERVAÇÃO:** Não foi possível estimar o retorno desta receita da atividade turística para a comunidade.

5.1.6 Gestão de energia

A sexta questão base da tabela de indicadores da OMT é a gestão de energia, apresentados no Quadro 22 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Gestão de Energia	- Consumo per capita de energia de todos os tipos (geral e pelo setor turístico – por dia e por pessoa)	CELESC
	- % de negócios que participam de programas de conservação de energia, ou buscando políticas e técnicas de economia de energia	CELESC
	- % de consumo de energia proveniente de fontes renováveis (na localidade turística e nos estabelecimentos comerciais)	CELESC

Quadro 22 – Construção dos indicadores de gestão de energia para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “consumo per capita de energia de todos os tipos (geral e pelo setor turístico – por dia e por pessoa)”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados tratados pela CELESC

- **INDICADOR:** Variação do consumo da alta temporada em relação à baixa temporada na categoria residencial: 19,21% e na categoria comercial: 10,82%
- **OBSERVAÇÃO:** A CELESC não havia gerado os dados de 2008 até o mês de maio, quando se encerrou esta pesquisa. Utilizamos dados referenciais de variação de consumo coletados da dissertação de ANDRADE, 2004, que trabalhou com dados de Florianópolis em 2004, sendo: Variação do consumo da alta temporada em relação à baixa temporada na categoria residencial: 19,21% e na categoria comercial: 10,82%

É análise da construção do indicador “% de negócios que participam de programas de conservação de energia, ou buscando políticas e técnicas de economia de energia”:

- **DADO LEVANTADO:** Não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica tem um Programa Nacional de Eficiência Energética a ser seguido por todas as suas concessionárias. A CELESC tem dentro deste Programa o ProCeleficiência – Programa de Eficiência Energética para Santa Catarina. Por lei, a CELESC deve investir 0,5% da receita líquida em projetos de eficiência energética. Não há registros de números de estabelecimentos que participam, pois os projetos são direcionados a entidades menos favorecidas. Os relatórios deste Programa estão disponíveis no site da CELESC, onde é possível constatar a quantidade de energia economizada pelo Programa. Contudo, os relatórios não disponibilizam dados por cidade (para buscar os dados de Florianópolis), sendo possível, entretanto, gerar este dado internamente no sistema de informações da CELESC. Para Santa Catarina, por exemplo, tem-se como energia economizada 2006-2007: 14.604 MWh e redução de demanda na ponta 2006-2007: 3.494 KW. É preciso salientar que o indicador demandado é % de negócios que participam e não quantidade economizada.

É análise da construção do indicador “% de consumo de energia proveniente de fontes renováveis (na localidade turística e nos estabelecimentos comerciais)”:

- **DADO LEVANTADO:** Hidrelétrica: 87,49%; Térmica: 9,75%; Alternativa: 2,76%
- **INDICADOR:** o mesmo que o dado
- **OBSERVAÇÃO:** Existem dados de oferta de energia de fontes renováveis, pois não há como medir consumo. Ou seja, a CELESC pode informar a quantidade de energia que compra de fontes renováveis para fornecer aos clientes, mas não tem registros de consumo. Não houve também um indicador para a localidade turística e um para os estabelecimentos comerciais, pois esta categorização também não existe no sistema de informações da CELESC.

5.1.7 Disponibilidade de água e conservação

A sétima questão base da tabela de indicadores da OMT é a disponibilidade de água e conservação, apresentados no Quadro 23 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Disponibilidade de água e conservação	- Uso da água (total do volume consumido e litros por turista por dia)	CASAN (Sistema Florianópolis, Sistema Costa Leste Sul e Sistema Costa Norte)
	- Economia de água (% reduzido, recaptado ou reciclado)	CASAN (Sistema Florianópolis, Sistema Costa Leste Sul e Sistema Costa Norte)

Quadro 23 – Construção dos indicadores de disponibilidade de água e conservação para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “uso da água (total do volume consumido e litros por turista por dia”:

- **DADO LEVANTADO:** 281.840 habitantes abastecidos por água no Sistema Florianópolis; 64.782 habitantes no Sistema Costa Leste Sul e 58.564 habitantes no Sistema Costa Norte (no verão neste sistema são 158.932 habitantes); 300 litros/habitante/dia (consumo total de Florianópolis sem turistas); 332.004 m³ consumidos em dezembro de 2007 no Sistema Costa Norte, 535.088 m³ em janeiro 2008 e 537.955 m³ em fevereiro 2008; 931,32 litros/segundo – vazão
- **INDICADOR:** 300 litros / habitante / dia ao longo do ano, inclusive na alta temporada; 171,38% de aumento da população abastecida na alta temporada
- **OBSERVAÇÃO:** O abastecimento de água na cidade de Florianópolis é realizado através de três sistemas, sendo eles (1) Florianópolis, que atende o centro da cidade e a maioria dos bairros na região central e continental, (2) Sistema Costa Leste Sul, que atende as praias do leste e do sul da ilha e (3) Sistema Costa Norte, que atende às praias do norte e no verão recebe aumento de capacidade de fornecimento de água. A média de consumo de litros por dia por pessoa continua a mesma em alta e baixa temporada porque a CASAN aumenta sua capacidade de atendimento na alta temporada. O que é possível medir, portanto, não é o volume de água consumido, mas o percentual de aumento da população abastecida na alta temporada. Considerou-se este dado como o indicador a ser utilizado neste momento. A CASAN não disponibilizou dados de consumo por períodos para esta pesquisa, por indisponibilidade de atendimento do pessoal operacional.

É análise da construção do indicador “economia de água (% reduzido, recaptado ou reciclado)”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados tratados pela CASAN
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** A CASAN informou via telefone que estes dados não estão disponíveis neste formato, mas que é possível gerar. Contudo, eles não têm disponibilidade ou estrutura imediata para gerar a informação específica.

5.1.8 Qualidade da água de beber

A oitava questão base da tabela de indicadores da OMT é a qualidade da água de beber, apresentados no Quadro 24 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Qualidade da água de beber	- % de estabelecimentos turísticos com água tratada segundo padrões internacionais de potabilidade	CASAN
	- Frequência de doenças causadas pela água (número/% de visitantes relatando doenças causadas pela água durante sua estadia)	Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Secretaria Municipal de Saúde

Quadro 24 – Construção dos indicadores de qualidade da água de beber para tabela base de indicadores da OMT
Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “% de estabelecimentos turísticos com água tratada segundo padrões internacionais de potabilidade”:

- **DADO LEVANTADO:** 100%
- **INDICADOR:** 100%
- **OBSERVAÇÃO:** Segundo a CASAN, 100% dos estabelecimentos são abastecidos com água potável segundo padrões internacionais. O que não pode ser garantido pela CASAN é o armazenamento dessa água pelos estabelecimentos

É análise da construção do indicador “frequência de doenças causadas pela água (número/% de visitantes relatando doenças causadas pela água durante sua estadia)”:

- **DADO LEVANTADO:** 8 casos de hepatite A em Florianópolis, sendo 0% referente a turistas
- **INDICADOR:** 0%
- **OBSERVAÇÃO:** O controle destes dados é feito diretamente pela vigilância epidemiológica e em 2008 não houveram relatos de doenças

causadas pela água em turistas. A vigilância sanitária e a secretaria municipal de saúde acompanham esta atividade de controle e monitoramento e realizam controles biológicos e químicos sistematicamente com a água da cidade.

5.1.9 Tratamento de esgoto (gestão de efluentes)

A nona questão base da tabela de indicadores da OMT é o tratamento de esgoto (gestão de efluentes), apresentados no Quadro 25 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Tratamento de esgoto (gestão de efluentes)	- % de esgoto proveniente de locais que recebem tratamento (para níveis primários, secundários e terciários)	CASAN
	- % de estabelecimentos turísticos (ou hotéis) com sistema de tratamento	CASAN

Quadro 25 – Construção dos indicadores de tratamento de esgoto (gestão de efluentes) para tabela base de indicadores da OMT
Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “% de esgoto proveniente de locais que recebem tratamento (para níveis primários, secundários e terciários)”:

- **DADO LEVANTADO:** 25.471 ligações de esgoto; 206.685 é a população atendida pela CASAN; 5.000 por outros sistemas coletivos; 52% da população é atendida
- **INDICADOR:** 52%
- **OBSERVAÇÃO:** Não houve categorização dos dados em relação ao nível de tratamento conforme demanda o indicador. Utilizou-se percentual da população atendida.

É análise da construção do indicador “% de estabelecimentos turísticos (ou hotéis) com sistema de tratamento”:

- **DADO LEVANTADO:** não há dados específicos
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** A CASAN não possui esta informação específica, não havendo dados sobre estações compactas, sistemas de fossas/sumidouros, lançamentos diretos no ambiente. É preciso um trabalho de geração desta informação a partir dos dados do sistema da CASAN.

5.1.10 Gestão de resíduos sólidos (lixo)

A décima questão base da tabela de indicadores da OMT é a gestão de resíduos sólidos (lixo), apresentados no Quadro 26 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Gestão de resíduos sólidos (lixo)	- Volume de lixo produzido pela localidade turística (toneladas) por mês	COMCAP
	- Volume de lixo reciclado (m ³) / Total de volume de lixo (m ³) (especificado pelos diferentes tipos)	COMCAP
	- Quantidade de lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras)	COMCAP

Quadro 26 – Construção dos indicadores de gestão de resíduos sólidos para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “volume de lixo produzido pela localidade turística (toneladas) por mês”:

- **DADO LEVANTADO:** JAN: 14.913; FEV: 13.045; MAR: 12.298; ABR: 11.086; MAI: 10.878; JUN: 10.271; JUL: 10.873; AGO: 10.340; SET: 10.509; OUT: 11.325; NOV: 11.329; DEZ: 14.079
- **INDICADOR:** os mesmos do dado levantado
- **OBSERVAÇÃO:** Os dados foram prontamente fornecidos via e-mail pelos funcionários da COMCAP.

É análise da construção do indicador “volume de lixo reciclado (m³)/ Total de volume de lixo (m³) (especificado pelos diferentes tipos)”:

- **DADO LEVANTADO:** Coleta Seletiva: 2.000,59 toneladas ano; Total volume de lixo: 140.951 toneladas ano
- **INDICADOR:** 0,01419 (lixo reciclado/lixo total)
- **OBSERVAÇÃO:** Os dados foram obtidos com agilidade.

É análise da construção do indicador “quantidade de lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras)”:

- **DADO LEVANTADO:** Lixeiras comunitárias: 310; Papeleiras: 3.100; Sacos lixo 100l: 35.260 sacos/mês; Sacos lixo 75l: 5.207 sacos/mês
- **INDICADOR:** o mesmo do dado levantado
- **OBSERVAÇÃO:** A COMCAP não consegue medir a quantidade de lixo em áreas públicas especificamente, e não possui contagem do número de lixeiras. Contudo, prontamente foram informados dados que podem ser utilizados como indicadores dentro do perfil demandado pela tabela.

5.1.11 Controle de desenvolvimento

A décima primeira questão base da tabela de indicadores da OMT é o controle de desenvolvimento, apresentados no Quadro 27 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Controle de desenvolvimento	- Existência de processos de planejamento de uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo	IPUF
	- % da área sujeita a controle (densidade, design, etc)	IPUF

Quadro 27 – Construção dos indicadores de controle de desenvolvimento para tabela base de indicadores da OMT

Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “existência de processos de planejamento de uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo”:

- **DADO LEVANTADO:** Sim, existe Plano Diretor para o município e este inclui ações e determinações para a área do turismo
- **INDICADOR:** sim
- **OBSERVAÇÃO:** O Plano Diretor do Município de Florianópolis está disponível para consulta pública na sede do IPUF.

É análise da construção do indicador “% da área sujeita a controle (densidade, design, etc.)”:

- **DADO LEVANTADO:** 45,69% APP; 12,68% APL; 8,20% AE Rural; 33,43% A Urbanizável
- **INDICADOR:** o mesmo do dado levantado
- **OBSERVAÇÃO:** Estas definições acima identificadas foram extraídas do Plano Diretor do Município de Florianópolis.

5.1.12 Controle de capacidade de carga

A décima segunda questão base da tabela de indicadores da OMT é o controle de capacidade de carga, apresentados no Quadro 28 os indicadores demandados e a fonte de dados utilizada.

QUESTÃO BASE	INDICADORES	FONTE
Controle da capacidade de carga	- Total de chegadas de turistas (média, mensal, período de alta temporada)	SANTUR
	- Número de turistas por metro quadrado no local (ex. nas praias, atrações), por quilômetro quadrado da destinação turística – número médio / média no período de alta temporada	SANTUR IBGE

Quadro 28 – Construção dos indicadores de controle de capacidade de carga para tabela base de indicadores da OMT
Fonte: elaborado pela autora, 2009.

É análise da construção do indicador “total de chegadas de turistas (média, mensal, período de alta temporada)”:

- **DADO LEVANTADO:** Não há dados
- **INDICADOR:** não gerou indicador
- **OBSERVAÇÃO:** Conforme já constatado, a SANTUR não possui os dados de chegada mensal

É análise da construção do indicador “número de turistas por metro quadrado no local (ex. nas praias, atrações), por quilômetro quadrado da destinação turística – número médio / média no período de alta temporada”:

- **DADO LEVANTADO:** Número de turistas alta temporada: 776.374; 451 km² de área
- **INDICADOR:** 19 turistas/km²
- **OBSERVAÇÃO:** O indicador foi gerado a partir de um dado geral de número de turistas e área total. Não houve como gerar indicador específico para áreas específicas, como praia, por exemplo.

5.2 TABELA BASE DE INDICADORES PARA FLORIANÓPOLIS

O levantamento de dados desta pesquisa resultou na Tabela Base de Indicadores da OMT preenchida com indicadores em Florianópolis, para o ano referencial de 2008. É preciso considerar todas as observações feitas durante o processo de preenchimento da tabela para entender seus resultados e suas implicações. No Quadro 29 é apresentada a Tabela Base de Indicadores recomendada pela OMT preenchida com os dados de Florianópolis:

QUESTÃO BASE	INDICADORES	2008
Satisfação local com o turismo	Nível de satisfação local com o turismo.	
Efeitos do turismo nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Relação entre número de turistas e número de moradores; - % dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços; - Número e capacidade de serviços sociais para comunidade (% dos que são atribuíveis ao turismo). 	<ul style="list-style-type: none"> -Alta Temporada: 1,96 - Baixa Temporada: 0,86
Satisfação do turista	<ul style="list-style-type: none"> - Nível de satisfação dos visitantes; - Percepção de valor ao dinheiro; - % de visitantes que retornam. 	
Sazonalidade turística	<ul style="list-style-type: none"> - Chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição no ano); - Taxas de ocupação em hotéis por mês e % de toda ocupação no trimestre de alta temporada ou por mês; - % de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo; - Número e % de empregos na indústria do turismo que são permanentes (comparado com empregos temporários). 	<ul style="list-style-type: none"> -Alta temporada (dez, jan, fev): média de 66,7% -Baixa temporada (mar a nov): média de 47,76% -Total de empregos no turismo: 22.188 Permanentes: 23,10% Temporários: 76,90%
Benefícios econômicos do turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Número de moradores (e relação entre homens e mulheres) empregados no turismo; - Renda gerada pelo turismo e % da renda gerado na comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> -15,72% dos empregos são na área de turismo -Receita estimada: US\$ 330.149.308,79
Gestão de Energia	<ul style="list-style-type: none"> - Consumo per capita de energia de todos os tipos (geral e pelo setor turístico – por dia e por pessoa); - % de negócios que participam de progr de conservação de energia; - % de consumo de energia proveniente de fontes renováveis (na localidade turística e nos estabelecimentos comerciais). 	<ul style="list-style-type: none"> -Variação do consumo da alta temporada em relação à baixa temporada Categ residencial: 19,21% Categ comercial: 10,82% -Energia contratada: Hidrelétrica: 87,49% Térmica: 9,75% Alternativa: 2,76%
Disponibilidade de água e conservação	<ul style="list-style-type: none"> - Uso da água (total do volume consumido e litros por turista por dia); - Economia de água. 	<ul style="list-style-type: none"> -300 litros / habitante / dia ao longo do ano, inclusive na alta temporada -171,38% de aumento da população abastecida na alta temporada -
Qualidade da água de beber	<ul style="list-style-type: none"> - % de estab. turísticos com água tratada - padrões intern. Potabilidade; - Frequência de doenças causadas pela água (% de visitantes relatando doenças causadas pela água). 	<ul style="list-style-type: none"> -100% -8 casos de hepatite A em Florianópolis sendo 0% de turistas em 2008
Tratamento de esgoto (gestão de efluentes)	<ul style="list-style-type: none"> - % de esgoto proveniente de locais que recebem tratamento; - % de estab. turísticos (ou hotéis) com sistema de tratamento. 	52%

QUESTÃO BASE	INDICADORES	2008
Gestão de resíduos sólidos (lixo)	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de lixo produzido pela localidade turística (toneladas) por mês; - Volume de lixo reciclado (m³)/ Total de volume de lixo (m³); - Quantidade de lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras). 	-JAN: 14.913; FEV: 13.045 MAR: 12.298; ABR: 11.086 MAI: 10.878; JUN: 10.271 JUL: 10.873; AGO: 10.340 SET: 10.509; OUT: 11.325 NOV: 11.329; DEZ: 14.079 -0,01419 (lixo reciclado/lixo total) -Lixeiras comunitárias: 310 Papeleiras: 3.100 Sacos 100l/mês: 35.260 Sacos lixo 75l/mês: 5.207
Controle de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de processos de planej de uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo; - % da área sujeita a controle (densidade, design, etc.). 	- sim 45,69% APP 12,68% APL 8,20% AE Rural 33,43% A Urbanizável
Controle da capacidade de carga	<ul style="list-style-type: none"> - Total de chegadas de turistas; - Número de turistas por metro quadrado no local. 	- - 19 turistas/km2

Quadro 29 – Tabela Base de Indicadores recomendada pela OMT aplicada a Florianópolis
 Fonte: Quadro resultante da aplicação da pesquisa

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo a metodologia da OMT (WTO, 2004), esta tabela configura-se como uma ferramenta a ser utilizada pelos gestores públicos como suporte à gestão e à tomada de decisões. Ano a ano, a tabela deve ser atualizada, e os indicadores passam a funcionar como referenciais para análises ao longo do tempo. A tabela preenchida com indicadores referentes a um ano apenas (neste caso 2008) não permite dizer se a destinação turística apresenta bons ou maus índices de desenvolvimento sustentável para as questões base levantadas, até porque não é este o objetivo da ferramenta.

O preenchimento da Tabela de Indicadores representa o início de um processo sistematizado de controle de indicadores relacionados a questões ligadas à sustentabilidade da destinação turística, sendo este seu principal objetivo.

Todas as falhas observadas, assim como a ausência de dados em alguns itens são positivas neste processo inicial do trabalho com indicadores, pois elas

registram as deficiências presentes e as correções que devem ser feitas rumo a uma gestão voltada à sustentabilidade. O fato de executar este exercício de pesquisa é positivo neste sentido, pois a análise da aplicabilidade da ferramenta, além de analisar se ela é aplicável ou não a uma determinada realidade, permite analisar onde a administração pública pode melhorar seus sistemas de informação para geração de dados e informações que podem ser melhor utilizadas ao longo do tempo pelos gestores de turismo.

Conforme o método pré-estabelecido de análise, serão feitas a seguir as considerações acerca da análise de aplicabilidade da metodologia da OMT em Florianópolis.

Em primeiro lugar é preciso analisar a metodologia de indicadores de sustentabilidade recomendada pela OMT como um todo, não apenas a partir do preenchimento da Tabela Base de Indicadores. Dentre os métodos estudados, a metodologia da OMT mostrou-se como um método inovador capaz de tratar de forma integrada os impactos econômicos, sociais e culturais causados pelo turismo. Sua aplicação implica a realização de um amplo processo participativo, o qual deve envolver os entes direta e indiretamente afetados pelo turismo na construção de uma tabela de indicadores ajustada às necessidades da destinação turística. O processo de planejamento participativo mostrou-se inviável para a realização desta pesquisa, considerando ser função da gestão pública o desencadeamento e coordenação destas ações, mesmo não sendo necessariamente sua a iniciativa. A presença e coordenação do ente público neste processo confere segurança e credibilidade ao trabalho, já que a busca pelos resultados se torna interesse público, oficial.

Para o âmbito de uma pesquisa de Mestrado, o processo de planejamento participativo em nível municipal seria uma atividade de alto custo e risco, visto que o envolvimento dos *stakeholders* implicaria a criação de vínculos e compromissos deles com a atividade e os objetivos a serem alcançados. O método teria de ser aplicado dentro de uma programação de encontros e seria genuína a tabela de indicadores gerada se do processo de planejamento participassem todos os entes. Até mesmo a OMT (WTO, 2004) relata a dificuldade inerente a este tipo de envolvimento público, recomendando o uso de tecnologia da informação e comunicação para facilitar o processo participativo.

Optou-se, desta forma, a não realização da metodologia completa com o uso do processo de planejamento participativo, a fim de minimizar as limitações de pesquisa e tornar viável sua aplicação em Florianópolis com o objetivo de estudo científico. Contudo, é preciso avaliar as possibilidades de se implementar este processo no município, considerando suas características de gestão pública com envolvimento das entidades privadas.

O Governo de Santa Catarina possui experiência e vivência em processos participativos, especialmente dentro das áreas de turismo, esporte e cultura. Exemplo disso foram os trabalhos realizados pela Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo de Santa Catarina nos últimos cinco anos, dentre os quais se pode citar o PDIL – Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer, um processo de planejamento público delineador das políticas que hoje dirigem estas três áreas de turismo, esporte e cultura e que envolveu amplamente a sociedade na elaboração das diretrizes – entes envolvidos direta ou indiretamente com as atividades. Outro exemplo é a Política do Esporte Catarinense, processo público que envolveu mais de 2.000 pessoas do segmento esportivo do Estado em debates sobre necessidades e objetivos dentro desta área.

Acredita-se, com base nestes apontamentos, que a metodologia de indicadores de sustentabilidade teria seu processo de planejamento com possibilidade de ser aceito pelos *stakeholders* em Florianópolis, já habituados a este tipo de envolvimento para outros trabalhos e ações públicas de interesse. Esta pesquisa poderá contribuir como catalisadora da implantação desta metodologia, em busca de uma gestão mais sustentável para a atividade turística em Florianópolis.

Dentro do levantamento de dados realizado para a Tabela Base de Indicadores – ferramenta utilizada nesta pesquisa é possível identificar os pontos que mais merecem atenção nesta análise.

Quanto à **identificação das fontes de dados**, primeiro passo no preenchimento da tabela, não houve limitações ou restrições. Os indicadores demandados são quase todos gerados a partir de dados e informações públicas, sendo estes disponibilizados para consulta da sociedade. Foi necessário pesquisar e conhecer um pouco mais a estrutura administrativa da Prefeitura de Florianópolis a fim de delimitar as fontes dos dados que se pretendia levantar. Esta tarefa de identificação das fontes de dados deve variar de acordo com cada destinação onde está sendo desenvolvido este tipo de trabalho e deve considerar que cada estrutura

administrativa possui seu modelo próprio de gestão e seus sistemas de informação. Foi necessário identificar os setores corretos dentro de cada Secretaria Municipal para a coleta de dados e questioná-los sobre os tipos de dados e informações que estariam disponíveis em cada setor. Desta forma, foi realizado um mapeamento de fontes e partiu-se em busca dos dados.

Dentro desta busca, identificou-se a **inexistência de alguns dados demandados**, como por exemplo, dados sobre a satisfação da comunidade com o turismo, ou até mesmo os números de chegadas de turistas em épocas de baixa temporada. A inexistência de um dado não significa neste trabalho ineficiência do método, mas a constatação de que existem novos trabalhos a serem feitos dentro da administração pública do município, especialmente no que tange o uso de sistemas de informação, pesquisa e desenvolvimento. É preciso destacar que a busca da gestão sustentável é um processo de longo prazo, e que os indicadores mostram-se como blocos de construção neste processo de planejamento e gestão (WTO, 2004).

A maioria dos dados e informações estava **disponível na internet**, nos *websites* oficiais de cada ente público ou privado pesquisado. As entidades públicas que trabalham com o fornecimento de serviços públicos publicam na internet seus relatórios anuais, pois se trata de empresas de economia mista ou sociedades anônimas. Como se trata de dados e informações de caráter público, a internet mostrou-se como uma fonte acessível já na primeira abordagem do levantamento. Após ter sido feita a pesquisa de dados pela internet, iniciou-se o processo de coleta através de outros instrumentos, como os contatos via e-mail e telefone com a realização de questionários semi-estruturados, elaborados de acordo com a necessidade de informação demandada pelos indicadores da tabela. Foram coletados por telefone e e-mail apenas os dados que não estavam disponíveis na internet.

Neste momento de pesquisa, o pesquisador entra em contato com o corpo administrativo nas estruturas públicas do município, e através deste contato é possível perceber se os dados existem ou não, se estão organizados, se eles são de domínio e conhecimento de todos que ali trabalham, **se são facilmente disponibilizados** ou se são utilizados por uma minoria dentro do corpo administrativo. No caso específico desta pesquisa, a administração pública do município mostrou-se bem organizada e articulada em relação aos seus dados, prestando informações claras e ágeis via telefone ou e-mail. Encontrou-se limitação

apenas no caso específico da CASAN, que exigiu um procedimento formal e burocrático para estabelecimento de contato (entrega de ofício em mãos e agendamento de visita). Mesmo assim, os funcionários não tiveram tempo disponível para prestar informações ou gerar dados específicos demandados. A CELESC também não conseguiu fornecer dados completos para a pesquisa, pois os dados de 2008 não haviam sido compilados e tratados ainda para formatação e publicação de relatórios.

A **credibilidade dos dados** não pode ser contestada dentro desta pesquisa, pois foram utilizadas somente e exclusivamente fontes oficiais e públicas. O que pode ser contestado, contudo, é a credibilidade na geração dos dados, pois algumas pesquisas ou métodos podem não ser eficientes para a geração de informações públicas. A pesquisa da SANTUR, por exemplo, pode melhorar ainda em termos de amplitude, abrangência e tratamento estatístico.

O ponto crítico desta análise de aplicabilidade e que representa sua maior limitação é o **formato de apresentação dos dados e a adequação à necessidade de informação**. Conforme observado no preenchimento da tabela, os dados raramente se apresentaram nos formatos demandados, ou seja: índices categorizados por mês, por períodos de alta e baixa temporada, por regiões, por gênero, por tipo, modalidade, enfim, por especificidades que só podem ser geradas a partir do uso de sistemas de informação eficientes. Cada ente, cada órgão público ou privado coleta seus dados isoladamente e trata-os de acordo com a informação que precisa. Cada ente possui seu sistema de informação, seu corpo administrativo. Não há integração entre os sistemas, o que não é tão difícil de ser concebido, pois se trata, em sua maioria, de dados gerados a partir da administração pública de um mesmo município.

5.4 ANÁLISE DA METODOLOGIA SEGUNDO CRITÉRIOS DE VAN BELLEN

A seguir é feita uma análise da ferramenta de avaliação de sustentabilidade escolhida para aplicação em Florianópolis, a partir dos critérios elencados por Van Bellen (2002):

a) Verificação das **dimensões** contempladas pela ferramenta (quais as dimensões contempladas pelo método e de que forma foram contempladas).

Esta ferramenta contemplou análise nas dimensões econômica, sociocultural e ambiental, através da definição das questões base da tabela de indicadores recomendada pela OMT.

b) Delimitar o **campo de aplicação** da ferramenta (onde ela pode e deve ser aplicada, em que níveis, se global, regional, local, organizacional, etc.).

A ferramenta é aplicável com melhor eficiência no âmbito local e regional. Schianetz, Kanagah e Lockington (2007) avaliam a ferramenta com possibilidade de aplicação global. Contudo, segundo análise de aplicabilidade desta pesquisa, a ferramenta é mais adequada para níveis locais devido às limitações metodológicas encontradas no levantamento dos dados.

c) **Dados** que a ferramenta utiliza (tipos de dados, se quantitativos e/ou qualitativos e como são tratados na avaliação).

Utiliza dados quantitativos e qualitativos.

d) Forma da intensidade da **participação** de diferentes atores sociais na elaboração do sistema.

A aplicação da ferramenta é recomendada com um procedimento *bottom-up*, com alto nível de participação local. Contudo, também permite a aplicação *top-down*, que foi a opção feita nesta pesquisa.

e) Características, **interfaces** (relacionadas ao grau de complexidade, transparência, estrutura de apresentação dos indicadores, potencial pedagógico ou em termos de educação ambiental).

O grau de complexidade é baixo considerando a facilidade em se trabalhar com os dados e gerar os indicadores. O grau de complexidade pode contudo variar de acordo com o local onde a metodologia é aplicada, pois estará relacionado à forma como os dados são apresentados. A estrutura de apresentação dos indicadores é simples, no formato de uma tabela,

mas pode ser melhorado com recursos gráficos (método *Compass of Sustainability*, ou *Dashborad of Sustainability*, por exemplo) ou com variações para análise, como geração de categorias de análise com indicadores desejados, ou com cenários de risco, por exemplo. O potencial pedagógico é alto, visto que possibilita o estímulo à aprendizagem das comunidades durante o processo de construção dos indicadores. Não apresenta potencial de educação ambiental.

O Quadro 30 apresenta esta análise, portanto, conforme as estruturas de tabelas comparativas utilizadas por Van Bellen (2002):

CATEGORIA DE ANÁLISE	ECOLOGICAL FOOTPRINT	DASHBOARD OF SUSTAINABILITY	BAROMETER OF SUSTAINABILITY	METODOLOGIA OMT
1 - Escopo	Ecológico	Ecológico Social Econômico Institucional	Ecológico Social	Ecológico Social Cultural Econômico
2 - Esfera	Global Continental Nacional Regional Local Organizacional Individual	Continental Nacional Regional Local Organizacional	Global Continental Nacional Regional Local	Regional Local
3 - Dados				
Tipologia	Quantitativo	Quantitativo	Quantitativo	Quantitativo e qualitativo
Agregação	Altamente agregado	Altamente agregado	Altamente agregado	Nível mediano de agregação
4 - Participação	Abordagem <i>top-down</i>	Abordagem mista	Abordagem mista	Abordagem mista
5 - Interface				
Complexidade	Elevada	Mediana	Mediana	Baixa
Apresentação	Simple	Simple Recursos visuais	Simple Recursos Visuais	Simple Tabela Indicadores
Abertura	Reduzida	Mediana	Mediana	Mediana
Potencial Educativo	Forte impacto no público-alvo. Ênfase na dependência dos recursos naturais	Maior impacto sobre tomadores de decisão Representação visual	Maior impacto sobre tomadores de decisão Representação visual	Permite processos de aprendizagem e auxilia tomada de decisão

Quadro 30 – Tabela comparativa de Van Bellen com método OMT

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Van Bellen (2002)

Esta nova tabela comparativa não tem a intenção de complementar a tabela de Van Bellen (2002), até mesmo porque o estudo deste autor refere-se aos métodos mais lembrados por especialistas de vários países. A nova tabela tem a intenção de utilizar os parâmetros de análise de Van Bellen (2002) e gerar uma nova tabela comparativa direcionada para gestores da área de turismo, que seja capaz de visualmente informar os métodos e suas características, auxiliando os gestores na escolha de métodos de mensuração de sustentabilidade para aplicação em destinações turísticas.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar a aplicabilidade da metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendado pela OMT à realidade de Florianópolis e suas implicações na busca do turismo sustentável. Significa dizer que era preciso, através desta pesquisa, verificar se o método de mensuração de sustentabilidade escolhido seria aplicável ou não à realidade de uma destinação turística em específico, analisar seu grau de complexidade, as dificuldades e facilidades inerentes ao método, sua eficácia frente ao seu propósito de mensurar sustentabilidade e de servir como ferramenta de suporte à gestão do turismo direcionada à sustentabilidade, em especial no âmbito local, das destinações turísticas.

Para alcançar estes objetivos, tornou-se fundamental a aplicação prática do método. Não seria eficaz o estudo se tivesse se restringido apenas ao campo teórico. Mesmo que o resultado da aplicação da metodologia não tenha produzido uma tabela de indicadores completa para a destinação turística Florianópolis, a realização desta pesquisa foi suficiente para indicar os pontos fortes e fracos, as limitações, as oportunidades e riscos inerentes a este processo de avaliação de sustentabilidade em seu campo operacional.

Desta forma, a resposta para esta pesquisa é positiva, pois o estudo indicou que o método recomendado pela OMT é aplicável a uma destinação turística, ou seja, mesmo com a aplicação realizada a partir de uma abordagem *top down*, foi possível medir e avaliar a sustentabilidade de uma determinada localidade turística, validando o método como uma ferramenta apta a ser utilizada na gestão sustentável do turismo.

A sustentabilidade em si, entretanto, não é alcançada somente no campo operacional, a partir da aplicação de uma determinada ferramenta, e nem tampouco esta pesquisa representa uma fórmula pronta para este objetivo. A busca da sustentabilidade envolve proposições mais amplas, que demandam o envolvimento da sociedade como um todo, não podendo restringir-se ao campo operacional tratado nesta dissertação.

É preciso considerar, portanto, que o estudo seria mais completo caso tivesse sido possível aplicar a abordagem *bottom up*, utilizando o processo de

planejamento participativo. Esta abordagem não foi utilizada pelas limitações inerentes a sua operacionalização, que implicaria reunir diversos *stakeholders*, gerar comprometimento entre eles, e principalmente legitimar o processo envolvendo os entes públicos responsáveis pela administração do turismo local. No âmbito de uma pesquisa acadêmica, talvez não seja factível esta proposição, considerando que a iniciativa preceda do próprio pesquisador.

Contudo, esta pesquisa mostra-se útil como catalisadora de um processo legítimo de planejamento público do turismo em uma destinação turística voltado à sustentabilidade, colaborando com o conhecimento operacional de ferramentas que podem ser utilizadas para o alcance dos objetivos propostos.

Os gestores e tomadores de decisão, assim como todo e qualquer cidadão, ao acessarem este tipo de pesquisa podem ser motivados à implementação prática, utilizando a abordagem *bottom up*, ou mesmo a *top down*, conforme aplicado nesta pesquisa.

É possível perceber, com isso, a necessidade e importância do envolvimento público neste tipo de ação e propósito. O estudo de políticas públicas nos diz que a sociedade desempenha um importante papel no rumo das decisões públicas, e que talvez não tenha consciência disso (WHITAKER, 1980; BRUDNEY, 1983; SOUZA SANTOS, 1995; DOWBOR, 1998; DENHARDT, 2003; HABERMAS, 2003; ROBERTS, 2004). Quando a sociedade diz que deseja um estado de bem-estar social, qualidade de vida e prospecção de um futuro seguro para as próximas gerações, é preciso que ela entenda que também é sua responsabilidade o alcance destes objetivos.

De acordo com Souza Santos (1995, p.278) e já citado nesta pesquisa, “a nova cidadania tanto se constitui na obrigação vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre os cidadãos”. Tal noção de cidadania não se ajusta aos moldes atuais da democracia representativa, a qual se atribui unicamente ao Estado a responsabilidade pela condução do bem comum (DOWBOR, 1998). É preciso entender o que significa ser cidadão segundo os princípios de política pública e de coprodução ora trabalhados nesta dissertação. “Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia de igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade” (SOUZA SANTOS, 1995, p.278), conceito diretamente ligado à idéia então defendida de sustentabilidade (FERREIRA, 1996; SACHS, 2000).

Considerando a multissetorialidade do turismo quanto a seus aspectos econômicos e sua característica multidimensional quanto aos impactos causados nos locais onde se instala, é possível dizer que sempre haverá pessoas direta e indiretamente envolvidas e impactadas com esta atividade econômica. Por isso, o turismo, por natureza, irá demandar processos de envolvimento público em seu planejamento e gestão em troca de equilíbrio e sustentabilidade.

Esta pesquisa mostrou, além do reconhecimento dos métodos de avaliação de sustentabilidade existentes enquanto ferramentas de gestão em um nível operacional, a importância das políticas públicas e do envolvimento da sociedade no alcance dos objetivos mais amplos de sustentabilidade.

Ficou evidenciado no estudo que o uso isolado de uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade para o turismo, por mais sofisticado que seja, não é suficiente para produzir um ambiente sustentável, e que esta tarefa cabe à sociedade como um todo.

O turismo sustentável será alcançado, portanto, a partir da conscientização das responsabilidades e papéis que compartilham o Estado, a sociedade e o mercado, segundo o conceito de política pública apresentado por Denhardt (2003).

Estas abordagens conclusivas do trabalho referem-se a seu caráter mais amplo, ligado à busca da sustentabilidade por uma destinação turística, motivação que levaria um pesquisador a acessar as informações geradas por esta pesquisa. Contudo, é fundamental que também sejam delineadas as conclusões a respeito da aplicação prática em si, retornando ao nível operacional deste estudo.

No âmbito operacional da sustentabilidade, portanto, a realização da pesquisa foi satisfatória pois permitiu a análise da aplicabilidade da metodologia de indicadores de sustentabilidade recomendada pela OMT às destinações turísticas. Mais importante que os resultados plotados na tabela base de indicadores da OMT são as limitações encontradas durante o processo de levantamento de dados. O enfoque conclusivo será dado, portanto, dentro destes aspectos e referente ao uso de metodologias de avaliação de sustentabilidade para o turismo e ao uso de indicadores.

A aplicação da metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendada pela OMT à realidade de Florianópolis levou a afirmar que a utilização de sistemas de indicadores enquanto metodologia

apresenta limitações que podem interferir na avaliação da sustentabilidade dos sistemas, como:

- As ferramentas normalmente apresentam um corte transversal da realidade;
- A perspectiva longitudinal só é considerada quando fatores do passado são determinantes para questões futuras;
- Incapacidade de trabalhar com dados para as gerações futuras;
- Limitações no uso de metodologia de dados quantitativos;
- Os indicadores refletem um estado presente de desenvolvimento;
- O modelo é estático e a comparabilidade de indicadores depende de reaplicação.

A maior limitação encontrada nesta pesquisa foi a limitação implícita na utilização de metodologias de dados predominantemente quantitativos. A tabela base de indicadores fornecida pela OMT não foi preenchida em 100% conforme seu propósito, pois parte dos dados não estava disponível ou era inexistente na destinação turística de Florianópolis.

Ainda assim, mesmo com a tabela incompleta, não se considera que tenham sido comprometidos os resultados da pesquisa. Mesmo que os dados tenham se apresentado inexistentes ou indisponíveis no sistema estudado no seu momento de coleta, este fato indicou que existia um vácuo a ser preenchido, uma demanda real por sistemas de informações mais adequados à geração de indicadores de sustentabilidade.

Segundo Jesinghaus (*apud* VAN BELLEN, 2002), um modelo conceitual é útil não apenas para o processo de escolha dos indicadores, mas pela sua capacidade de identificar indicadores não importantes para a realidade atual, mas que podem ser aplicadas a uma realidade futura. Ou ainda, o fato de reconhecer o que ainda não está enfatizado é tão importante quanto o que está sendo enfatizado. “Da mesma maneira a falta de indicadores constitui um importante elemento para análise” (JESINGHAUS *apud* VAN BELLEN, 2002).

Ainda sobre este aspecto, Atkisson (2001) colabora dizendo que em qualquer sistema complexo de mensuração de sustentabilidade haverá descontinuidade na disponibilidade dos dados. Ou seja, que algumas medidas

estarão disponíveis para todos os anos trabalhados, algumas terão apenas alguns dados para o mesmo período tratado, e algumas medidas simplesmente não terão dados a serem associados com nenhuma das demais. Por este motivo, Atkisson (2001) criou um índice chamado de Índice de Confiança, capaz de medir empiricamente o grau de confiabilidade calculado de acordo com a quantidade de dados que foi utilizada na pesquisa. A partir desta definição de Atkisson (2001), pode-se considerar que a aplicação da metodologia da OMT nesta pesquisa teve um índice de confiança de 58%, considerando que dos 29 indicadores demandados, conseguiu efetivamente gerar 17.

Atkisson (2001) finaliza sua análise dizendo que todos os métodos apresentarão estas falhas por causa da natureza irregular dos documentos estatísticos em diferentes áreas e disciplinas. Além disso, alguns indicadores a serem medidos representam a medição de elementos que até então não eram passíveis de mensurar, como por exemplo, o grau de estabilidade de uma comunidade, medido pela taxa de mobilidade nas escolas.

As limitações encontradas podem ser superadas ainda, através da combinação de métodos, de acordo com as necessidades específicas de cada estudo. A esta aplicação da metodologia da OMT, por exemplo, seria interessante complementar com o método de avaliação de sustentabilidade de Atkisson (2001), chamado de *Compass of Sustainability*, que fornece uma possibilidade gráfica mais amigável e simples que a metodologia da OMT.

Além da combinação de métodos, também se identificou a possibilidade de definir metas de indicadores para cenários desejados e criar tabelas derivadas capazes de possibilitar um leque maior de análise para os tomadores de decisão e gestores do turismo.

Conclui-se que a utilização de metodologias de avaliação de sustentabilidade dentro de qualquer esfera pode se transformar em um elemento legitimador de agendas de políticas públicas. À medida que os sistemas de indicadores forem difundidos globalmente, passarão a ser elementos chave nestas agendas voltadas ao desenvolvimento, iniciando um processo de mudanças nas prioridades e no comportamento da sociedade (VAN BELLEN, 2002). Com esta consciência e unidade de propósitos, os sistemas de informações utilizados pelas empresas, governo e entidades civis podem considerar a importância de selecionar

e fornecer dados que suscitem o desenvolvimento de indicadores voltado à gestão sustentável, reduzindo assim a principal limitação encontrada nesta pesquisa.

Mais uma vez, o problema perpassa o campo das políticas públicas, da responsabilidade social e do envolvimento mútuo da sociedade com as questões de sustentabilidade.

Por fim, de forma empírica, a aplicação da metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinações turísticas recomendada pela OMT ensinou dentro desta pesquisa que:

- Indicadores são ferramentas para a gestão em busca de sustentabilidade;
- Cada destinação turística apresenta características peculiares em relação aos impactos econômicos, ambientais e sociais causados pelo turismo, e por este motivo, demandam indicadores adequados às necessidades de resposta às suas questões de sustentabilidade;
- Existem diversas questões de sustentabilidade que podem ser avaliadas, monitoradas e administradas, em busca da maximização do benefício e da minimização do prejuízo, escolher as principais questões a serem monitoradas é o desafio imposto;
- Indica-se que este trabalho seja feito a partir de um processo de planejamento participativo, onde os entes direta e indiretamente afetados pelo turismo possam construir em conjunto a tabela de questões de sustentabilidade que mais se adequará às necessidades locais;
- Este processo participativo deve gerar comprometimento com as questões a serem trabalhadas e com a busca da sustentabilidade da atividade turística para sua localidade;
- As destinações que não conseguirem realizar um processo participativo na construção de suas tabelas de indicadores podem fazer uso da metodologia através da Tabela Base de Indicadores ou das Tabelas Comuns aos tipos de destinações específicas, disponibilizadas no livro guia do método;
- A construção da tabela de indicadores não é o resultado final da aplicação do método, mas o início de um processo de gestão que faz uso de indicadores como suporte à tomada de decisões e à busca da sustentabilidade;

- A metodologia não pretende ser um fim em si mesma, mas uma catalisadora de processos sustentáveis (WTO, 2004) e de aprendizagem (CUNHA,S.; CUNHA, J., 2005; SCHIANETZ, KAVANAGH; LOCKINGTON, 2007);
- A metodologia recomendada pela OMT se insere no âmbito de políticas públicas, pois envolve a sociedade com interesses públicos e comuns, depende de um processo de envolvimento entre os entes públicos e privados a partir de diálogos e parcerias efetivadas. A condução deste processo deve ter a presença do Estado como norteador, fomentador e realizador das ações, motivando a sociedade em um engajamento público e focado em objetivos bem definidos, que neste caso, é a busca de um ambiente sustentável.

A gestão sustentável do turismo é um desafio imposto. Assim como qualquer outra atividade econômica e humana gera impactos, que podem ser positivos ou negativos. Este trabalho buscou mostrar as implicações na gestão pública do turismo em busca da sustentabilidade, na minimização dos prejuízos e maximização dos benefícios que a atividade pode proporcionar a uma determinada localidade e comunidade. Não é objetivo avaliar se o turismo é benéfico ou não em determinada localidade, até porque esse tipo de análise envolve uma complexidade de variáveis quantitativas e qualitativas que podem tornar uma pesquisa ineficiente e improdutivo. É objetivo avaliar em quais limites a atividade turística é benéfica e a partir de quais limites ela se torna um prejuízo. Para estipular estes limites é fundamental mensurar os impactos causados pela atividade e os riscos que o turismo pode causar ao longo do tempo.

A mensuração de impactos não é tarefa simples, e para isso existem diversos métodos, alguns expostos neste trabalho. A metodologia recomendada pela OMT foi escolhida por suprir a necessidade de medir de forma integrada os impactos econômicos, ambientais e sociais de uma destinação turística e por possibilitar o uso de uma ferramenta de gestão com visão de longo prazo.

Conforme visto neste trabalho, indicadores são ferramentas estratégicas para o desenvolvimento sustentável das destinações turísticas e ajudam os gestores e tomadores de decisão a trabalharem juntos em prol do futuro de sua destinação. Indicadores não são um fim em si mesmos, mas sinalizam importantes negócios,

transformações e mudanças de cenários a tempo de corrigir possíveis prejuízos decorrentes dos impactos inerentes à atividade turística. Eis aqui sua maior importância neste debate sobre sustentabilidade.

Se existe um método seguro de prever e antecipar possíveis impactos negativos em uma determinada destinação turística, existe portanto uma forma de minimizar tais impactos. Se os gestores do turismo tiverem este método como ferramenta de gestão, eles estarão aptos a garantir para esta e para futuras gerações um turismo responsável e sustentável, maximizando benefícios e minimizando prejuízos. Pode-se dizer que este será um modelo inovador de gestão pública para o turismo, e que tende a gerar significativos resultados.

Desta forma, pode-se dizer que a metodologia de indicadores de sustentabilidade recomendada pela OMT apresentou eficaz aplicabilidade a realidade de Florianópolis, configurando uma ferramenta inovadora e completa a ser utilizada na busca da gestão sustentável do turismo das destinações turísticas.

Indicam-se novos estudos de aplicabilidade de métodos utilizados pelo turismo, por este ser um campo amplo de oportunidades e possibilidades de aprendizagem. Esta pesquisa identificou, ainda, demandas para os seguintes estudos:

- Políticas e projetos de sustentabilidade especificamente focalizados na área do turismo a serem executados por órgãos de administração pública, especialmente aqueles envolvidos na gestão de recursos naturais, como água, energia, etc;
- Desenvolvimento de sistemas de informação que possam dar suporte às metodologias em sua aplicação prática e geração de simulações;
- Desenvolvimento de novos métodos para aplicação específica em destinações turísticas, a partir do aprofundamento do estudo dos métodos usados pelo turismo e usados em geral para todas as atividades em busca da sustentabilidade;
- Criação de novas tabelas comparativas, com a inclusão da Metodologia da OMT, a partir dos levantamentos teóricos e empíricos deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, A. **Meio Ambiente e Desempenho Econômico-Financeiro: o Impacto da ISO 14001 nas Empresas Brasileiras.** Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANDRADE, Beatriz Bittencourt. **Turismo e Sustentabilidade no município de Florianópolis: uma aplicação do método da Pegada Ecológica.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ANDRADE, B. B.; VAN BELLEN, H. M. Turismo e Sustentabilidade no Município de Florianópolis: uma avaliação a partir do método da Pegada Ecológica. In: XXX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD). **Anais..** Salvador, 2006.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401 – Sistema de Gestão da Sustentabilidade: Meios de Hospedagem.** Disponível em: <www.abntnet.com.br/mtur/ssl/norma.aspx?id=22392>. Acesso em: 10 jun. 2008.

ATKINSON, G. Measuring Corporate Sustainability. **Journal of Environmental Planning and Management**, London, v. 43, n. 2, Mar. 2000.

ATKISSON, A.; HATCHER, L. The Compass Index of Sustainability: Prototype for Comprehensive Sustainability Information System. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v.3, n.4, p.509-532, Dec., 2001.

BARRETO, Margarita et al. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARDDAL, R. **Viabilidade de projetos e a inserção das dimensões de sustentabilidade**: uma aplicação em projetos turísticos. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu, 2008.

BARDDAL, R.; ALBERTON, A; CAMPOS, L. M. S. Uma análise comparativa de métodos de mensuração da sustentabilidade: aplicabilidade no setor turístico. **XI SIMPOI 2008 – Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo EAESP: 2008. p.1-16. Disponível em: <[http://www.mendeley.com/c/26658734/Barddal-2008-Uma-anlise-comparativa-de-mtdodos-de-mensurao-da-sustentabilidade-aplicabilidade-no-setor-turstico](http://www.mendeley.com/c/26658734/Barddal-2008-Uma-analise-comparativa-de-mtdodos-de-mensurao-da-sustentabilidade-aplicabilidade-no-setor-turstico)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BARDDAL, R; ALBERTON, A; CAMPOS, L. M. S. As dimensões e métodos de mensuração da sustentabilidade e o turismo: uma discussão teórica. In: X Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2008, Porto Alegre. **Anais do X Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. Porto Alegre, 2008. p.1-16.

BENETTI, L. B. **Avaliação do índice de desenvolvimento Sustentável do Município de Lages (SC) através do Método do Painel de Sustentabilidade**. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo. Megatendências do setor e a realidade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. **A política do Turismo** in TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org). Turismo: Como aprender, como ensinar. 3. ed. São Paulo: EdSENAC, 2003.

_____. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 11.ed. rev. e ampl. São Paulo: EdSENAC São Paulo, 2006.

BLACKSTOCK, K. L., WHITE, V., McCRUM, G., SCOTT, A., HUNTER, C. Measuring Responsibility: An Appraisal of a Scottish National Park's Sustainable Tourism Indicators. **Journal of Sustainable Tourism**, v.16, n.3, 2008.

BOSSSEL, H. Indicators for sustainable growth and development: linkage integration and policy use. In: **Workshop on Indicators of Sustainable Development**, Wuppertal, p.15-17, nov. 1999.

BRASIL. AGENDA 21. **Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Imprensa do Senado, 1992.

_____. TCU – Tribunal de Contas da União. **Cartilha de Licenciamento Ambiental**. 2.ed. Brasília, 2007.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public Administration Review**, v.43, n.1, p.59-65, jan./fev. 1983.

BRUNTLAND Report – World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**, OUP, 1987.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável**: concepções, entraves e implicações à sociedade humana. Florianópolis, 2002. (Dissertação – Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.

CAMPOS, Edson Telê. **A expansão imobiliária e seus impactos em Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2004.

CAMPOS, L. M. de S. **SGADA – Sistema de gestão e avaliação do desempenho ambiental**: uma proposta de implementação. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2001.

CECCA – **Uma cidade numa ilha**: relatórios sobre os problemas socioambientais da ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1997.

COOPER, Chris et al. **Turismo**: princípios e práticas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COUTINHO, A. L. Manifestações da cultura popular na ilha de Santa Catarina. In: **Constituição do Brasil 1988**: Arts. 23, 180 e 225. Precauções e Deveres do Poder Público e dos Cidadãos Sobre a Defesa do Meio Ambiente e Promoção do Turismo.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do Turismo no desenvolvimento local. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 2, p.110-124, 2005.

DAHL, A. L. The big picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds.). **Sustainability indicators**: report of the project on indicators of Sustainable development. Chichester: John Willey & Sons Ltd., 1997.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DENHARDT, Janet Vinzant and Robert. **The New Public Service**: serving, not steering. New York. M.E. Sharpe, 2003.

DING, G. K. C. Developing a multicriteria approach for the measurement of sustainable performance. **Building Research & Information**, London, n. 33, p.3-16, jan/ feb., 2005.

DOWBOR, Ladislau. Recuperando o controle. In: _____. **A Reprodução Social**. Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.353-406.

_____. Estado e Sociedade Civil: a democracia participativa. In: _____. **A Reprodução Social**. Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.353-406.

_____. O espaço local: âncora da organização social. In: _____. **A Reprodução Social**. Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.353-406.

_____. Motivação, valores e ética. In: _____. **A Reprodução Social**. Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.353-406.

FABER, N.; JORNA, R.; VAN ENGELEN, J. The Sustainability of "sustainability": a study into the conceptual foundations of the notion of "sustainability". **Journal of Environmental Assessment and Management**, United Kingdom, v. 7, n.1, p.1-33, March 2005.

FARREL, B., TWINING-WARD, L. Seven Steps Towards Sustainability: Tourism in Context of New Knowledge. **Journal of Sustainable Tourism**, v.13, n.2, 2005.

FERNANDES, D. V. R. **Os ecossistemas**. In: PEREIRA, Nereu do Vale et al. (Org.). **A ilha de Santa Catarina**: Espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. 2v.

FERREIRA, Leila da Costa, VIOLA, Eduardo (Org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: EdUNICAMP, 1996.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e Impactos Sócio Ambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GALLOPÍN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, n.1, p.101-117, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro**. Estudos de teorias políticas. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. O papel da sociedade civil e da esfera política pública. In: **Direito e Democracia**. Entre a Facticidade e a Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 57-121.

HOLLIDAY, Charles et al. **Cumprindo o Prometido**: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HOTTOLA, P. Book reviews – Tourism Impacts: Planning and Management. **Journal of Sustainable Tourism**, v.13, n.4, p.411-13, July 2005.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Fundamentos multidisciplinares do turismo: economia do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. 3.ed. São Paulo: EdSENAC, 2003.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 1993.

LINS, H. N. Ilha de Santa Catarina: o turismo em debate. In: PEREIRA, Nereu do Vale et al (Org.). **A ilha de Santa Catarina: Espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. 2v.

MAIA, A. G. **Sustentabilidade e turismo**: um estudo de multi-casos em agências turísticas do Município de Joinville/SC. Biguaçu, 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado Acadêmico em Administração. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2005.

MEADOWS, D. **Indicators and Information Systems for Sustainable Development**. Hartland Four Corners: The Sustainable Institute, 1988.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MITCHELL, G. Problems and fundaments of sustainable development indicators - 1997. Disponível em: <<http://www.lec.leeds.ac.uk/people/Gordon.html>>. Acesso em: 19 nov. 2007.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. As incoerências do turismo: os impactos positivos e negativos do turismo. In: PEREIRA, Nereu do Vale et al (Org.). **A ilha de Santa Catarina: Espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. 2v.

OLIVEIRA, J. H. R. **Método para Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Organizacional**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.

OMT. **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais**. 2.ed. Brasília: EMBRATUR, 2001.

OURIQUES, Helton. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis: EdUFSC, 1998.

_____. Turismo, Meio Ambiente e Trabalho em Florianópolis – SC. **Caderno Virtual de Turismo**, v.7, n.2, 2007.

PENNA, Rejane, TOALDO, Ana Maria Machado, SABEDOT, Sydney. **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas: Unilasalle, 2006.

PEREIRA, Nereu do Vale et al. (Org.). **A ilha de Santa Catarina: Espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. 2v.

PIÑERO VERDINELLI, M. E. A problemática da mudança global no turismo. **Revista Turismo: Visão e Ação**, Itajaí, Ano 4, n.10, p. 09-26, out. 2001/mar. 2002.

PIRES, P. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. 3.ed. São Paulo: EdSENAC, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. IPUF. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis**. Florianópolis, 1981. v. 1 e 2.

PRESCOTT-ALLEN, R. Moldan, B. ; Billharz, S. (Ed.). In: **Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. New York: Scientific Committee on Problems on the Environment – SCOPE 58. Wiley, 1997.

RABAHY, Wilson. **Turismo e Desenvolvimento: Estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. Barueri, SP: Manole, 2003.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações**. Uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989. Cap. 7-8.

RANGANATHAN, J. **Sustainable Rulers: Measuring Corporate Environmental & Social Performance**. Disponível em: <biblioteca. upeace. org/ masters/ documents/ranganathan.pdf> . Acesso em: 19 jul. 2007.

ROBERTS, N. Public Deliberation in age of direct citizen participation. **American Review of Public Administration**, v.34, n.4, p.315-353, dec 2004.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. Transition strategies for the 21st century. **Nature and Resources**, v.28, n.1, 1992.

_____. **Desenvolvimento: Incluído, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. 7. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. SANTUR. **Pesquisa de Demanda Turística 2008**. Florianópolis, 2009.

_____, Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo. **PDIL – Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer**. Florianópolis, 2005.

SCHIANETZ, K., KAVANAGH, L., LOCKINGTON, DAVID. Concepts and Tools for Comprehensive Sustainability Assessments for Tourism Destinations: A Comparative Review. **Journal of Sustainable Tourism**, v.15, n. 4, 2007.

SCHIANETZ, K., KAVANAGH, L. Sustainability Indicators for Tourism Destinations: A Complex Adaptative Systems Approach Using Systemic Indicator Systems. **Journal of Sustainable Tourism**, v.16, n.6, 2008.

SOUZA, M. J. B. de; FERREIRA, E.; SOUZA, C. A. B. de. O setor turístico sob o enfoque do desenvolvimento sustentável: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD). **Anais..** Brasília, 2005.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. In: _____. **A Nova Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p. 341-376.

STROBEL, J. S. **Modelo para mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores**. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.

VAN BELLEN, H.M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção (PPGEP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002.

VELEVA, V.; ELLENBECKER, M. **A proposal for measuring business sustainability**: addressing shortcomings in existing frameworks. Lowell, USA: University of Massachusetts, 2000.

WBCSD. **Measuring Impact**: Framework Methodology. Understanding the business contribution to society. April 2008.

WHITAKER, G. P. Coproduction: Citizen Participation in Service Delivery. **Public Administration Review**, p. 240-246, May/June. 1980.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Blueprint for new tourism**. WTTC, 2003.

WTO. **Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations**: a guidebook. Madrid, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Solicitação de dados para pesquisa de Mestrado

Florianópolis, 12 de maio de 2009.

Prezado Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo e Entidade

SOLICITAÇÃO DE DADOS PARA PESQUISA DE MESTRADO

Com os cordiais cumprimentos, gostaríamos de saudá-los e cumprimentá-los primeiramente pelo excelente serviço público desempenhado à frente da Secretaria xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Gostaria de solicitar por meio deste ofício alguns **dados públicos sobre o município de Florianópolis**, a serem utilizados como fonte de informações para o trabalho de dissertação que estou desenvolvendo dentro do Mestrado em Administração Pública da ESAG/UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina.

O título da dissertação é **“Pesquisa de métodos aplicáveis à mensuração de impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelo turismo e sua aplicabilidade à Florianópolis em busca da sustentabilidade”**. A pesquisa compreende o levantamento de indicadores de sustentabilidade que possam ser utilizados pela gestão do turismo, conforme metodologia oficial recomendada pela OMT – Organização Mundial do Turismo. Este trabalho está sendo orientado pela Professora Doutora Clerilei Bier, da UDESC.

Desta forma, gostaria de obter desta Instituição Pública os seguintes dados e informações:

- xxxxxxxx
- xxxxxxxx
- xxxxxxxx

Comunico que além da consulta ao website desta Instituição, já foi realizado contato telefônico prévio com os técnicos dos setores de planejamento e comunicação social, tendo estes oferecido um excelente atendimento à esta solicitação. Os dados ora solicitados referem-se, contudo, a dados não informados pelo website, ou pelos setores pesquisados via telefone. Agradeço a gentileza de encaminhar os dados e informações para o e-mail clarissa@projetaonline.com.br ou para o fax (48) 3025-6793, sendo este meu endereço comercial.

No aguardo desta resposta, agradeço a oportunidade de estar em contato e poder contar com os dados públicos sobre o município de Florianópolis para uso nesta pesquisa de Mestrado.

Cordialmente,

Clarissa Iser
Acadêmica de Mestrado em Administração
ESAG/UDESC
CRA SC 11976

APÊNDICE B – CASAN: solicitação de dados para pesquisa de Mestrado

Florianópolis, 12 de maio de 2009.

Ilmo Sr. Walmor Paulo de Luca

Diretor Presidente da CASAN – Companhia de Águas e Saneamento

SOLICITAÇÃO DE DADOS PARA PESQUISA DE MESTRADO

Com os cordiais cumprimentos, gostaríamos de saudá-los e cumprimentá-los primeiramente pelo excelente serviço público desempenhado à frente da CASAN.

Gostaria de solicitar por meio deste ofício alguns **dados públicos sobre o município de Florianópolis**, a serem utilizados como fonte de informações para o trabalho de dissertação que estou desenvolvendo dentro do Mestrado em Administração Pública da ESAG/UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina.

O título da dissertação é **“Pesquisa de métodos aplicáveis à mensuração de impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelo turismo e sua aplicabilidade à Florianópolis em busca da sustentabilidade”**. A pesquisa compreende o levantamento de indicadores de sustentabilidade que possam ser utilizados pela gestão do turismo, conforme metodologia oficial recomendada pela OMT – Organização Mundial do Turismo. Este trabalho está sendo orientado pela Professora Doutora Clerilei Bier, da UDESC.

Desta forma, gostaria de obter desta Instituição Pública os seguintes dados e informações:

- **Consumo de água mensal em Florianópolis – ano 2008;**
- **Economia de água (% reduzido, recaptado ou reciclado);**
- **% de esgoto em locais que recebem tratamento;**
- **% de estabelecimentos turísticos em Florianópolis (ou estabelecimentos comerciais) com tratamento de esgoto.**

Comunico que além da consulta ao website desta Instituição, já foi realizado contato telefônico prévio com os técnicos dos setores de planejamento e comunicação, tendo estes oferecido um excelente atendimento a esta solicitação. Os dados ora solicitados referem-se, contudo, a dados não informados pelo website, ou pelos setores pesquisados via telefone. Agradeço a gentileza de encaminhar os dados e informações para o e-mail clarissa@projetaonline.com.br ou para o fax (48) 3025-6793, sendo este meu endereço comercial.

No aguardo desta resposta, agradeço a oportunidade de estar em contato e poder contar com os dados públicos sobre o município de Florianópolis para uso nesta pesquisa de Mestrado.

Cordialmente,

Clarissa Iser
Acadêmica de Mestrado em Administração
ESAG/UDESC
CRA SC 11976

APÊNDICE C – CELESC: solicitação de dados para pesquisa de Mestrado

Florianópolis, 12 de maio de 2009.

Ilmo Sr. Eduardo Pinho Moreira
Presidente da CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

SOLICITAÇÃO DE DADOS PARA PESQUISA DE MESTRADO

Com os cordiais cumprimentos, gostaríamos de saudá-los e cumprimentá-los primeiramente pelo excelente serviço público desempenhado à frente da CELESC.

Gostaria de solicitar por meio deste ofício alguns **dados públicos sobre o município de Florianópolis**, a serem utilizados como fonte de informações para o trabalho de dissertação que estou desenvolvendo dentro do Mestrado em Administração Pública da ESAG/UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina.

O título da dissertação é **“Pesquisa de métodos aplicáveis à mensuração de impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelo turismo e sua aplicabilidade à Florianópolis em busca da sustentabilidade”**. A pesquisa compreende o levantamento de indicadores de sustentabilidade que possam ser utilizados pela gestão do turismo, conforme metodologia oficial recomendada pela OMT – Organização Mundial do Turismo. Este trabalho está sendo orientado pela Professora Doutora Clerilei Bier, da UDESC.

Desta forma, gostaria de obter desta Instituição Pública os seguintes dados e informações:

- **Consumo geral de energia elétrica mensal em Florianópolis – ano 2008;**
- **Existência de Programas de Conservação de Energia** (fonte para pesquisar sobre o programa);
- **% de estabelecimentos que participam** destes programas;
- **Existência de Políticas de Economia de Energia** (fonte para pesquisar sobre a política);
- **Número da oferta de energia proveniente de fontes renováveis** em Florianópolis.

Comunico que além da consulta ao website desta Instituição, já foi realizado contato telefônico prévio com os técnicos dos setores de planejamento e comunicação, tendo estes oferecido um excelente atendimento a esta solicitação. Os dados ora solicitados referem-se, contudo, a dados não informados pelo website, ou pelos setores pesquisados via telefone. Agradeço a gentileza de encaminhar os dados e informações para o e-mail clarissa@projetaonline.com.br ou para o fax (48) 3025-6793, sendo este meu endereço comercial.

No aguardo desta resposta, agradeço a oportunidade de estar em contato e poder contar com os dados públicos sobre o município de Florianópolis para uso nesta pesquisa de Mestrado.

Cordialmente,

Clarissa Iser
Acadêmica de Mestrado em Administração
ESAG/UDESC
CRA SC 11976

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)